



TRABALHO E IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICOS:

crises, conflitos e horizontes.

8º Fórum do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia



TRABALHO E IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICOS: CRISE, CONFLITOS E HORIZONTES

**Bárbara G. de Castro, Renata F. C. de Oliveira,
Gustavo de S. Vieira, Thaís F. Rabelo, Caio C. Pedron,
Elisângela O. Lima, Isolda S. dos Santos,
Victória Vilas Boas, Vinícius B. Alvim
(Orgs.)**

**IFCH - UNICAMP
PPG - SOCIOLOGIA
CAMPINAS - 2024**

IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

Copyright © 2024

Reitor

Antonio José de Almeida Meirelles

Diretora

Andréia Galvão

Diretor Associado

Michel Nicolau Netto

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Michel Nicolau Netto

Representantes Docentes:

André Kaysel

Everton Emanuel Campos

Fátima Évora

Jesus J. Ranieri

José Maurício Paiva A. Arruti

Mariana Chaguri

Rodrigo Camargo de Godoi

Taísa Helena P. Palhares

Colaboradora:

Guia Grin Debert

Coordenação Geral - Editorial

Bárbara Geraldo de Castro

Comissão organizadora

Bárbara Geraldo de Castro

Renata Falavina Cardoso de Oliveira

Gustavo de Sousa Vieira

Thaís Fernanda Rabelo

Caio César Pedron

Elisângela Oliveira Lima

Isolda Santiago dos Santos

Victória Vilas Boas

Vinícius Borges Alvim

Apoio: PPG/Sociologia - IFCH

ISBN: 978-65-87198-33-0

Capa: Elisângela O. Lima e Ana Clara N. Xavier

Tiragem: Digital (e-Book)

Editoração e Projeto Gráfico

Setor de Publicações - IFCH/UNICAMP

E-mail: pub_ifch@unicamp.br

Site: www.ifch.unicamp.br/publicacoes/

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

T67 Trabalho e imaginação sociológicos : crise, conflitos e horizontes [recurso eletrônico] / organizadores: Bárbara G. de Castro... [et al.]. - Campinas, SP : UNICAMP/IFCH, 2024.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

1. Intelectuais. 2. Movimentos sociais. 3. Cultura. 4. Relações raciais. 5. Neoliberalismo. 6. Trabalho. I. Castro, Bárbara, 1984- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD - 301.445
- 303.484
- 306
- 305.8
- 320.51
- 331

ISBN 978-65-87198-33-0



Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

SUMÁRIO

Apresentação	06
Prefácio	13
SEÇÃO I: INTELECTUAIS E PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL	17
Brevidades sobre a sociologia política de Antônio Flávio Pierucci Caio César Pedron	18
Desfaçatez de classe e volubilidade da elite brasileira: Roberto Schwarz e a guinada negativa da formação nacional Felipe de Souza Mello	33
Maurício Tragtenberg e a Revolução Russa: preliminares apontamentos sobre a construção de uma interpretação Luccas Eduardo Maldonado	45
Romances de formação, intelectuais pequeno-burgueses e a mudança social: o diagnóstico conservador sobre a modernização brasileira Pedro de Castro Picelli	54
João Guimarães Rosa: a criação de um escritor incriado Matheus Vital de Oliveira Mendes	62
SEÇÃO II: MOVIMENTOS SOCIAIS	68
Antropoceno e a metamorfose dos conflitos sociais no campo: um estudo sobre a mobilização da agroecologia para legitimação da reforma agrária José Caio Quadrado Alves	69

O movimento de trabalhadoras sexuais de Campinas: articulações entre movimento social e movimento sindical	
Maria Laura Arantes Bessa Ferreira	78
Sob os olhos da repressão: as atuações do movimento estudantil paranaense na perspectiva dos agentes do Serviço Nacional de Informações	
Luan Prado Piovani	86
Crise na Estética Monumental e a Luta do Movimento Negro em São Paulo	
Elisângela Oliveira Lima	93
SEÇÃO III: CULTURA	116
Práticas de Classe: serviço e desigualdade em navios de cruzeiros de luxo	
Michael dos Santos Gomes	117
<i>“Que ‘periférico’ é esse na cultura periférica?”: Notas de pesquisa sobre usos e sentidos do termo</i>	
Mateus da Silva Lisboa	125
O riso pela desclassificação: sobre as representações das classificações sociais nas comédias contemporâneas da Globo Filmes	
Mariana Martinelli de Barros Lima	136
50 anos de Alcione: o sentido político das canções românticas	
Ana Clara Naletto Xavier	148
SEÇÃO IV: RELAÇÕES RACIAIS	160
<i>Exposed</i> no Twitter: denúncias de fraudes de cotas étnico-raciais e a necessidade de bancas de averiguação	
Isolda Santiago dos Santos	161

“Raça é a modalidade pela qual a classe é vivida”: revisitando o marxismo de <i>Policing the Crisis</i>	
Erik Wellington Barbosa Borda	169
SEÇÃO V: NEOLIBERALISMO	180
Legitimação e naturalização de práticas e valores neoliberais pela ciência: considerações iniciais	
Fabiano Galletti Faleiros	181
O projeto educacional do ‘terceiro setor empresarial’ brasileiro: a atuação em rede do Instituto Unibanco nas políticas públicas para o Ensino Médio	
Mileide Cristina de Moura Melo	190
SEÇÃO VI: TRABALHO E CLASSES SOCIAIS	198
Crise política e conflitos de classe no Brasil Contemporâneo: o papel da classe média na deposição de Dilma Rousseff (2015-2016)	
Leandro Rodrigues dos Santos	199
Da Escravidão ao “<i>Trabalho Livre</i>”: contribuições de Clóvis Moura para a Sociologia do Trabalho Brasileira	
Agnus Boaesperança dos Santos Lauriano	209
Regulação do trabalho e discurso empresarial no cenário das plataformas digitais	
Victória Vilas Boas	219
Superpopulação Relativa e Acumulação Capitalista no Brasil de 2012 a 2021	
Renata Falavina Cardoso de Oliveira	234
A lei da queda tendencial da taxa de lucro: um estudo de caso sobre as demissões em massa na Usiminas de Cubatão (SP)	
Vitorio Felipe Santos Valenzuela Toro	240

APRESENTAÇÃO

Para compor a Apresentação deste *E-Book*, foram realizadas entrevistas com três docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, os quais desempenharam a função de coordenação do Programa ao longo dos anos em que o Fórum do PPGS criou suas edições. A seguir, então, as perguntas e respostas destas entrevistas, que nos fornecem um panorama histórico do evento e, por consequência, da origem deste livro.

1 - Em que medida espaços extra aula e para além da orientação acadêmica podem compor uma formação mais abrangente? E de que maneira o Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP pode dar respostas às demandas formativas dos/as discentes e ser um espaço para gestar novas ideias dos/as docentes?

Bárbara Castro: Eu entendo o Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia como um espaço que é constitutivo das nossas práticas formativas. É nele que se torna palpável a noção da produção coletiva do PPGS, já que as dinâmicas de produção acadêmica se dispersam em núcleos de debates especializados, mais voltados às áreas de interesses das pesquisas em desenvolvimento, como as disciplinas, grupos de pesquisa, leituras coletivas e orientação. É no Fórum, também, que muitos/as estudantes têm sua primeira experiência de apresentar, debater e testar suas ideias de modo mais coletivo. E dali, “pegam gosto” por esse lugar de troca. Ele é, também, um espaço privilegiado para se pensar do que se sente

falta nesse percurso formativo: tanto para vocês, quanto para nós, docentes e coordenadores/as. O Fórum tem sido fundamental para a avaliação permanente do PPGS e temos dado o devido crédito a isso, o citando, inclusive, nos instrumentos de avaliação quadrienal da Capes.

Nós que ingressamos enquanto docentes no início dos anos 2010 demos muita atenção ao Fórum como um espaço privilegiado para pensar como poderíamos ajudar a aprimorar o PPGS. Minha “estreia” na Pós foi no 2º Fórum, em 2015, oferecendo o Minicurso “Usos do Tempo: uma reflexão sobre técnicas de pesquisa e desenhos de campo”. Era um convite para a professora que estava chegando no Departamento e que trazia a promessa de cumprir algumas lacunas, pois estudava gênero e gostava de falar sobre metodologia. Eu sentia falta desse debate prático em nosso currículo – o “como fazer” - e fui, aos poucos, me dedicando a isso junto de outros colegas que tinham a mesma preocupação, seja contribuindo como parte da Comissão do Programa (lugar que assumi já em 2015), seja como coordenadora, entre 2019 e 2022.

Em 2017, criamos e realizamos a Escola São Paulo de Ciência Avançada em Metodologia em Ciências Humanas, que trouxe estudantes e pesquisadores do mundo inteiro para participar de minicursos em técnicas de pesquisa. Nas coordenações de Michel e Mário demos início ao “Ateliê Sociológico”, que foi concebido junto com Renato Ortiz, e tinha o objetivo de virar do avesso uma obra clássica de sociologia, para entender como ela foi feita. No início da pandemia, em maio de 2020, promovi com Carolina Parreiras, pós-doutoranda em Antropologia Social, o minicurso “Introdução às pesquisas em/dos/sobre contextos digitais: Teoria, método e ética”,

e uma chamada de publicação para o livro “Covid-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia”. Eu já era coordenadora e estava ministrando o curso de debate dos projetos de ingressantes da Pós e entendi que precisaríamos, para nos manter com algum pé no chão, refletir sobre as mudanças nas nossas práticas de pesquisa e refletir sobre como a sociologia, tão atacada, poderia ajudar a compreender as dinâmicas sociais que se estabeleciam no contexto pandêmico.

Essas experiências formaram um acúmulo para que pudéssemos realizar uma mudança em nosso catálogo de disciplinas, que passou a vigor oficialmente em 2021. O Ateliê se tornou “O trabalho sociológico”, e criamos, nessa mesma reforma curricular, os minicursos de metodologia 1, 2, 3.

A pandemia trouxe inúmeros impactos para a continuidade das pesquisas, mas trouxe também, uma série de travas para o processo de escrita. Para tentar ajudar nesse processo, combinamos, no Fórum de 2022, de testar uma Oficina de Escrita, experiência que foi tão bem-sucedida que ampliamos para uma semana de Oficina, em janeiro de 2023, com o objetivo também de incentivar os/as estudantes a produzirem resumos para o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. A animação com o Congresso foi imensa e tivemos mais de dezenove estudantes aceitos para apresentação de seus trabalhos na SBS.

Neste segundo semestre de 2023, Michel nos incentivou a organizar os minicursos em que falamos diretamente sobre a criação da pergunta de pesquisa, as técnicas de levantamento bibliográfico, entrevista em profundidade, survey e grupos focais e oficina de escrita. A ideia veio das experiências das oficinas oferecidas via Fórum (ele

ofereceu uma sobre levantamento bibliográfico) e da abertura com a qual os/as estudantes ingressantes receberam as “sessões especiais” da disciplina de projetos, que ofereci novamente neste início de semestre, e convidava nossos docentes a revirar seus textos e livros do avesso, contando os processos de construção de suas pesquisas, ideias e argumentos.

Reitero que, além da disciplina de projetos, o Fórum é o único espaço coletivo estabilizado dentro do PPGS para falarmos efetivamente sobre nossas pesquisas. É dele que nascem as ideias sobre o que fazer para aprimorar os percursos de formação coletiva. E é a partir dele que somos provocados, como docentes, a colocar a “mão na massa” para traduzir essas ideias em projetos práticos.

2 - Como podemos refletir sobre a história do PPGS-UNICAMP e pensar a reconstrução da memória do Fórum como um espaço de continuação da produção sociológica? E como a construção dessa memória pode potencializar o acesso às elaborações sociológicas para além do espaço acadêmico?

Mário Medeiros: A memória social tem interesses no tempo presente por aqueles que desejam selecionar algo para recordar agora, conferindo ou se relacionando com algum sentido do passado. Assim, a primeira coisa a perguntar às/aos colegas discentes organizadoras/es desta edição do FPPGS é sobre o que a história do Programa de Pós em Sociologia lhes importa, quais os sentidos daquela história lhes interessa para agora. Eu poderia apontar um momento desta história recente, em que já estava no Programa, da qual gerações anteriores de discentes foram protagonistas: há quase

10 anos iniciaram-se e foram implementadas as ações afirmativas nos programas de pós do IFCH. O PPGS foi decisivo nesta história e os discentes, integrando a Frente Pró-Cotas da Unicamp, idem. Isso é algo vale à pena recordar, para fazer um balanço e também compreender em que ponto estamos hoje. O Fórum ocupou um lugar interessante naquela conjuntura e nos anos seguintes, pois estudantes se envolveram nos debates, construíram discussões e também, com a chegada de discentes que foram selecionados pelas ações afirmativas, passaram a pautar novos objetos e agendas de pesquisa. Isso é academicamente relevante e também extrapola o espaço da universidade, pois está/estava em sintonia com mudanças sociais importantes no Brasil, no debate sobre ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras. O FPPGS poderia recuperar, se é que já não o fez, esta história, tendo como índice o que isso representa para o tempo presente da universidade e da sociedade: qual foi o impacto desta mudança a partir de 2015? O que essa produção intelectual discente foi capaz de produzir? Quais as trajetórias dos primeiros discentes cotistas? O que mudou e não mudou em termos de debate público sobre as ações afirmativas e em que sentido nós nos envolvemos nele, em termos de uma sociologia pública?

3 - Quais as potencialidades que espaços de construção coletiva do conhecimento propiciam para pensar a pós-graduação em Sociologia nos dias de hoje? E quais continuidades podemos pensar para o futuro do Fórum?

Michel Nicolau Netto: Eu me lembro que eu era o coordenador do programa de pós-graduação em sociologia no começo das edições

do FPPGS. Acho que não na primeira, mas certamente em uma das primeiras. Logo no início, o FPPGS mostrava como essa experiência enriquecia o programa. Ele rompia com uma visão individualista que ainda reina nas ciências sociais que tendem a isolar os pesquisadores. O fórum, ao contrário, colocava as pesquisas dos estudantes em contato, fomentava o debate e a colaboração entre eles.

Em suas sete edições até aqui se formaram redes de trocas entre os estudantes que certamente colaboraram com suas pesquisas e suas formações. Contudo, o FPPGS também colaborou com a integração de nós, professores. O início do fórum coincidiu com uma mudança geracional no departamento de sociologia e em seu programa. Mariana, Mário, Bárbara, Sávio e eu havíamos recentemente sido contratados e o FPPGS foi uma oportunidade também para nos formarmos. Se não me engano, o primeiro debate em que participei no IFCH como professor foi num fórum. Também o fórum ajudou na aproximação entre estudantes e docentes. Debatendo com eles, ouvindo falarem sobre suas pesquisas, assistindo às mesas que organizavam fomos expandindo nossos próprios interesses intelectuais e de pesquisa, e mesmo aprendendo a pensar juntos. Diria que algumas das inovações do departamento nos últimos anos seguem os passos gestados no FPPGS. Penso, por exemplo, na disciplina Ateliê Sociológico, primeiro ministrada por Renato Ortiz, na qual passamos a focar no próprio trabalho intelectual e de pesquisa. Penso também no Centro de Sociologia Contemporânea, que nasceu com a proposta, já presente no fórum, de uma maior integração entre pesquisas e de mais trabalho coletivo. Por fim, penso no curso que ministramos no CSC e no programa de pós “percurso formativo em pesquisa”, em que atuamos Bárbara, Sávio, Mariana e eu. Nesse curso, buscamos

compartilhar com os estudantes nossas próprias pesquisas e as deles, no intuito de entendermos, juntos, as formas de se fazer o trabalho do sociólogo.

Entendo que o futuro da sociologia é o trabalho coletivo, mas isso só pode ocorrer de forma produtiva se aprendemos compartilhar. Imagino que o fórum possa ser cada vez mais esse espaço do compartilhamento, no qual os estudantes sejam estimulados a pensarem e produzirem dados conjuntamente, a criarem grupos, a formarem redes de pesquisadores. É nesse sentido que imagino que o FPPGS deva se perpetuar e se fortalecer.

PREFÁCIO

Após o período crítico da emergência sanitária que se iniciou nos primeiros meses de 2020, causado pela disseminação nefasta do novo coronavírus, o Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (FPPGS) retomou suas atividades presenciais entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, portanto, depois de mais de dois anos do início da pandemia. Este contexto exigiu um fundamental pacto social em favor do isolamento como forma de evitar a disseminação do vírus, fechando escolas, universidades, comércios e assim demandando a redução da produção do capital ao nível essencial. Diante da flexibilização das medidas de isolamento possibilitada pela cobertura vacinal, sendo a oitava edição do fórum um evento que marca este momento, nos preocupamos em promover um espaço de acolhimento em que o trabalho e a imaginação sociológicos fossem possíveis.

Consideramos que o regresso aos nossos saudosos espaços de circulação, associação e organização permitiu o exercício da imaginação sociológica a partir da coletividade das/os que trabalham para a compreensão, a explicação e a transformação do mundo em que vivemos. Tal retorno também fortaleceu o nosso desejo coletivo de construir um horizonte de possibilidades que aponte para a superação das crises vigentes, por isso o tema adotado na edição foi *“Trabalho e Imaginação Sociológicos: crises, conflitos e horizontes”*. Não obstante, as disputas e os desafios que se apresentam são múltiplos e complexos.

Durante a pandemia, houve a construção de projetos políticos que possibilitaram a existência de um cenário catastrófico do qual poderíamos ter sido poupadas/os. No Brasil, vivenciamos um

genocídio empreendido e patrocinado por quem estimulou o contágio em massa da população, que atingiu em cheio a população negra e indígena, uma gestão que negou a importância da vacinação e descreditou o conhecimento científico comprometido. Não há dúvidas de que a desigualdade racial, de gênero, sexual e a exploração das diferentes categorias de trabalhadoras/es se aprofundou diante das políticas neoliberais adotadas em um momento que exigia movimentação contrária, o que explica uma mortalidade maior do vírus em países que apostaram na austeridade e na promoção da negação da ciência.

No que diz respeito à educação pública, foi preciso atentar contra os ataques que foram sistematicamente desferidos contra a Universidade, seja através de cortes orçamentários que afetaram estudantes, funcionárias/os e professoras/es, seja por meio de investidas contrárias à autonomia universitária. Nesse cenário nos posicionamos contra os fechamentos de programas de pós-graduação, repudiamos a insuficiência das bolsas de pesquisa, a censura a temas de estudo, a perseguição às/aos pesquisadoras/es e a precarização do trabalho das/os cientistas sociais, além da tentativa de reduzir a importância da ciência social enquanto ciência. Somos a favor de medidas de promoção do acesso e da permanência estudantil, de valorização das/os cientistas sociais, da universidade pública e das/os servidoras/es.

Com a troca de gestão do governo federal realizada após o 8º FPPGS, vivenciamos conquistas que foram possibilitadas pela luta das/os estudantes e pesquisadoras/es, como o reajuste das bolsas de pesquisa CAPES e CNPq. Entretanto, também sabemos que este é um entre os vários passos na direção da valorização da ciência e da/o pesquisador/a que almejamos, muito ainda há de ser feito a

nível federal e estadual. Acreditamos que este também é o momento para pensarmos quais contribuições a Sociologia vem dando para o debate público e para os processos de transformação do Brasil contemporâneo, tendo em vista o cenário social em que nos encontramos, piorado em grande medida pelo avanço de forças políticas reacionárias. Assim, quando começamos a organizar a oitava edição do FPPGS, pensamos em um espaço de realização de um balanço crítico acerca da atuação da Sociologia e que contribuísse com uma reflexão sobre as perspectivas a serem construídas.

O Fórum é uma oportunidade das/os pesquisadoras/es conhecerem, se aproximarem e debaterem entre pares as produções e as investigações em fase de construção, bem como de promover o diálogo e a criação comunitária da ciência. Nossa edição contou com 6 Grupos de Trabalho que foram transformados nas 6 seções deste livro: Seção I – Intelectuais e Pensamento Social; Seção II – Movimentos Sociais; Seção III – Cultura; Seção IV – Relações Raciais; Seção V – Neoliberalismo; Seção VI – Trabalho e Classes Sociais.

É motivo de alegria coletiva que possamos realizar de forma inédita, nesta edição pós-pandemia do Fórum, a publicação dos trabalhos submetidos, e que com isso algumas/ns das/os autoras/es estejam realizando sua primeira experiência na publicação textual em livro. Nesse sentido, também nos alegra saber que após o 8º Fórum foi possível a organização de oficinas ministradas por professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), bem como a publicação deste e-book, comprovando mais uma vez a importância política e social desse espaço para as/os pós-graduandas/os do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (UNICAMP).

Por fim, queremos lembrar e agradecer aquelas/es que organizaram o 8º Fórum do Programa de Pós-graduação em Sociologia: Ana Clara Naletto Xavier, Caio César Pedron, Elisângela Oliveira Lima, Gustavo de Sousa Vieira, Isolda Santiago dos Santos, Luan Prado Piovani, Matheus Vital de Oliveira Mendes, Renata Falavina Cardoso de Oliveira, Thaciana Yara Gomes de Medeiros, Thaís Fernanda Rabelo, Victória Victor Vilas Boas da Silva, Vinicius Borges Alvim e Viviane Vidigal. Agradecemos às/os doutoras/es que aceitaram debater os textos submetidos aos Grupos de Trabalho: Bruna Della Torre, Gustavo Iván López Ovalle, Murillo Van der Laan, Silvio Matheus Alves Santos, Tábata Berg e Thyago Marão Villela. Também agradecemos aquelas/es que gentilmente aceitaram nosso convite para compor as mesas temáticas e as oficinas continuadas: Bárbara Castro, Marcia Rangel Candido, Mariana Chaguri, Mariana Conti, Mariana Roncato, Mário Augusto Medeiros, Michel Nicolau Netto e Sávio Cavalcante.

Atenciosamente,
Comissão Organizadora.

SEÇÃO I:
INTELECTUAIS E PENSAMENTO
SOCIAL NO BRASIL

BREVIDADES SOBRE A SOCIOLOGIA POLÍTICA DE ANTÔNIO FLÁVIO PIERUCCI

Caio César Pedron¹

INTRODUÇÃO

A obra de Antônio Flávio Pierucci (1945-2012) é reconhecidamente um manancial para aqueles que estudam os fenômenos religiosos, pois apresenta um exame coerente e conciso das transformações que a secularização perpetuou na religiosidade dos brasileiros, temas como: fundamentalismo, pluralismo religioso, laicidade, evangelismo, dentre tantos outros, compuseram o seu diagnóstico de percepção das contradições e combinações que o solvente religioso provocou nessa virada de século.

Mais do que apenas membro do *clube dos intelectuais desencantados*², nosso autor também foi um dos maiores intérpretes da obra de Max Weber (1864-1920) no Brasil, oferecendo aos leitores atentos uma ótima tradução da *Ética Protestante* como,

¹ Doutorando em sociologia pelo programa de pós-graduação em sociologia da Unicamp, orientado pelo Prof. Dr. Fábio Mascaro Querido. Pesquisa com ênfase em teoria social clássica e suas implicações na atualidade. E-mail: caiopedron99@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-002-0774-0138>.

² Uma polêmica ainda não escrutinada pela sociobiografia da sociologia nacional é aquela que se desenvolveu entre os pesquisadores da religião uspianos: Antônio Flávio Pierucci e Lísias Negrão. Enquanto Pierucci acusava alguns pesquisadores, dentre eles Negrão, de fazerem sociologia religiosa da religião; Negrão afirmava que o ceticismo do nosso autor para com a efervescência de novas religiosidades era típica expressão blasé de um autêntico representante do clube dos intelectuais desencantados.

também, recensões precisas do velho sentido atribuído a conceitos da sociologia compreensiva cuja contemporânea serventia se faz perceptível na profusão de uma boa produção sociológica weberiana na atualidade brasileira.

Contudo, quero falar de um dos seus estudos mais interessantes e menos conhecidos, pelo menos do grande público leitor da sociologia nacional, trata-se de sua *sociologia política* – ou *eleitoral* (BRITO, 2016) – produzida entre os anos 80 e 90 cujo principal objetivo seria o de desvendar os motivos, dedos e medos da nova direita que emergia no cenário político paulistano e, em alguma medida, no Brasil como um todo. O grande *sociólogo materialista da religião* (MARIANO, 2013) também foi um arguto observador do nascimento e desenvolvimento político/eleitoral da nova república. Neste resumo tratarei especificadamente do seu texto mais conhecido sobre o tema: “As bases da nova direita: seus medos, seu dedo”, pois acredito que ele consegue sintetizar com precisão os principais argumentos do autor; além de oferecer um belo panorama teórico para pensarmos a especificidade da direita brasileira.

A NOVA DIREITA ENTRE MEDOS E DEDOS

A preciosa pesquisa imersiva que o autor coordenou durante os idos finais dos anos oitenta possui uma história singular, tendo em vista que, originalmente, foi estruturada como uma pesquisa pós-eleitoral grande e elaborada. Juntamente com Paul Singer, o autor desenhou um *survey* grande, com um questionário bastante sofisticado, cuja amostragem estratificada estaria ao entorno de 2.000 eleitores (PIERUCCI, 1999, p. 88). A ideia seria tentar responder aos

motivos do voto em Jânio na eleição de 1985 para a prefeitura de São Paulo e, também, o crescimento do Partido dos Trabalhadores como uma opção para o eleitor metropolitano, tendo em vista que o candidato do partido naquele pleito – Eduardo Suplicy – havia recebido 20% das intenções de voto.

Contudo, a pesquisa não recebeu o financiamento requerido e, de posse dessa negativa formal, o autor procurou um redesenho para poder desenvolvê-la sem um aporte econômico muito significativo. A esse respeito, afirma Pierucci:

O projeto, assim detalhado e grande, acabou ficando muito caro, não conseguimos o financiamento. Mas a ideia ficou martelando em minha cabeça. Se a situação de uma derrota eleitoral na reta final era péssima, quanto mais em se tratando de uma derrota para a direita explícita e carrancuda. O momento era mais do que bom para se insistir numa pesquisa pós-eleitoral. E foi assim que, na falta de maiores verbas, acabei desenhando uma pesquisa flexível, que consistia no seguinte: depois de observar os mapas eleitorais do município de São Paulo e aí examinar a distribuição geográfico espacial do voto, localizar os distritos eleitorais em que se havia concentrado o voto em Jânio Quadros e então selecionar aqueles bairros em que pelo menos um terço do eleitorado havia votado em Jânio. Pelo menos um de cada três eleitores. E saí à cata nos bairros (PIERUCCI, 1999, p. 89).

Ainda é preciso salientar que, além de escolher os bairros que mais haviam votado na extrema direita, o autor também procurou através do questionário selecionar aqueles eleitores que seriam militantes voluntários, isto é, que buscavam convencer os seus próximos

a votarem em Jânio ou Maluf. Por meio deste expediente o autor acreditava poder encontrar *o núcleo duro de sustentação eleitoral do conservadorismo popular paulistano*.

Falando da concepção teórica de direita que engendra a perspectiva analítica dos dados, para Pierucci os sintagmas direita e esquerda são relacionais, melhor dizendo, são configurados em suas características por meio da relação que estabelecem com o seu polo antitético. Mais do que isso, esquerda e direita são composições plurais que podem ser colocadas em um eixo que ordena diferentes cores e tonalidades em referência ao posicionamento de uma determinada constelação social num leque amplo que vai do polo extremo ao centro e, adicionando mais uma camada de significação, esquerda e direita também são combinações de coletividades cuja diluição de fronteiras pode adicionar, potencializar, seccionar e até mesmo anular a organização de grupos em constelações simbólicas (PIERUCCI, 1999, p. 78).

Tudo isso para dizer que a direita diferencialista também é *proliferante*³ e que mapear o regime de organização e correlação entre as diferentes “direitas” é tarefa árdua e sempre necessária de revisão. Passemos das definições teóricas à interpretação do dado prático:

³ Originalmente Pierucci atribui a “nova” esquerda diferencialista a adjetivação de proliferante porque haveria uma produtividade social na diferença permitindo que de uma reivindicação de reconhecimento surgissem outras demandas e dissensões. Mas se a direita tradicionalmente domina o campo na diferença, então ela também poderia usufruir desse *efeito multiplicador da diferenciação* e, se observarmos o que aconteceu nos últimos anos, podemos perceber o incremento substancial dos diferentes grupos à direita no espectro político.

O sentimento generalizado de insegurança, que é autôfágico, vem produzindo em certas camadas sociais o surgimento de discursos sobre os males do mundo que, por um lado, brotam de uma lógica protofascista e, por outro, se dizem baseados nos fatos. São os fatos experimentados ou narrados, que dizem que a insegurança aumenta, é crescente, não para de se concretizar em mais um fato a cada momento. A experiência da violência criminal é inseparável da experiência da narrativa dos fatos de violência (PIERUCCI, 1999, p. 67).

O principal discurso da “nova” direita paulistana estava referendado na ideia da insegurança social, do aumento da criminalidade e da violência em uma metrópole cada vez mais impessoal. O medo generalizado é canalizado para um discurso de ódio ao estranho próximo, ao *unheimlich*, o inquietante que tão bem foi definido por Freud⁴ e, de outra maneira, estabelecido na definição de estrangeiro de Simmel. Essa passagem nos faz pensar, também, nos programas pinga-sangue (MARTON, 2020) que inundaram as redes de televisão durante os anos 80 e 90 e permanecem até hoje inoculando em seus telespectadores uma espécie de “vírus” que estimula o sentimento generalizado de insegurança.

⁴ Em outras traduções: estranho, infamiliar, repugnante e tantos outros derivativos desta ideia força que compreende o estrangeiro como alguém perigoso e ao mesmo tempo próximo. Uma vizinhança pouco confiável que traz algum distúrbio para a comunidade e, no entanto, reflete algo que é próprio desse agrupamento. Ver: **O INFAMILIAR: Das unheimliche**: edição bilíngue, seguido de *O homem da areia*, de E. T. A. Hoffmann. Coautoria de Sigmund Freud. Tradução de Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares, Romero Freitas. São Paulo: Autêntica, 2019. E-BOOK.

Eles têm medo. Abandonados e desorientados em meio a uma crise complexa, geral, persistente, que além de econômica e política é cultural, eles se crispam sobre o que resta de sua identidade moral em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa. “Legítima defesa” poderia muito bem ser um termo chave do seu vocabulário. A autodefesa, que é *prima facie* a proteção de suas vidas, de suas casas e bens, da vida e honra de seus filhos (suas filhas!), sua família, é também a defesa dos seus valores enquanto defesa de si diante da inversão dos valores em curso (PIERUCCI, 1999, p. 58).

O medo da dissolução moral somado a ideia de insegurança física produziu um caldo discriminatório que atingia principalmente o migrante nordestino, seria ele o principal responsável pelo aumento da criminalidade, pelo desemprego, pela prostituição; enfim, por todos os males morais e materiais pelos quais passavam os paulistanos. Sim, a cidade consagrada pelos fluxos migratórios ininterruptos, nacionais e internacionais, fazia-se de apegada as tradições em um suposto passado idílico onde só haviam paulistanos e não havia violência e nem degeneração.

A diferença mobilizada por essa constelação específica da extrema direita paulistana estava pautada pela distinção no nível dos sentidos, na singularidade perceptível através do olhar, na cor da pele, nos códigos de conduta e comportamento, no sotaque, no estilo de vestimenta e em todos os outros atributos passíveis de percepção e hierarquização social. Uma verdadeira heterofobia que, para o espanto do pesquisador, era enunciada em alto e bom som pelos entrevistados, sem qualquer pudor ou temor de sanção externa, nas palavras do exemplo “preferido” de Pierucci (1999, p. 62):

“Iguais? Que que há, está me estranhando? Fazer o quê? A vida é assim, azar! Tratar como nosso irmão?! Eu trabalhei quarenta anos, não posso ser irmã de vagabundo. O que é isso, está me confundido por quê, agora? Porque negro é isso... todo mundo sabe que há racismo, sempre houve e vai haver até o fim da morte, amém. Negro é negro, branco é branco, azul é azul, vermelho é vermelho. E preto é preto. Não vem que não tem. Essas demagogias (sic) é bom é em época de eleição. Isso é demagogia, isso é falsidade, isso é falta de religião católica apostólica romana”

A defesa aberta do racismo e a condenação explícita de qualquer tentativa de universalização igualitária, entendida como falta de religião católica apostólica romana, presente na afirmação de “Dona Mariauta”, é bastante ilustrativa do tipo de discriminação com o qual o se deparava aquele que procurava estudar os movimentos conservadores em sua lógica de exclusão. Em outra passagem, dizia uma entrevistada sobre a criminalidade: “Já reparou que bandido paulista é muito difícil? Paulista não tem tempo de roubar, paulista quer trabalhar” (PIERUCCI, 1999, p. 65). A *visão de mundo* da “nova” direita estaria assentada na combinação discursiva entre xenofobia (insegurança = migração) e o discurso de degenerescência moral, ambos calcados em um processo ativo de discriminação social.

A nova direita temia, ressentia-se e desejava ardentemente o fim das “malocas” a repatriação dos retirantes nordestinos – chamados no estado de São Paulo como “baianos” – somadas ao combate à prostituição, as revistinhas pornográficas e a qualquer outra banalidade moral que atinja os valores da família tradicional brasileira. Eram contrários aos direitos humanos, por óbvio, e apregoavam

punições pesadas para os criminosos – chegando, em alguns casos, a pena de morte –, desejavam a “Rota na rua!” e certamente seriam apoiadores do atual excludente de ilicitude⁵. Mas essa concepção homogênea, quase que ideal de “direitista”, se turvava quando se revelava que esses eleitores eram muito pouco apegados ao anticomunismo que suas lideranças pretendiam emular, eram defensores do Estado de bem estar social e apoiadores de greves e da reforma agrária, contanto que sem baderna⁶.

Enfim, pode-se dizer que houve um processo de contaminação do julgamento político pelos juízos moralizantes (PIERUCCI, 1999, p. 70) que resultou, dentre outras coisas, da própria condição precarizada daqueles estratos urbanos em seu nível educacional e econômico. Estavam ao mesmo tempo maravilhados com as ofertas irrestritas do capitalismo e temerosos de que seriam deixados para trás, diante da inoperância do Estado para garantir-lhes uma proteção básica; seduzidos pelo admirável mundo novo sem que pudessem compreender as implicações da fragmentação progressiva que os atingia e pela qual passava a economia e a sociedade nos tempos triunfantes do neoliberalismo.

A emergência dos discursos de ódio xenofóbicos na São Paulo dos anos oitenta poderia ser entendida como um sintoma da desestabilização social dos estratos de renda média e baixa escolaridade – a

⁵ Uma das principais promessas de campanha de Jair Bolsonaro que estava, inclusive, no famigerado pacote anticrime de Sérgio Moro.

⁶ Quem não se lembra da famosa trapalhada de José Luiz Datena em junho de 2013? O apresentador tentou influenciar o resultado de uma de suas enquetes apresentada após as manifestações maciças do ano de 2013, perguntava ele se o público apoiava protesto com baderna e a resposta positiva o fazia mudar a pergunta, inverter a ordem, tentar explicar três ou quatro vezes o que era baderna para, só depois, aceitar que o público era à favor de protesto com baderna.

tal da classe média sem classe (1986) – que adotou um mecanismo de autodefesa contra as transformações que bloqueavam o seu antigo modo de reprodução social. Refêns do processo histórico, precisavam achar um bode expiatório ao qual pudessem culpar indiscriminadamente, e esses seriam os *negros, mestiços, nordestinos e pobres* das zonas mais distantes da capital.

EM BUSCA DE UM DEBATE IMPLÍCITO...

Ainda que a esquerda seja *mais* igualitária do que a direita, não corresponde à realidade retratar o eleitor brasileiro que se situou à direita como estando numa posição contrária a igualdade (diferentemente do que observou Pierucci em São Paulo, talvez por ter entrevistado indivíduo de classe média). Note-se que, no Brasil, o eleitorado à direita é predominantemente pobre (a renda é mais baixa à direita do que à esquerda e mais baixa nos extremos do que no centro – veja, a esse respeito, as tabelas 3). Compreende-se, então, que, de modo geral, o público de direita não rejeite proposição a favor da igualdade (SINGER, 2000, p. 146).

A crítica⁷ apresentada por André Singer ao modelo teórico explicativo de Antônio Flávio Pierucci baseou-se em um dedicado trabalho de doutoramento que procurou compreender as causalidades entre identificação ideológica e voto nas eleições de 1989 e 1994. A bem da verdade, é preciso dizer que Singer (2000, p. 29) se contrapunha verdadeiramente aos que compreendiam o eleitor médio como

⁷ Agradeço aos comentários de Bruna Della Torre no 8º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IFCH/UNICAMP) que me fizeram pensar mais detidamente nas relações de conflito e cooperação entre as ideias de André Singer e Antônio Flávio Pierucci.

incapaz de decisões racionais, buscando contestar os resultados da escola de Michigan que durante décadas manteve grande hegemonia nas discussões teóricas sobre a avaliação e predição dos votos em democracia plebiscitárias.

As críticas com as quais o autor alvejou os resultados de Pierucci estão concentradas em apenas algumas páginas do último capítulo da obra (SINGER, 2000, p.145-148). Essas críticas são bastante pertinentes quando pensamos na localidade da “amostragem” qualitativa colhida por Pierucci, pois toda ela foi feita na cidade de São Paulo. Padecia, por isso, de um limitado escopo de análise, tendo em vista que a direita no espectro nacional estaria muito mais ligada as classes populares e, especialmente, aos mais pobres, do que aquele excerto de classe média baixa que seria o núcleo duro do *janismo* e do *malufismo* na capital paulista.

Aos olhos de Singer, a relação entre igualdade e diferença deveria ser tratada com esmero porque também a extrema⁸ direita era igualitarista, entretanto, *menos* igualitarista que a extrema esquerda e defensora de um intervencionismo estatal autoritário – nisso os resultados coligidos por ambos concordavam significativamente. A questão estava posta não tanto na igualdade, mas sim com o

⁸ Singer usa e abusa de diversos *surveys* coletados durante a pesquisa, como, por exemplo sobre a cultura política organizado pelo CEDEC e, também, a pesquisa tipológica sobre o Eleitorado Paulista de Fernando Limonge, dentre outras. O autor utiliza-se de escalas de autoidentificação eleitoral e, também, de identificação partidária, para projetar em diferentes perfis eleitorais as porcentagens de resposta sobre perguntas que tratam de princípios, ideias e valores concebidos como de direita ou esquerda. Esse gradiente com diferentes posições poderia ser repensado hoje com os gráficos de dispersão usados para analisar o comportamento nas redes sociais, eles são bons modelos visuais de como se expressam as redes de relações sociais quando tratam de ideologia e posição política.

jeito no qual ela seria implantada, ou seja, a forma como deveria ser modificada a sociedade para alcançar um nível de igualitarismo maior (SINGER, 200, p.149). A direita seria defensora de uma espécie de *via prussiana*⁹, uma “modernização” operada por cima e com a manutenção dos antigos laços e valores tradicionais que hierarquizavam a sociedade desde os tempos remotos; enquanto que, a esquerda preferiria o participacionismo, a democratização de acesso ao poder e a conquista de direitos através das lutas populares.

Podemos destacar dois pontos para pensarmos criticamente na contraposição destas explicações, primeiro é que seria interessante procurarmos compreender se a direita outrora *malufista* e *janista*, e agora *bolsonarista*, seria ainda hoje defensora do Estado. Em uma parcela pobre da população brasileira vigora uma crença socialmente estabelecida de que direitos e proteção social deveriam ser substituídos por maior flexibilidade e mercantilização; o *empreendedorismo de si*, a ideia de *viração* e a meritocracia ganharam terreno em localidades antes vinculadas as lutas coletivas, como na periferias das grandes metrópoles (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2018). Por outro lado, Singer (2012) em sua análise do *lulismo* enquanto fenômeno de massas conseguiu precificar muito bem a adesão ao petista de parcelas significantes do eleitorado que outrora votavam na direita, Lula conseguiu a façanha de “rapar a mesa” do jogo político (AB’SABER, 2014) promovendo crescimento econômico e inclusão

⁹ O desenvolvimento econômico sem precedentes da Alemanha Imperial (1871-1919) permitiu a aliança entre aristocracia prussiana e burguesia alemã. O modelo autoritário de desenvolvimento capitaneado pelo chanceler de ferro, Otto Von Bismarck (1815-1898), demonstrou que seria possível unir o conservadorismo político ao desenvolvimento econômico, mostrando que capitalismo e democracia estariam mais para afinidade eletiva do que codependência estrutural.

social, com isso alterando sua base social de apoio – na classe e na região – e reformulando a visão da participação do Estado na vida dos mais pobres. Participacionismo e igualitarismo poderiam ser questionados olhando para “novíssima” direita brasileira.

Last but not the least, faz-se interessante destacar uma apropriação tardia que André Singer (2022, p. 721, n. 35) fez do conceito de *conservadorismo popular* alcunhado por Pierucci; fato que revela a importância seminal deste conjunto de estudos para a análise das direitas brasileiras, ainda mais se pensarmos que essa retomada da leitura aconteceu vinte e dois anos depois da primeira assimilação crítica. Vejamos como André Singer operacionalizou o conceito de *conservadorismo popular* em uma passagem conclusiva do seu artigo:

Estudos futuros poderão revelar como o lulismo desarmou o conservadorismo popular, mas percebe-se que Bolsonaro teve o papel de reativá-lo, aproveitando o contexto criado pelas manifestações de junho de 2013, a Lava Jato e a recessão de 2015. Vale lembrar que a atração pelo ex-capitão entre eleitores de maior renda aparecia precocemente em pesquisas de 2016, quando denúncias contra o governo Temer abatiam opções de centro. De certo modo, pode-se dizer que a classe média foi a Bolsonaro, e não o contrário. Mas, como tal vínculo, isoladamente, não poderia levar ao triunfo eleitoral devido à pequena expressão numérica dos setores intermediários, era indispensável reativar a simpatia pela direita entre os de status mais baixo, o que o candidato foi capaz de fazer em 2018 (SINGER, 2022, p. 726).

O *conservadorismo popular* retomado por Singer acaba por fazer convergir as suas leituras com as de Pierucci (1994), especificadamente na concepção de que setores de classe média foram os catalisadores da campanha à presidência de Jair Bolsonaro que, somente depois, conseguiu galvanizar o apelo popular necessário para se tornar um candidato competitivo nas eleições de 2018. A luta entre a estratégia de *desativação* dos sentimentos ideológicos conservadores perpetrado pelo lulismo e sua posterior reativação orquestrada pelo *carisma incivilizado* (PEDRON, 2020) de Jair Messias Bolsonaro é a chave de ouro que explica a relação entre *conservadorismo popular* e sucesso eleitoral no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Thales. **Lulismo, Carisma Pop e Cultura Anticrítica**. 2 ed. São Paulo: Editora Hedra, 2014.
- BRITO, Maria Letícia Juliano Diniz. O comportamento eleitoral da Nova Direita: Análise do debate desenvolvido por Antônio Flávio Pierucci. **Revista Ciências Humanas** (UNITAU), v. 7, n. 2, 2013.
- BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Revisitando a pequena sociologia eleitoral de Antônio Flávio Pierucci (1985-1992). **Estudos de Sociologia**. v. 21 n.41, jul.-dez, 2016. pp. 465-482.
- ELIAS, Norbert. O sociólogo como destruidor de mitos. In: ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Tradução de Maria Luísa Riberio Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Ascensão, fastígio e declínio da “Revolução Judiciária”. **Revista Insight Inteligência**. ed. 89, 2018.

- MARIANO, Ricardo. Antônio Flávio Pierucci: sociólogo materialista da religião. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 28, núm. 81, fevereiro, 2013, pp. 7-16
- MARTON, Fábio. Como Datena e os programas pinga-sangue ensinaram os evangélicos fundamentalistas a odiar. **The Intercept Brasil**. Publicado em 28/08/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/08/28/programas-pinga-sangue-evangelicos-fundamentalistas-crentes/>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- O INFAMILIAR**: Das unheimliche: edição bilingue, seguido de “O homem da areia”, de E. T. A. Hoffmann. Coautoria de Sigmund Freud. Tradução de Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares, Romero Freitas. São Paulo: Autêntica, 2019. E-BOOK.
- OLIVEIRA, Helena dos Santos. Do outro lado da cidade. *In*: CARLOS, Roberto. **As**
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Um toque de classe, média baixa. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 14, p. 1-10, 1986.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. SCALCO, Lucia. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. **CADERNOS IHU IDÉIAS** (UNISINOS), v. 16, p. 3-15, 2018.
- PEDRON, Caio César. O Carisma incivilizado de Jair Bolsonaro: a política do ressentimento na pandemia. *In*: Bárbara Castro. (Org.). **COVID-19 e Sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas: Gráfica IFCH, 2020.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitoral brasileiro**: a identificação nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo, SP: Edusp, 2002.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **A reativação da direita no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, v. 27, p. 705-729, 2021. DOI: <https://doi.org/http://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>. Acesso em: 27 jan. 2022.

DESFAÇATEZ DE CLASSE E VOLUBILIDADE DA ELITE BRASILEIRA: ROBERTO SCHWARZ E A GUINADA NEGATIVA DA FORMAÇÃO NACIONAL

Felipe de Souza Mello¹

INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, pode-se dizer que Roberto Schwarz é mais conhecido pelo seu trabalho como crítico literário e cultural do que como sociólogo ou crítico da sociedade capitalista, e minha pesquisa foca na investigação desse segundo aspecto de sua obra. O que venho constatando – e que pretendo apresentar de maneira geral no presente trabalho – é que, apesar de seus ensaios privilegiarem como objeto analítico produções culturais, sobretudo a literatura, há presente em cada ensaio uma análise sociológica que parte de um objeto particular para tentar inserí-lo no movimento atual e mais geral da sociedade capitalista em sua totalidade, mas sem deixar de lado a problemática da questão nacional. Tal procedimento se ancora em um ponto de vista heurístico da periferia do capitalismo que é resultante da condição de ex-colônia do Brasil, assim como na ideia de que o desenvolvimento desigual e combinado do mesmo sistema gera diferentes caminhos de modernização das nações. Dessa

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp; orientado pelo Prof. Dr. Fabio Mascaro Querido; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: felipedesouzamello@gmail.com.

maneira, baseando-me nos três principais ensaios² escritos ao longo da década de 1980 que compõem a obra magna de Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990) e em seu emblemático ensaio “Fim de século” (1994), pretendo apresentar como ocorreu a guinada negativa da formação nacional em sua crítica e o diagnóstico resultante dela a partir de dois conceitos advindos de sua interpretação da obra madura de Machado de Assis, a saber, a *desfaçatez de classe* e a *volubilidade*, os quais também seriam características estruturais da elite brasileira.

A FORMAÇÃO NACIONAL SERIA UMA IDEIA FORA DO LUGAR?

Schwarz ingressou em 1957 no curso de Ciências Sociais na USP e, entre 1958 e 1964, participou do chamado *Seminário Marx* ou *Grupo do Capital*. Segundo ele, a partir dos estudos desse grupo, se concretizou uma “nova intuição do Brasil” (SCHWARZ, 1999, p. 93) que resultou na noção de “funcionalidade moderna do atraso” (SCHWARZ, 2009, p. 232), isto é, um atraso que tende a se perpetuar e se reproduzir ao invés de desaparecer. Ele acredita que tal ideia guiou e foi desenvolvida pelas teses de doutorado de Fernando Henrique Cardoso, de Maria Sylvia de Carvalho Franco e a de Fernando Novais. De tais trabalhos, Schwarz também incorporou a tese de que embora o modelo de referência de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos fosse o dos países do centro do capitalismo, o desenvolvimento dos primeiros ocorre de outra forma, enfrenta problemas diferentes e ocorre através de outras categorias sociais.

² “Complexo, moderno, nacional e negativo” (1981), “A velha pobre e o retratista” (1982) e “Uma desfaçatez de classe” (1985).

Portanto, seria necessária uma abordagem que trata as anomalias do chamado subdesenvolvimento como o “arranjo sociológico-político” através do qual um país da periferia do capitalismo, como o Brasil, se insere na economia internacional, e que, conseqüentemente, tais anomalias devem ser consideradas parte integrante do desenvolvimento e da reprodução do sistema capitalista.

Todavia, trinta anos mais tarde, Schwarz (1999, p. 103-104) apontaria os principais limites do Seminário que, apesar de serem cobranças talvez descabidas, são indícios do direcionamento de seu projeto crítico individual ao longo de sua trajetória, a saber: “Não houve muito interesse pela crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria”, fazendo com que o foco se limitasse aos impasses da industrialização brasileira e não a crítica aprofundada da sociedade capitalista; “faltou ao seminário compreensão para a importância dos frankfurtianos, cujo marxismo sombrio, mais impregnado de realidade que os demais, havia assimilado e articulado uma apreciação plena das experiências do nazismo, do comunismo stalinista e do *american way of life*, encarado sem complacências”; e, por fim, “uma certa indiferença em relação ao valor de conhecimento da arte moderna, incluída a brasileira, a cuja visão negativa e problematizadora do mundo atual não se atribuía importância”.

Contudo, ao longo de sua graduação, Schwarz se distanciou da sociologia mais cientificamente rígida e empírica de Florestan Fernandes e se aproximou da crítica literária-sociológica de Antonio Candido, o que marcou o início de uma inflexão teórica que, segundo Paulo Arantes (1992, p. 53), comandaria o raciocínio crítico que atravessa toda obra de Schwarz: “A ideia nada simples de que a interpretação literária exige a elaboração de um sistema de

mediações historicamente especificadas”. Tanto que o crítico decide fazer seu mestrado em literatura comparada e teoria literária em Yale, para depois retornar ao Brasil em 1963 e começar a trabalhar como professor assistente de Candido. Entretanto, após o golpe de 64 e o aprofundamento da perseguição e repressão política a partir de 1968 e do decreto do AI-5, Schwarz decide se exilar em Paris. Paradoxalmente, foi aqui que ele teve a chance de “abrasileirar-se” (SCHWARZ, 2009, p. 239) a partir da convivência com brasileiros exilados de diversas regiões do país e, ao mesmo tempo, de tomar uma certa distância do conturbado momento político do país para repensar e reelaborar sua crítica e suas posições políticas.³

É nesse contexto do exílio que Schwarz passa a se dedicar ao estudo da formação social do Brasil através da literatura de Machado de Assis, realizando sua tese de doutorado intitulada *Ao vendedor as batatas* (1977), um estudo sobre a forma literária e o processo social do início do romance brasileiro no século XIX. Porém, antes disso, em seu conhecido e polêmico ensaio “Cultura e política, 1964-1969” (1970), a partir do diagnóstico da modernização conservadora da ditadura, Schwarz confirmava aquela noção do *Seminário Marx* de que aspectos arcaicos e modernos de uma sociedade inserida na periferia do capitalismo formam uma composição esdrúxula e quase insolúvel mas funcional e historicamente sedimentada, na qual se reproduz tanto o chamado “atraso” brasileiro da herança escravista e colonial como o destino nacional de uma ex-colônia ainda hoje fornecedora de matéria prima e trabalho barato – uma característica peculiar e local (mas não única) reproduzida ambigualmente

³ Para mais detalhes sobre a importância do exílio na trajetória de Schwarz, ver Queirido (2019b).

pela estética tropicalista e impressa na cultura da época de uma maneira geral. O crítico aponta para o fato de que estava se consolidando uma situação na qual o desenvolvimento econômico – ou a modernização capitalista à brasileira – não implicava na superação daquele passado arcaico, mas avançava a partir da dialética da “reprodução moderna do atraso”. Mas aqui sua crítica ainda não abarcava aspectos estruturais da sociedade de classes brasileira e, também devido a sua atuação política mais intensa e imediatista contra a ditadura, ela ainda não demonstrava os contornos mais negativos e radicais, além da independência intelectual que adquiriria mais tarde.

Voltando à tese de doutorado, cujo primeiro capítulo é o também célebre e conhecido ensaio “As ideias fora do lugar”, Schwarz analisa a dinâmica da vida ideológica brasileira do século XIX através da produção literária da primeira fase de Machado de Assis, dando o pontapé inicial a sua interpretação bastante singular da formação nacional, a partir da experiência social e intelectual de um país de regime escravista na periferia do capitalismo. No Brasil da segunda metade do século XIX, o liberalismo que anunciava a igualdade jurídica e o trabalho livre se combinava com o favor e, portanto, com o arbítrio e a dominação pessoal, com o paternalismo e o clientelismo, isto é, relações que eram alimentadas pela escravidão. Ocorria, portanto, uma inversão ideológica em relação ao ambiente europeu: formulações que seriam originalmente universalistas e progressistas passavam a ser utilizadas na defesa de interesses particulares, caracterizando uma espécie de “comédia ideológica” de contornos bastante perversos, mas também muito reveladora da verdade por trás da ideologia liberal. Segundo sua argumentação

inovadora para a época, mais do que um antagonismo, existia uma “coexistência estabilizada” entre escravidão, liberalismo e favor (SCHWARZ, 1977, p. 18-19).

A FORMAÇÃO NACIONAL PENSADA ATRAVÉS DO CETICISMO MACHADIANO E DA NEGATIVIDADE ADORNIANA

Após voltar ao Brasil em 1979, Schwarz passa a se dedicar ao estudo da fase madura de Machado, em que – após completar sua “ascensão social” e encarar o arbítrio “com a intimidade humorística de quem se confessa praticante” (SCHWARZ, 1977, p. 231) –, o ponto de vista de seus romances passa a ser o das elites e não mais dos dependentes como em seus romances anteriores. É então, ao longo dos anos 1980, que Schwarz apresenta e desenvolve de maneira mais cabal os conceitos de *volubilidade* e de *desfaçatez de classe*. A partir da mencionada dinâmica ideológica e da combinação entre escravismo e liberalismo, ele leva adiante e aprofunda sua análise da experiência social brasileira do século XIX com o estudo da forma literária de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e da conduta mercurial de seu narrador, ambas enquanto estilização ou mimese de uma conduta muito própria das elites brasileiras marcada pela dualidade de critério, a perpétua infração da norma e a arbitrariedade. De acordo com Schwarz (1982, p. 36), a particularidade da situação histórica brasileira de uma ex-colônia e posterior país independente de regime escravocrata, mas diretamente ligado ao capitalismo europeu, gerou uma formação social em que, para as camadas dirigentes locais do século XIX, segundo a conveniência da situação, “valem

a norma burguesa ou o desprezo por ela”; isto é, uma “escandalosa duplicidade ou alternância de critério” que seria o essencial da volubilidade do narrador e da forma do romance machadiano.

O crítico demonstra que o traço mais marcante e sobressaliente desse romance seria essa volubilidade ou a inconstância do narrador, que se apresenta como um “defunto autor” e representante típico de sua classe, abusado e extravagante, que por falar do além expõe sem pudor toda a vileza, escárnio e arbitrariedade da conduta da elite brasileira. Brás nunca permanece igual a si mesmo por mais de um parágrafo e muda de estilo ou assunto quase que a cada frase, um movimento constante e desenfreado que tem a ver com o desejo de demonstrar sua superioridade a qualquer custo, através da atenção, do reconhecimento e da satisfação de amor-próprio. E não se trata de uma disposição psicológica ou estilística da personagem ou do autor, mas um princípio rigoroso que a tudo se sobrepõe: desde as abstrações arbitrárias de Brás em torno de sua vida e da dinâmica social ao seu redor até o ato de abstrair em si, tudo está à mercê dos caprichos do narrador. Para Schwarz (1981, p. 121), “a volubilidade abraça o mundo em sua extensão, e trabalha a fundo o plano das formas” e, ao mesmo tempo, “ela transcende a psicologia individual, com sua parte de contingência, para tornar-se uma forma literária que não sofre exceções, bem como uma visão do mundo”. Ou seja, o crítico desvendou na forma do romance uma estrutura que mimetiza os resultados ideológicos e de classe da particularidade histórico-sociológica brasileira, mas que se expressava na ficção através da ironia e do ceticismo do escritor em relação às elites. Esta configuração resultou em um procedimento artístico no qual tanto as barbaridades

e as incongruências do regime local, assim como falsidade e os limites do esclarecimento europeu e da realidade burguesa, são expostas pela luz do ponto de vista da periferia do capitalismo.

Já a desfaçatez (ou a falta de vergonha, abuso, atrevimento, audácia, ousadia, cinismo) de classe, estaria diretamente atrelada à volubilidade, pois o descaramento é consequência inevitável desse movimento de conciliação e oscilação entre critérios modernos e arcaicos que era cotidiano e rotineiro entre os membros da elite. Se a modernização do país se dava através de um regime escravocrata de uma ex-colônia que havia sido explorada em prol do desenvolvimento do capitalismo na Europa, por que não seria legítima a defesa progressista da escravidão? Nas palavras de Schwarz (1985, p. 42):

Se a acumulação de capital no país e, com ela, a modernização são bancadas pelo trabalho escravo, norma e infração não trocam de lugar? Ou melhor, além de infração, a infração é norma, e a norma, além de norma, é infração. Em suma, a defesa progressista do tráfico negreiro colocava problemas ideológicos difíceis de resolver, e encarnava a parte de afetação e afronta que acompanha a vida das idéias nas sociedades escravistas modernas. A ambivalência tinha fundamento real, e Machado de Assis, conforme se verá, soube imaginá-lhe as virtualidades próximas e remotas.

Em suma, ao propor tal interpretação da lei da prosa machadiana enquanto “a miniaturização ou o diagrama do vaivém ideológico da classe dirigente brasileira” (SCHWARZ, 1981, p. 50), o crítico demonstrou que a obra e o trabalho artístico-intelectual de Machado têm um grande potencial crítico e negativo em relação à história global do capitalismo. Ao sondar de maneira profunda e

ousada a forma do romance e encontrar a volubilidade e a desfaçatez enquanto principais aspectos formais e como “transposição de um aspecto significativo do processo histórico” (SCHWARZ, 1987, p. 138) – os impasses e dilemas ideológicos e a conduta da elite –, dando prioridade a forma literária mas articulando a análise com os estudos históricos e sociológicos resultantes do *Seminário Marx* e os atualizando a partir da teoria estética e da dialética negativa de Adorno, o crítico foi capaz de produzir conhecimentos novos e mais complexos em torno da formação nacional, da estrutura de classes brasileira e da dinâmica periférica do capitalismo, arrematando com a crítica desse sistema em seu todo.

Dessa maneira, ao passar a década de 1980 se debruçando sobre a fase madura da literatura machadiana, Schwarz atualizou o debate da formação nacional, compreendendo-a em chave negativa, como resultado da “marcha grotesca ou catastrófica do capital” (SCHWARZ, 1987, p. 169). Ao fim dessa década e com o acúmulo teórico, intelectual e político de sua trajetória e a incorporação definitiva da teoria adorniana traduzida pelo ponto de vista da periferia, Schwarz havia consolidado seu projeto crítico que vinha sendo desenvolvido desde os anos 1960. Trata-se de um processo que aqui chegaria ao seu ápice na virada para a década de 1990, no âmbito da ascensão do neoliberalismo em território nacional e em sua descoberta tanto do livro *O colapso da modernização* de Robert Kurz como do romance *Estorvo* de Chico Buarque, e culminaria na produção da conferência “Fim de Século”, ministrada na Universidade de Yale em 1994. Neste ensaio, Schwarz apresenta uma crítica mais definitivamente negativa, resultante de seu diagnóstico da reprodução moderna do atraso que se expressa pela volubilidade, pela

desfaçatez de classe e pelo ceticismo em relação às elites na obra de Machado – mas que também tem continuidade ao longo da história brasileira até os dias atuais, na ampla margem de manobra e arbítrio da elite brasileira, que nunca foi obrigada a abrir mão de nenhum privilégio em prol do desenvolvimento do país ou da redução da desigualdade. Como vem demonstrando Querido (2013, 2019a; 2019c), trata-se de numa análise que, desde a periferia do capitalismo, transforma-se em uma crítica da própria modernidade capitalista como um todo e não apenas a crítica de nossa “má-formação”, “atraso” ou falta de desenvolvimento. Ou seja, ao manter como núcleo constante de sua crítica as “desarmonias cíclicas do capitalismo mundial” (SCHWARZ, 1987, p. 47), o crítico jamais alinhou-se com as apostas na modernização como eixo do processo de superação do atraso e/ou subdesenvolvimento.

Para concluir, em suma, averiguou-se que o diagnóstico inaugurado por Schwarz em “Fim de século” foi resultado da confirmação e da radicalização da intuição que ele já vinha elaborando desde os anos 1960, assim como da constante atualização, tradução e reflexão em torno de suas diversas influências e inspirações teóricas – sempre do ponto de vista da periferia do capitalismo e sem concessões à lógica vigente da sociedade. E ao se imbuir da obra adorniana e se inspirar em sua proposta de trabalho intelectual, Schwarz logrou consolidar uma crítica independente, radical e potencialmente mais reveladora e sombria devido à sua posição periférica, e que foi capaz de apresentar um diagnóstico de longo alcance e atualidade: o ciclo nacional-desenvolvimentista se esgotou e entrou em vigência uma nova etapa, tanto nacional como mundial, que se caracteriza acima de tudo pelo desmanche da sociedade, pela catástrofe e pelo impasse

definitivo em relação a qualquer saída nacional possível para o Brasil, como se o futuro já fosse o presente, encurtando de vez aquele horizonte de expectativas da formação nacional e do progresso capitalista, que passam a ser bloqueados pelo desenvolvimento neoliberal do período pós-redemocratização.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. **Sentimento da Dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- QUERIDO, Fabio. “Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. **Novos Estudos**, n. 97, 2013.
- QUERIDO, Fabio. “Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil”. **Lua Nova**, n. 132, 2019a.
- QUERIDO, Fabio. “Michael Löwy e Roberto Schwarz: trajetórias cruzadas”. **Margem Esquerda**, n. 32, São Paulo, 2019b.
- QUERIDO, Fabio. Nacional por negação: ensaio e “crítica independente” no último Roberto Schwarz. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, (74), 233-249, 2019c.
- SCHWARZ, Roberto. (1977). **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. “Complexo, moderno, nacional e negativo”. **Novos Estudos**, n. 1, São Paulo, 1981.
- SCHWARZ, Roberto. “A velha pobre e o retratista”. **Novos Estudos**, n. 2, São Paulo, 1982.
- SCHWARZ, Roberto. “Uma desfaçatez de classe”. **Novos Estudos**, n. 11, São Paulo, 1985.
- SCHWARZ, Roberto. (1987). **Que horas são? ensaios**. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. “Um seminário de Marx”. *In*: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. “Fim de século”. *In*: SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Roberto Schwarz (Entrevista). *In*: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio. **Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 227-245.

MAURÍCIO TRAGTENBERG E A REVOLUÇÃO RUSSA: PRELIMINARES APONTAMENTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA INTERPRETAÇÃO

Luccas Eduardo Maldonado¹

Este texto debaterá de maneira sintética o argumento histórico a respeito do processo revolucionário russo do livro paradigmático *A Revolução Russa* (1988) de Maurício Tragtenberg (1929-1998).

A origem d'*A Revolução Russa* deriva-se, em primeira instância, do contato pessoal que Tragtenberg mantinha com o historiador Jayme Pinsky. Os dois aproximaram-se na UNICAMP, onde esse lecionava na Faculdade de Educação e aquele no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas². Pinsky coordenava a coleção *Discutindo a História* da editora paulista Atual. Este projeto lançou no mercado diversos livros paradigmáticos de cunho histórico.³ A coleção difundiu várias obras de introdução à distintas temáticas, elaboradas por docentes universitários, ao longo dos anos 1980 e 1990.

Pinsky convidou Tragtenberg para redigir um trabalho sobre a Revolução Russa devido aos seus conhecimentos sobre a história do socialismo. A publicação apareceu em 1988.⁴ A coleção teve

¹ Doutorando em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Relato por e-mail de Jayme Pinsky em 2020.

³ Jayme Pinsky foi coordenador de três importantes coleções de livros paradigmáticos históricos no mercado editorial brasileiro. Dirigiu a *História Popular* da Global; a *Discutindo a História* da Atual; e a *Discutindo a História* da Contexto, sua própria editora.

⁴ A editora UNESP relançaria a obra em 2007 dentro da Coleção Maurício

razoável difusão, contando com várias reimpressões. Isso atraiu o interesse de Tragtenberg uma vez que o intelectual cultivou preocupações em dialogar com estratos para além da universidade ao longo de toda sua vida.

O livro seguiu o padrão de dimensões do gênero paradidático: não é muito grande, tendo aproximadamente 100 páginas. A obra conta com quatro partes: a primeira, “A Rússia Imperial”, faz uma análise ampla da história imperial russa e é a maior parte do livro; a segunda, “A sociedade russa pré-revolucionária”, volta-se aos antecedentes da Revolução de Outubro; a terceira, “O processo da Revolução Russa”, dedica-se à revolução bolchevique, à guerra civil e às revoltas de esquerda; a última é uma breve conclusão com as teses de Tragtenberg sobre o evento.

Mostra-se difícil tanger todos os processos fundamentais de um evento histórico complexo como a Revolução Russa em um escrito relativamente pequeno. Omissões e lacunas são inevitáveis. O escritor delimitará preferências na economia da construção narrativa, ponderando a respeito do fundamental e do renunciável. As qualidades das palavras selecionadas, no limite o manejo dos conceitos balizadores do argumento, colocar-se-ão também neste difícil processo de seleção. A questão, contudo, é o produto final deste empreendimento, o quanto dará conta do processo social? O desafio é ainda maior dentro do gênero paradidático devido aos limites impostos pela forma.

Tragtenberg é um entre tantos outros que intentaram de criar síntese dos acontecimentos da Revolução Russa. Seu texto rememora

Tragtenberg, empreitada que disponibilizou por um único selo todos os escritos de Tragtenberg em dez volumes.

em certa medida a investida do historiador britânico Christopher Hill (1947) em *Lenin and the Russian Revolution*. Este livro buscava constituir uma síntese da revolução, mas não se referia à figura de Leon Trotsky. Profundamente engajado com o Partido Comunista da Grã-Bretanha durante o auge do stalinismo, Hill omitiu a segunda mais importante liderança dos bolcheviques, responsável pela criação do Exército Vermelho. A economia entre o fundamental e o não fundamental neste caso criava uma lacuna que prejudicava profundamente o entendimento do processo.

O brasileiro também tolhe questões fundamentais na sua obra, por exemplo não trabalhando a Revolução de Fevereiro. Seu livro está mais preocupado em focar na política direta, deixando questões centrais da disputa parlamentar e institucional fora de foco. Neste movimento, o objetivo didático, de mapeamento do fundamental, ficou comprometido. O trabalho mostra-se mais interessante pelas interpretações de Tragtenberg sobre o processo do que por sua capacidade de ser um exemplo de propedêutica.

A Revolução Russa foi uma das últimas empreitadas de Tragtenberg sobre este processo em uma trajetória de escrita iniciada nos anos 1950 quando adentrara ao curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP). Diversos dos seus escritos tangem de alguma maneira a sua teoria explicativa de que o modo de produção da União Soviética era um “Capitalismo de Estado”. Posição que apresentou no interior da Liga Socialista Independente na segunda metade da década de 1950.⁵ Esta conceitualização sobre o socialismo real é uma questão cara dentro dos debates da esquerda,

⁵ Sobre a trajetória de Tragtenberg, cf. Barsotti (2014), Tragtenberg (1991, 1999). Sobre a Liga Socialista Independente, cf. Maldonado (2020, p. 78-84).

estando associada a uma série de rupturas no movimento trotskista.⁶ O primeiro livro publicado por Tragtenberg (1967) *Planificação: desafio do século XX* – que serviu como mecanismo de ingresso na USP⁷ – era originalmente uma tentativa pretensiosa e insuficiente de explicar o desenvolvimento das estruturas capitalistas em diversos espaços do globo. Vários países são tangidos, entre eles a Rússia.

Em suma, Tragtenberg argumenta nesta obra e também n’*a Revolução Russa*, mostrando uma continuidade argumentativa ao longo de décadas, que o Estado foi um componente relevante na realidade russa desde a Idade Média, manifestando-se em distintos modos de produção. Por exemplo, o regime de servidão na Rússia não se caracterizou por pactos locais entre suserano e vassalo, como se deu na Europa ocidental. Configurou-se organizado pelo Estado no Oriente. As relações jurídicas, que estabeleceram a servidão, não ocorreriam no plano local, entre membros da sociedade civil, porém o Estado regulou o regime de trabalho por meio de uma massiva burocracia todo o território. Colocou-se o que Tragtenberg conceitua como “Feudalismo de Estado”.

Tragtenberg manejara esta categoria no título da década de 1960, todavia não a usou na de 1980, descrevendo apenas o fenômeno. Desenvolveu diversas leituras no interim, entre elas o escrito de Karl Marx (1981) sobre as formas pré-capitalistas, que mudaram

⁶ Este foi o motivo por exemplo da ruptura de Mario Pedrosa com a IV Internacional. Tal enfrentamento teórico surgiu com a caracterização do Estado Soviético como Capitalismo de Estado por Max Shachtman da seção americana da IV Internacional (LEAL, 2003, p. 26).

⁷ Já que Tragtenberg não tinha o ensino básico completo, uma alternativa para entrar no USP era redigir uma monografia, submetida ao escrutínio de um professor da instituição. O trabalho de Tragtenberg passou por este processo, sendo aprovado.

um pouco sua percepção. Concluiu no intervalo que esta forma de exploração não é uma característica específica de um momento histórico do Estado, mas do próprio Estado, que se dilata ou retrai a depender do tempo. O primeiro capítulo de sua tese de doutoramento, *Ideologia e Burocracia*, é uma investigação extensiva deste escrito marxiano.⁸

Diversas reformas no século XIX alteraram o regime de trabalho dominante na Rússia, no entanto não retiraram a relevância do Estado para a organização social. A entrada de capitais estrangeiros e o desenvolvimento de uma iniciativa privada forjaram o nascimento do capitalismo nas décadas anteriores à revolução. A insurreição de outubro alterou a qualidade do processo, moldando a transformação da estrutura capitalista em um regime totalmente lastreado pelo Estado, conseguindo desenvolvê-la às últimas consequências: haveria um Estado e um capitalismo pujante que se confundiriam. As formas de exploração econômica características do capitalismo continuariam ocorrendo, todavia o excedente não seria destinado à iniciativa privada, porém ao Estado. Os estamentos burocráticos comportar-se-iam como a classe dominante, elaborando-se uma ditadura de burocratas que viviam do trabalho do operariado.

A categoria Capitalismo de Estado foi originalmente anunciada por Lenin para designar uma forma de produção existente

⁸ “O modo de produção asiático aparece também na Rússia por ocasião da invasão hunna, determinando a longo prazo certos aspectos da vida social e econômica que a nós, ocidentais, podem parecer impostos pela Revolução Autoritária (1917), mas que são de fato prolongamentos de instituições preexistentes da antiga Rússia, fornecendo dados para a compreensão da realidade russa contemporânea” (TRAGTENBERG, 1977, p. 29).

entre outras na Rússia imediatamente após a Revolução de 1917.⁹ Tragtenberg assume a categoria e a desloca como generalizante para toda a produção da Rússia após a Nova Política Econômica (NEP). A integridade da economia soviética seria estatizada e burocratizada naqueles anos. Por esta argumentação, o socialismo jamais teria se constituído uma vez que a planificação econômica, que só ocorreria com a dissolução do Estado e a coletivização das forças produtivas, seria meramente um recurso retórico dos revolucionários. Haveria, na realidade, só outra forma de ditadura para se apropriar do excedente, em grande medida resultado da dificuldade de se romper com as heranças estatais russas.

Tragtenberg alinha-se interpretativamente com diversos anarquistas que foram aliados dos bolcheviques nos primeiros momentos da revolução e que depois se converteram em seus opositores, acusando-lhes de terem instalado um regime autoritário. Nesta esteira, coloca em primeiro plano as narrativas dos marinheiros de Kronstadt e do movimento maknovista nos seus escritos. Estes grupos estariam mais próximos da sua noção de socialismo do que os bolcheviques. Em *Reflexões sobre o socialismo*, Tragtenberg (1986, p. 10), ao realizar uma rápida análise do caráter estatizante dos estados soviéticos, aponta claramente o que entende por socialismo: “é entendido aqui como o regime onde a autogestão operária extingue o Estado como órgão separado e acima da sociedade, elimina o administrador dirigente da empresa em nome do capital e, ao mesmo tempo, elimina o intermediário político, isto é, o ‘político profissional’”.

⁹ A primeira menção que Lenin (1978) fez a categoria foi no artigo “Acerca do Infantilismo ‘de Esquerda’ e do Espírito Pequeno-Burguês” de 1918, publicado no *Pravda*. Sobre o conceito, cf. a análise de Rodrigues (1988) a respeito.

O brasileiro apresenta uma grande reserva aos bolcheviques em seus escritos. Chega em algumas oportunidades a taxar o regime como “totalitário” (TRAGTENBERG, 1967, p. 112), realizando um diálogo indireto com a bibliografia ocidental mais radicalmente crítica aos russos, que argumenta a plena dissolução da sociedade civil pelo Estado, embora jamais tenha apresentado maiores aproximações com tal interpretação.¹⁰ Tal apreciação crítica não quer dizer que ele renegue às últimas consequências o processo revolucionário. Dispõe que, na realidade, as virtudes do processo foram tolhidas no seu desenvolvimento. Assume como virtuoso o caráter dos soviets que edificou a auto-organização dos operários. Para ele, o socialismo estava sendo edificado em uma das margens da “Dualidade de Poderes” que a longo prazo a ditadura bolchevique desmontou.¹¹ Forjava-se a democracia direta na ação dos próprios operários organizados e com a desestruturação do próprio Estado.

A concluir, tentou-se demonstrar como a obra *A Revolução Russa* de Tragtenberg não é um bom horizonte como exercício propedêutico aos estudos históricos da Revolução Russa. Sua construção deixa alguns momentos fundamentais do processo fora da análise. Por outro ângulo, o texto coloca-se mais interessante ao ser analisado como um andar no seu edifício argumentativo a respeito da caracterização do socialismo no leste europeu, preocupação que atravessou vários dos seus escritos ao longo de toda a sua vida.

¹⁰ Sobre as interpretações que se utilizam do termo totalitário, cf. Fernandes (1994, p. 16-20).

¹¹ Categoria enunciada por Lenin (1977) para designar a autonomia dos soviets diante do governo provisório. Diversos autores assumiriam o conceito em suas análises, entre eles Trotsky (1977) em sua *História da Revolução Russa*.

REFERÊNCIAS

- BARSOTTI, Paulo Douglas. Maurício Tragtenberg. *In*: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 357-376.
- FERNANDES, Luis. Leituras do Leste: O debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético. **Bib**, Rio de Janeiro, n. 38, 2º semestre 1994, p. 16-20.
- HILL, Christopher. **Lenin and the Russian Revolution**. London: Hodder And Stoughton Limited, 1947.
- LEAL, Murilo. **A esquerda da esquerda**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2003.
- LENIN, Vladimir. Acerca do Infantilismo “de Esquerda” e do Espírito Pequeno-Burguês. *In*: LENIN, Vladimir. **Obras Escolhidas: tomo 2**. Lisboa: Avante, 1978, p. 283-314.
- LENIN, Vladimir. Sobre a Dualidade de Poderes. *In*: LENIN, Vladimir. **Obras Escolhidas: tomo 1**. Lisboa: Avante, 1977, p. 145-158.
- MALDONADO, Luccas Eduardo. **Luiz Alberto Moniz Bandeira e a Nova Esquerda: Um estudo do seu pensamento e das suas redes sociais (1935-1962)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2020.
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Lênin: o Partido, o Estado e a Burocracia. **Lua Nova**, n. 15, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Atual, 1988.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1977.

TRAGTENBERG, Maurício. Memorial. **Pro-posições**, n. 4, abril de 1991, p. 79-87.

TRAGTENBERG, Maurício. **Memórias de um autodidata no Brasil**. São Paulo: Escuta, 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. **Planificação: desafio do século XX**. São Paulo: Senzala, 1967.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ROMANCES DE FORMAÇÃO, INTELECTUAIS PEQUENO-BURGUESES E A MUDANÇA SOCIAL: O DIAGNÓSTICO CONSERVADOR SOBRE A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

Pedro de Castro Picelli¹

O OBJETIVO DO PRESENTE TRABALHO

Este texto busca apresentar uma síntese dos resultados iniciais de minha pesquisa de doutorado realizada no Departamento de Sociologia da Unicamp. Infelizmente, não poderei desenvolver detalhes dos argumentos que venho trabalhando ao longo da tese. Optei, então, por apresentar um panorama do caminho que as ideias vêm tomando. Minha intenção é que este texto possa ser lido em seu caráter exploratório. Isto é, como parte do próprio processo de amadurecimento e organização do pensamento.

A PROPOSTA: APRESENTANDO QUESTÕES

O arcabouço teórico-metodológico desta investigação toma a reflexividade entre as ideias e os processos sociais² (Cf. CHAGURI, 2020) para pensar o plano cultural da revolução burguesa no Brasil (Cf. FERNANDES, 2020). No entanto, pelo ângulo de seu protagonista menos notório: o pequeno-burguês.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Renato Ortiz. Agência de fomento: CAPES, contato: pedrocastropicelli@gmail.com.

² Ou como propôs Raymond Williams (1979), pensar os “elos práticos entre “ideias” e teorias” e a “produção da vida real”, como elementos do “processo social material”.

Assim, sua formação como classe é vista de um ponto de vista particular: o ajustamento de suas visões de mundo a um estilo de pensamento (Cf. MANNHEIM, 1986) figurado na forma de romances de expressiva circulação entre 1890 e 1920. Adianta-se, um pensamento conservador a respeito da mudança social.

A literatura é, pois, a *expressão* do concreto. Aquela que fixa a situação sócio-histórica em forma (e, portanto, conteúdo). Em outras palavras, elemento da cultura que, ao lidar com os sentidos da mudança, se vê obrigada a elaborar seus efeitos – seja na tentativa de represá-los ou dinamizá-los.

No recorte proposto, me interessa discutir a elaboração dos conflitos em torno da realização dos princípios democráticos (Cf. MANNHEIM, 1963)³ e da modernidade em uma sociedade de capitalismo dependente.

De modo que, se o processo social se realiza pela relação reflexiva entre as abstrações e a empiria do mundo, a cultura, como apontou André Botelho (2021, s/p), é a “presença que orienta as ações”. Uma vez que as “mudanças na sociedade, na política e mesmo na economia nunca se realizam desacompanhadas de processos culturais que lhes dão significados”.

No limite, a cultura também é poder. Por onde o observamos, então?

Os romances analisados são: *O Aborto* (1893) de Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914), *A profissão de Jacques Pedreira de*

³ Recuperando Karl Mannheim (1963), pretendo apontar a democratização como um fenômeno mais amplo de cultura, em que os grupos sociais se enfrentam pelo encaminhamento dos princípios da “igualdade” e da “autonomia”. Isto é, como “contradição interna inerente à organização democrática da sociedade” (ibid, p. 253).

João do Rio (1881-1921), *Mademoiselle Cinema: novela de costumes do momento que passa...* (1922) de Benjamim Costallat (1897-1961).

Através da forma, pretendi observar os ajustamentos culturais de uma pequena-burguesia em formação à sua situação de classe (Cf. MORETTI, 2014). Em outras palavras, entre o repertório de sua imaginação social e sua realização empírica – isto é, de seus interesses e sua condição.

De modo que pudesse, através da formalização das visões de mundo de uma fração da classe dominante, perceber qual estilo de pensamento mobilizado na figuração e representação da mudança social nos romances. E, sobretudo, captar seu princípio formal (Cf. SCHWARZ, 2012).

Em seguida, o problema que se colocou à análise foi como estudar a forma literária das obras com intenções explicitamente comerciais. Neste sentido, acompanhamos Fredric Jameson (1995, p. 4) ao perceber que “o conceito de mercadoria introduz a possibilidade de diferenciação estrutural e histórica no seio daquela que foi concebida como a descrição universal da experiência estética enquanto tal e qualquer forma”.

Cabia-me perguntar, então, como os processos de mercantilização na periferia do capitalismo foram encarnados nestes romances? Dito de outro modo, como esta nova socialização do regime de classes no “capitalismo competitivo” (Cf. FERNANDES, 2020) na periferia adentrou a forma.

Tais obras foram lidas, então, como expressões locais dos romances de formação. Ao retornar à forma literária, desenvolvi metodologicamente a pergunta de origem através de outras duas.

A primeira, quais signos (Cf. MORETTI, 2007) e representações (Cf. AUERBACH, 2007) foram mobilizados por esta literatura na interpretação da mudança social? E, segunda, qual estilo de pensamento assentou este repertório ao conferir significados às dinâmicas de modernização (Cf. FERNANDES, 2020) e democratização (Cf. MANNHEIM, 1963) para esta pequena-burguesia urbana?

A PROSTITUTA E “GAROTAS DE ÉPOCA” COMO “EMBLEMA” (CF. ORTIZ, 2016) DESTES ROMANCES E A AUTONOMIA RELATIVA DE PIMENTEL, DO RIO E COSTALLAT

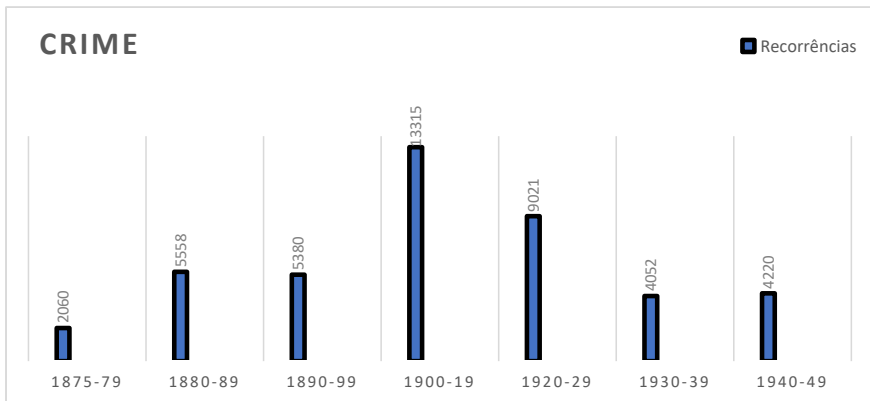
Esta literatura mobilizou os imaginários sociais sobre a sexualidade feminina, associada diretamente à prostituição, para qualificar a mudança social. Eles estiveram localizados em meio a um conjunto mais amplo de figuras do submundo (Cf. KALIFA, 2014) – assim como a literatura de outras tantas nações na virada do século.

Em pesquisa feita nos periódicos cariocas em que trabalhavam Figueiredo Pimentel, João do Rio e Benjamim Costallata entre os anos de 1870-1940, pôde-se perceber a alta circulação de notícias, contos e folhetins sobre crimes, assaltos, homicídios, policiais e bandidos. Sobretudo, entre os anos de 1910-1930, quando essas representações passam a ocupar espaço central nas gazetas da cidade.

No entanto, foi a figura de menor recorrência nos impressos – a prostituta e as “garotas de época” (Cf. COSTALLAT, 1922) – que ganhou centralidade na formalização dos romances. Foi este “emblema” (Cf. ORTIZ, 2016) que orientou o enredo dos romances analisados.

Para chegar a esta conclusão, recorri ao sistema de busca por palavras-chave da Hemeroteca Digital Brasileira, em específico no jornal *A Gazeta de Notícias* – que empregou os romancistas.

Foram selecionadas nos textos de Costallat e do Rio em torno de 30 palavras relacionadas ao submundo, especialmente aquelas encontradas nas crônicas que compuseram “Mistérios do Rio” (COSTALLAT, 1924) e “As Almas Encantadora das Ruas” (DO RIO, 1908). A maioria, em quase sua totalidade, seguiu o mesmo movimento de recorrências: atingiram seu ápice entre os anos 1910 e 1930, decaindo vertiginosamente após esse período. Abaixo, indico um exemplo com a palavra “crime”:



Além de capturar a circulação dos *atos diversos* e das produções sobre o *submundo* (Cf. KALIFA, 2014, 2017) e constatar que a “prostituta” sempre foi a figura de menor circulação nas páginas dos jornais, pude perceber um primeiro *ajustamento* dos romances.

Isto é, a seleção de uma figura pouco explorada neste tipo de produção. E que sugerem, diferentemente de Miceli (2015), a autonomia relativa destes autores em relação aos veículos onde trabalhavam. Fundamentalmente, porque Pimentel, do Rio e Costallat, se empenharam na construção de uma literatura nacional e na disputa pelos efeitos da modernização e os sentidos da modernidade.

A PROSTITUTA E A FORMA DESTES ROMANCES POPULARES

Defendo que estas obras podem ser lidas enquanto *romances de formação* (Cf. MORETTI, 2020) da pequena burguesia carioca.

Ela surgiu após as primeiras leituras dos textos, quando percebi que, por mais central que as “garotas de época” (Cf. COSTALLAT, 1922) fossem aos enredos, elas orientavam os destinos das protagonistas masculinas: os pequeno-burgueses dos romances. Sobretudo, na relação que estas mantinham com o “momento que passa” (ibid).

Em síntese, a figura da prostituta e das “garotas de época” ganham centralidade na formalização dos romances a partir de uma crítica conservadora aos processos de modernização da sociedade brasileira. Nos enredos, as protagonistas masculinas da pequena-burguesia têm seu processo formativo atravancado pela sexualidade feminina.

O que os romances formalizam, pelo princípio formal da precariedade, é a decadência dos princípios reguladores da sociedade

brasileira patriarcal invadida pelos “modernos”. Seus diagnósticos são de que os paradigmas da ordem competitiva inviabilizam a realização do *self* burguês, pois em excesso.

Os princípios modernos que equacionariam a solidariedade burguesa e a autorrealização dos indivíduos nasciam esgarçados. Pois invadidos em sua unidade orgânica elementar – a família – por novos modos de sociabilidade.

REFERÊNCIAS

- CHAGURI, Mariana. (2020). O Social, o Político e a Força das Ideias. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 10.01; 2020.
- FERNANDES, Florestan. (1974). **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica; São Paulo: Contracorrente, 2020.
- JAMESON, Fredric. (1994). Reificação e Utopia na Cultura de Massa. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 1, p. 125. 1994.
- LUKÁCS, George. (1920). **A Teoria do Romance**: um ensaio histórico-filosófico; São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.
- MANNHEIM, Karl. (1956). **Ensayos de Sociologia de la Cultura: hacia una Sociologia del Espiritu el Problema de la Intelligentsia la Democratizacion de la Cultura**. Madri: Aguilar, 1963.
- MANNHEIM, Karl. (1986). “O Pensamento Conservador”. In: Martins, José de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MORETTI, Franco. **Signos e Estilos da Modernidade**: ensaio sobre a sociologia das formas literárias; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORETTI, Franco. **O Burguês**: entre a História e a Literatura. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

MORETTI, Franco. **O Romance de Formação**. São Paulo: Todavia, 2020.

JOÃO GUIMARÃES ROSA: A CRIAÇÃO DE UM ESCRITOR INCRIADO

Matheus Vital de Oliveira Mendes¹

A relação entre arte e sociedade tende, nas declarações de determinados artistas, a ser mistificada, envolvida em névoas. É extremamente comum que esses recusem a origem de talentos, vocações, em terrenos mundanos, ou que eles não compreendam a origem de seus dotes, porque, com razão, estão preocupados em produzir bens simbólicos e, no melhor dos casos, fazê-lo em alta qualidade. A dedicação a uma tarefa específica, portanto, encaminharia o movimento de autocompreensão para uma lógica tautológica, de modo a favorecer explicações estritamente artísticas, ficcionais de si mesmo. No caso em questão, podemos flagrar João Guimarães Rosa explicando o seu gênio de escritor, sua vocação, por uma suposta essência “fabulista” dos homens do sertão (2009). Mas, ainda que lastreado por evidências sociológicas e antropológicas, o fato de que em comunidades rurais a presença da narrativa oral seja forte, não faz de alguém um escritor de romances, muito menos alguém que escreva romances atinados com o que de mais moderno havia em literatura no seu tempo. Nesse sentido, o que Rosa faz é explicar a si mesmo literariamente, o que era um comportamento típico do autor. Avesso, portanto, a falar de sua biografia e a posicionamentos políticos, o autor contribuía com essa névoa em torno da relação entre arte e sociedade.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. E-mail: matheusvitalomendes@gmail.com

João Guimarães Rosa descreve uma trajetória de escritor muito peculiar em relação à geração de escritores mineiros à qual cronologicamente pertenceria. Se, no início da década de 20, Rosa é matriculado no Colégio Arnaldo e dali sai para a Faculdade de Medicina de Minas Gerais, ele não fez parte, pelo menos como membro do grupo, do movimento modernista mineiro que se formava em torno das figuras de Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Emílio Moura, Aníbal Machado, Rosário Fusco (em Cataguases), etc; nem, tampouco, posteriormente, na segunda geração junto à figuras como Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pellegrino. Não agitou a criação de revistas, não escreveu manifestos, não fez parte de uma revolução nos costumes que por vezes chocava a sociedade belo-horizontina ao cultivar comportamentos transgressivos, como era o feitio das sucessivas gerações de escritores mineiros que tinham como fundação mítica a boêmia de Drummond e amigos (WERNECK, 1992). Com efeito, como sustenta André Bittencourt (2019) (2017) (2015), “o modernismo não se restringiu exclusivamente a um campo profissional ou a um fazer artístico, mas tratou-se, antes, de um tipo específico de socialização, que implicou um movimento de formação intelectual e de formulação de uma visão de mundo” (2019, p. 235). A esse respeito, veja-se o imenso epistolário produzido pelos representantes mineiros e Mário de Andrade, onde os montanheseiros buscavam se aconselhar (existencialmente e esteticamente), tirar dúvidas, submeter trabalhos à prova, etc. Dessa educação coletiva, isto é, dessa socialização, não fez parte João Guimarães Rosa e isso não é razão suficiente para que se o exclua do movimento modernista, mas é um dado importante para a compreensão de sua reputação como artista genial.

No período em que estudou na Faculdade de Medicina, ele publicou quatro contos em jornais. Quatro contos que se passam em cenários estrangeiros e nada parecidos com o que ele viria a se tornar como escritor. No final da década de 30, ingressa na carreira diplomática e escreve o livro *Contos*. Submete-o a um concurso literário, mas não é premiado. Depois disso, é movido para Hamburgo e desaparece de vez do cenário literário brasileiro, vindo a reaparecer, dez anos depois, com *Sagarana*, reescritura do antigo *Contos*. *Sagarana* é publicado em 1946 pela Editora Universal, ganhando duas edições no mesmo ano e o Prêmio Felipe d'Oliveira. Certas leituras, com efeito, veem essa obra como continuação do projeto *marioandradiano* de modernismo. E é essa a visão de Candido em 1946 em artigo de intervenção sobre o livro, publicado no *Diário de S. Paulo* (CANDIDO, 2002). Para ele, *Sagarana* era a continuação do regionalismo, mas com a realização do projeto modernista de renovação da língua, do encontro da língua com o Brasil. “Mario de Andrade, se fosse vivo, leria, comovido, este resultado esplêndido da libertação linguística, para que ele contribuiu com a libertinagem heróica da sua” (idem, 2002, p. 186). No entanto, a obra de Guimarães Rosa, embora possa ser vista dessa forma, distingue-se bastante dos trabalhos dos modernistas mineiros e, por isso, também precisa ser estudada através de outras análises que não sejam somente voltadas para a socialização em movimentos artísticos. Mais de dez anos se passaram depois de *Sagarana* e, sem nenhuma publicação, Rosa reaparece em 1956 com *Corpo de Baile* e, meses depois, a obra-prima *Grande Sertão: Veredas*.

Dessa forma, o que nos interessa nesse artigo é discutir o tema das trajetórias na sociologia, o lugar dos intelectuais na sociedade, mais especificamente a problemática da criação original, que é muitas

vezes legada ao plano do transcendental, como se a estrutura social viesse muito abaixo dos poderes do indivíduo criador. Mas, se como defende Elias (1995), a compreensão do destino humano só pode se dar através do arsenal teórico da sociologia, tendo em vista a relação crucial entre indivíduo e sociedade, a qual se divisa na influência que as posições de classe têm no que Bourdieu (2017) chamará de o *campo dos possíveis*, a exaltação do artista como um super-homem – a noção nietzschiana de um modelo antropológico baseado na noção de um homem autêntico e moderno, acima da moral de escravo da sociedade já reduzida a meros comportamentos – é muito menos uma realidade que um ideal de determinadas filosofias ou sensibilidades literárias como a romântica. Porque é sempre possível retrazar o caminho dessas ideias consagratórias, famas, a uma história social do indivíduo em questão, visto, primeiro, que a arte é um fenômeno social por excelência e, segundo, que os agentes não elegem suas vocações de forma livre, como se escolhessem no cardápio dos talentos e aspirações o seu destino, estando esses canalizados por uma experiência de classe.

É nesse sentido que Miceli (2007), ao abordar o problema da mistificação de Borges, consegue compreender a genialidade do autor. Fruto de uma família da alta estirpe poética argentina, Borges cresce num momento em que sua família se via em decadência. Seu pai, que deveria se responsabilizar por dar continuidade ao clã, era um aspirante a intelectual polígrafo e vítima de uma cegueira progressiva. O filho herda, na medida em que vê a decadência física paterna, a missão de dar continuidade à histórica vocação poética da família. O movimento realizado por Miceli em seu artigo é: a inserir Borges no mundo literário argentino através de uma socialização dupla: o gradual padecimento do pai, ele mesmo um exemplo de

intelectualidade e de homem letrado para o filho, dá lugar à inclusão de Borges no círculo de amigos letrados que circundavam o progenitor. Borges vai tomando o lugar do pai, vai assumindo os seus projetos intelectuais e tem o apoio desse grupo. Mais tarde, a relação com Macedonio Hernandez, amigo de seu pai, funciona como uma paternidade vicária, nas palavras de Miceli. Macedonio se torna o seu mentor, seu mestre e lhe apresenta para os grandes financiadores da literatura argentina à época. Veja-se: nesse período o campo artístico no país ainda não gozava do que Bourdieu chamou de autonomia. Portanto, mesmo os mais brilhantes escritores precisavam de alguém com acesso ao mundo dos patronos (2009).

Logo, a inscrição social da literatura borgeana, por mais fantástica que seja, é evidente. Não para apagar as marcas do gênio, mas para dizer que o gênio só se tornou possível por motivações humanas, que a sua energia de se fazer ser veio de uma história social que remonta às origens de sua família e à sua socialização em relação às expectativas frustradas do pai e ao seu círculo. Assim, o talento de Borges é mundano, o que é diferente de dizer de seu gênio como algo nato, narrativa afeita mais às lendas biográficas. Dizer que desde pequeno Borges lia romances e poesias da grande tradição ocidental não significa nada, porque o que interessa para a compreensão de um escritor é o momento em que ele elegeu a literatura e porquê. É possível que milhares de crianças tenham tido uma família culta, uma biblioteca rica em casa, mas se tornaram empresários, presidentes, etc. O que fez Borges ser Borges se encontra nessa história dramática de uma família decadente e ao mesmo tempo com um passado letrado respeitável. É a conjunção de capacidades herdadas com anseios familiares e uma situação de crise.

Nessa via, tentaremos refletir sobre as possibilidades da análise de trajetórias sociais para a compreensão do que entendemos ser o fenômeno Guimarães Rosa, esse escritor genial que deu à sociedade brasileira um dos seus principais romances. Assim como Elias, entendemos que não cabe à sociologia destituir, desconstruir o “gênio”, mas situá-lo em sua história social.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**, 2. ed – Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.
- BOTELHO, André. BITTENCOURT, André. **Entre bruxos e doutores: medicina, modernismo e vocação em Pedro Nava**, Novos Estudos 102, julho 2015.
- BITTENCOURT, André. **Personalidade e destino: Pedro Nava, Mário de Andrade e a socialização do modernismo**, Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 09.01:235-256, jan-abr., 2019.
- BITTENCOURT, André. **A incisão e a lira: medicina, literatura e modernismo em Pedro Nava**. Tese de doutorado. PPGSA/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CÂNDIDO, Antônio. **Tese e antítese**. Ouro sobre azul, 1964.
- ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**, 1. ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LORENZ, Gunter; ROSA, João Guimarães. **Diálogo com Guimarães Rosa**. In: Ficção Completa em dois volumes, volume I – 2. ed. – Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.
- MICELI, Sérgio, Jorge Luis Borges: história social de um escritor nato. **Novos Estudos CEBRAP**, vol. 77, março/ 2007.
- WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SEÇÃO II:
MOVIMENTOS SOCIAIS

ANTROPOCENO E A METAMORFOSE DOS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO: UM ESTUDO SOBRE A MOBILIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA PARA LEGITIMAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

José Caio Quadrado Alves¹

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade não é uma maneira só de fazer, é uma maneira de ser, é uma visão de mundo, é um ideal de vida. Esses novos ideais identificatórios estão tomando conta do mundo. Os nossos filhos e os nossos netos já nasceram sustentabilistas. Alguns serão conservadores, outros serão progressistas, uns capitalistas e outros socialistas, mas todos serão sustentabilistas. Porque sem a natureza a gente não vive. Somente os negacionistas não reconhecem o imperativo ético dessa agenda (discurso de posse da ministra do meio-ambiente do Brasil Marina Silva, dia 4 de janeiro de 2023).

¹ José Caio Quadrado Alves. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob orientação da Profa. Leila da Costa Ferreira e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI-EA) da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do Prof. Paulo Eduardo Moruzzi Marques e financiamento da CAPES. E-mail: jcaiobass@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4810-3722>.

Nas últimas décadas, tornou-se consenso no meio científico a profunda influência das ações antropogênicas no clima global. Em especial a partir do processo de industrialização das grandes potências durante a revolução industrial no século XVIII. As alterações biofísicas provocadas pela ação humana se tornaram tão evidentes que, num despertar de consciência das estreitas relações entre ambiente e sociedade, fez-se necessário o reconhecimento do alvorecer de uma nova era geológica e histórica (CRUTZEN, 2006). O novo período foi batizado de Antropoceno, referência, como diria Darcy Ribeiro (1986), a este “bolor selvagem” que deu na Terra conhecido como *anthropos*.

A nova era não representa somente uma mudança para aqueles interessados nos diferentes conhecimentos que possam ser expressos pelas rochas, mas também marca, de forma ainda mais definitiva, a mudança de paradigma naquilo que diz respeito às ciências sociais e ambientais. A separação entre sociedade e natureza, ao menos nas suas relações ecológicas, não mais pode ser sustentada pelas agendas mais conservadoras. Nesse sentido, tornam-se necessários diversos esforços teóricos e metodológicos rumo às abordagens de caráter interdisciplinar, capazes de dar conta das novas e complexas questões impostas à humanidade por si própria (BECK, 2018).

No âmbito das ciências sociais, considerar o princípio ecológico em suas análises não significa um retrocesso às perspectivas biodeterministas ou evolucionistas, mas sim a quebra ou abandono da crença antropocêntrica. Isto é, deve-se considerar como as mudanças climáticas afetam a ordem social, não somente como a humanidade afeta o meio ambiente. Em outras palavras, “o que a mudança climática faz para nós, e como ela altera a ordem da sociedade e a política”

(BECK, 2018, p. 55). Mudanças que, primordialmente, apresentam desdobramentos no *senso moral* das sociedades modernas, tornando-se possível conceber o valor intrínseco da natureza. “Que a terra é uma comunidade se trata dum conceito básico da ecologia, mas que a terra deve ser amada e respeitada é uma extensão da ética” (LEOPOLD, 1970, p. xix).

Considerando as sociedades em estado de modernidade, a percepção ética do valor intrínseco da natureza se apresenta especialmente através do processo de reconhecimento dos riscos climático globais, em especial a partir da segunda metade do século XX. Ou seja, é a partir da instauração duma profunda crise ecológica, quando já se exauriram parte significativa da fauna e flora do planeta, que a sociedade moderna passa a atribuir maior importância à natureza (THOMAS, 2010) e constituir aquilo que Marina Silva afirmou como um “imperativo moral da sustentabilidade” ou, nos termos de Aldo Leopold (1970), na formação duma *Ética da Terra*.

Para Beck (2018), o reconhecimento dos riscos de catástrofes globais dá início ao processo que denominou como metamorfose da realidade social. Noções como independência e soberania, fundamentos da metodologia Estado-nação, perdem significado na confrontação dos riscos globais. Isto é, em tempos de emergência climática global a “declaração de independência tem de ser metamorfoseada na Declaração de Interdependência: cooperar ou morrer!” (Ibidem, p. 57).

Dito isso, a emergência de princípios morais de ordem ecológica compreende um caminho coerente à confrontação dos riscos climáticos globais, uma vez que estão pautados nas concepções de coexistência e interdependência. Não se trata apenas dos recursos

naturais das florestas tropicais e seu potencial econômico em benefício dos países que as cercam com suas fronteiras, mas também como estas florestas desempenham um papel fundamental para o equilíbrio climático e o bem-estar da vida no planeta.

CICLO GLOBAL PELA SUSTENTABILIDADE

No caso brasileiro, esta nova ordem de justiça ecológica pode ser bem observada em disputas e conflitos sociais no campo em torno das políticas públicas dos setores agrícola e fundiário (MORUZZI MARQUES, 2014). Movimentos sociais que reivindicam a funcionalidade ecológica da agricultura como fundamento para política de reforma agrária e ações institucionais voltadas para agricultura familiar (Ibidem). Nesse sentido, é importante enfatizar que a metamorfose da realidade social não se trata de um processo automático, mas sim do conjunto de esforços políticos e sociais de atores que compreendem a *sociedade de risco global*. Como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que, empregando estratégias argumentativas fundamentadas em princípios de justiça de ordem ecológica, justificam suas reivindicações e posicionamentos em disputas pelos referenciais dos setores fundiário e agrícola.

O termo *referencial* é empregado aqui como a imagem socialmente constituída daquilo que fundamenta determinada política pública e que, por sua vez, estará alocada dentro das fronteiras de determinado setor (MULLER, 2018). A construção de determinado referencial ou percepção do mundo que orienta a elaboração das políticas públicas nas sociedades modernas pode ser descrita em quatro níveis: valores; normas; algoritmos e imagens (Ibidem).

Ainda de acordo com Muller (2018), é importante enfatizar que os referenciais das políticas públicas são também fruto da relação entre *referencial global* e *referencial setorial* (RGS). Isto é, como determinada sociedade se estabelece e se relaciona com o mundo. Em especial no posicionamento no que diz respeito aos problemas globais que expressam certo consenso internacional, como o caso das emergências climáticas. Os referenciais setoriais realizam então uma espécie de tradução do referencial global, produzindo políticas públicas das formas mais variadas, mas ainda com certa semelhança em suas perspectivas.

O referencial global é uma representação geral em torno da qual as diferentes representações setoriais irão se alinhar e se hierarquizar. Ele é constituído de um conjunto de valores fundamentais que estabelecem as crenças básicas da sociedade e de normas que definem o papel do Estado e das políticas públicas. Ele constitui a representação que uma sociedade faz de sua relação com o mundo e de sua capacidade de agir sobre si mesma por meio da ação pública [...] O conjunto dos valores e das normas do referencial global forma um sistema hierarquizado, significando que, em uma determinada época, certas normas serão priorizadas em detrimento de outras. (Ibidem, p. 57).

Muller (2018) busca separar os referenciais globais em ciclos, períodos históricos em que determinado imperativo se manifesta com maior veemência. Nos anos 1960, estabeleceu-se nos setores agrícola e fundiário um forte consenso sobre a urgência na criação e implementação de novos modelos de negócio e pacotes tecnológicos para agricultura, por exemplo (MORUZZI MARQUES, 2014).

Assim, com o propósito de deixar para o passado a preocupação com eventuais crises alimentares em decorrência da baixa produtividade, constituíram-se esforços políticos e econômicos enormes para fazer avançar a agenda modernizadora da agricultura (Ibidem). Trata-se do que foi mundialmente conhecido como a “Revolução Verde”, isto é, a criação e expansão de novos pacotes tecnológicos para agricultura – agroquímicos, pesticidas, maquinários pesados, sementes transgênicas. Entretanto, o referencial global que alavancou as políticas da revolução verde, com bastante abrangência no século passado, tem sido cada vez mais contestado devido aos diversos enfermos que suscita. Em especial a degradação ecológica e os riscos à saúde.

Dessa forma, inicia-se um ciclo global pela sustentabilidade, sem necessariamente significar o desaparecimento de determinado referencial global, mas sim a instauração de novos conflitos nos quais diferentes atores sociais disputam a hegemonia da concepção de mundo.

POR UMA REFORMA AGRÁRIA AGROECOLÓGICA

Tratando-se dos conflitos argumentativos por legitimidade, a abordagem cognitiva das políticas públicas se demonstra extremamente fecunda e compatível à tese da sociologia das justificações (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Nesta última, a ordem social é tratada a partir da perspectiva de uma pluralidade limitada de ordens morais ou concepções de mundo justo que servem como embasamento às argumentações dos diferentes atores em situações de conflitos discursivos ou regimes de justificações (Ibidem). Em outras palavras, ordens de justiça comuns às sociedades modernas,

também chamadas de *cités*, que fundamentam a legitimidade de determinada ação ou posicionamento. Os momentos nos quais essas *cités* são operadas pela construção de argumentações são aqueles cujo imperativo de justificação se faz presente através da crítica, instaurando-se assim a disputa ou conflito entre dois ou mais atores (individual ou coletivo) (Ibidem).

Imperativo moral de sustentabilidade ou Ética da Terra ou ordem de justiça ecológica, diversos nomes são utilizados na tentativa de descrever a nova concepção de mundo justo que se estabelece e adquire cada vez mais sustentação na modernidade. Um episódio emblemático, no qual foi possível observar a mobilização de tal perspectiva com propósito de fundamentar as estratégias argumentativas e atribuir legitimidade às reivindicações, no caso do MST, teve início em 2003 no município de Ribeirão Preto/SP e deu origem ao segundo assentamento agroflorestal da região, o assentamento Mário Lago. No caso, as justificações utilizadas pelo MST junto ao Ministério Público (MP) e Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tiveram como foco estratégico um dos princípios constitucionais da função social da terra que determina a *proteção e defesa do meio ambiente*. Ainda, a então Fazenda da Barra, propriedade na época alvo no processo de desapropriação para fins de reforma agrária, localiza-se em áreas de afloramento do Aquífero Guarani. Fator que, por se tratar de um recurso hídrico importantíssimo, elevou seu valor ecológico impedindo que os então proprietários alterassem a natureza ou pertinência da situação e utilizassem argumentos de ordem produtiva ou mercantil, por exemplo, para se contrapor às críticas.

Ao fim, o MST obteve sucesso na reivindicação da Fazenda da Barra e foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta entre as

famílias assentadas, MP e INCRA a fim de garantir a realização das propostas agroecológicas que fundamentaram a reforma agrária na área. Em especial a proteção do Aquífero guarani e promoção da sustentabilidade agrícola. Dessa forma, o assentamento Mário Lago foi classificado pelo Incra como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), 35% da área é destinada para Reserva Legal (RL), sem subtrair das Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo 15% destes destinados à prática coletiva de projetos agroflorestais.

CONCLUSÃO

A metamorfose dos conflitos sociais no campo em decorrência do processo de reconhecimento dos riscos climáticos associados à agricultura moderna se apresenta com cada vez mais força. O caso de assentamentos PDS não é hoje tão incomum, mesmo em áreas com baixa presença de vegetação natural preservada, como o estado de São Paulo, por exemplo. As críticas ecológicas ao agronegócio expõem uma contradição extrema propagada pelo setor, impondo assim a agenda de sustentabilidade global. Mesmo que pela desapropriação das terras. Isto posto, estratégias argumentativas capazes de mobilizar princípios de justiça de ordem ecológica adquirem uma força emancipatória renovada frente ao catastrófico climático.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2018. 279 p. ISBN 9788537817346 (broch.).

- BOLTANSKI, Luc ; THÉVENOT, Laurent. **On Justification: economics of worth**. Princeton University Press, translated by Catherine Porter. UK, 1991.
- CRUTZEN P.J. (2006) **The “Anthropocene”**. In: Ehlers E., Krafft T. (eds) *Earth System Science in the Anthropocene*. Springer, Berlin, Heidelberg.
- LEOPOLD, A. **A sand county almanac: with essays on conservation from round river**. London, UK. Oxford University Press, 1970.
- MORUZZI MARQUES, P. E. **Críticas e Justificações em Torno de Alternativas Agrícolas no Estado de São Paulo**. Livre Docência, Universidade Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2014.
- MULLER, P. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói/RJ. Editora Eduff, 2018. 124 p.
- RIBEIRO, D. **América Latina : a pátria grande**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara, 1986. 148 p. ISBN 8570300840 (Broch.).
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

O MOVIMENTO DE TRABALHADORAS SEXUAIS DE CAMPINAS: ARTICULAÇÕES ENTRE MOVIMENTO SOCIAL E MOVIMENTO SINDICAL

Maria Laura Arantes Bessa Ferreira¹

O movimento organizado de trabalhadoras sexuais brasileiro conta hoje, aos 35 anos de existência, com mais de vinte associações e três articulações nacionais, cada uma com um determinado número de associações filiadas, trabalhadoras autônomas, ativistas e parceiras². Ao longo de toda sua história, o estabelecimento de parcerias e a construção de relações com aliados externos constituiu uma estratégia importante do movimento de trabalhadoras sexuais no sentido de construção de legitimidade e presença na esfera pública (BARRETO, 2015). As parcerias com órgãos governamentais, movimentos sociais nacionais e internacionais, entidades, coletivos feministas e universidades cumprem um papel importante no sentido de traduzir as reivindicações e estabelecer o diálogo entre as pautas específicas do movimento de trabalhadoras sexuais e atores sociais mais amplos, como esses mencionados.

¹ Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP. Graduada em Ciências Sociais, Unicamp. Orientadora: Paula Marcelino. Pesquisa realizada com financiamento da Fapesp. Email: marialaurabess@gmail.com

² Ao longo do texto nos referimos aos sujeitos que realizam o trabalho sexual e que se organizam politicamente em torno dessa pauta no feminino ou como “mulheres”. Fazemos essa escolha considerando que mulheres cis, aquelas que se identificam com o sexo designado no nascimento, e mulheres trans e travestis compõe a maioria das pessoas envolvidas nesse ativismo. Ainda assim, é importante destacar que pessoas de todos os gêneros realizam o trabalho sexual, fato que as lideranças da Associação fazem questão de destacar em suas falas.

Nesse contexto, a Associação Mulheres Guerreiras – Unidas pelo Respeito, da cidade de Campinas, pode ser considerada um caso especial. Oficialmente fundada em 2007 com o auxílio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP- Unicamp) (HELENE, 2015), a Associação estabeleceu desde seu início uma relação de bastante proximidade com a Central Única de Trabalhadores da cidade de Campinas – e é a única associação do movimento “a estar alocada dentro de uma central sindical”³. Nas palavras de Betânia Santos, uma das principais lideranças, a Associação Mulheres Guerreiras:

(...) nasceu da luta das profissionais do sexo quererem estar no centro da cidade exercendo o trabalho que querem no local que elas querem, que elas preferirem e escolherem estar. (...) Porque, afinal de contas o que nós fazemos é um trabalho, nós somos profissionais do sexo. (Betânia Santos, 2017)⁴

O entendimento do trabalho sexual como uma forma de trabalho fica evidente nessa fala, assim como sua centralidade na perspectiva adota e construída pelo coletivo – um dos motivos que o destacam no contexto nacional. Nesse contexto, a relação com a Central Única dos Trabalhadores foi vista, nas palavras de Betânia Santos, como o primeiro passo lógico a dar como movimento, “para nos informar e informar aos outros que somos parte de uma

³ Entrevista realizada com Ivone, secretária da Subsede Campinas, no dia 16/11/2022. Essa visão foi confirmada por Betânia Santos em entrevista realizada no dia 20/03/2023.

⁴ Transcrição da fala na mesa Mulheres Café e Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cq9E91MpRSk>. Acesso em: 23/01/2022.

categoria de trabalhadoras” (SANTOS, 2017, s/p, apud BONOMI, 2019, p. 112)⁵. Logo a subsede da CUT de Campinas passou a oferecer uma sala para o funcionamento das atividades da Associação, arranjo que se mantém até hoje. Há, entretanto, indícios de que a relação seja mais profunda do que a utilização do espaço físico: em entrevista de 2020, Betânia Santos conta que a Associação foi convidada pela CUT a solicitar oficialmente sua filiação como organização — fato que até o momento da entrevista não estava publicizado — e, em 2021, se apresentou à Revista Piauí como parte de um coletivo “ligado à CUT”⁶. Apesar disso, como a Associação não é (e não pode ser, legalmente) um sindicato, ela não poderia ser parte da central sindical oficialmente.⁷

É preciso, ainda assim, verificar e compreender as resistências por parte da entidade sindical às pautas e estratégias dos movimentos de trabalhadoras sexuais, assim como suas origens. A ligação histórica existente entre a CUT, o PT e a Marcha Mundial de Mulheres, coletivo importante no cenário feminista nacional e defensor de uma perspectiva abolicionista⁸ do trabalho sexual, aparenta ser uma

⁵ Transcrição da fala de Betânia Santos na mesa “Trabalho Sexual, Direitos e Legislação no Brasil” no VI Encontro Nacional de Prostitutas, 2017, retirada da dissertação de Bonomi (2019).

⁶ Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/uma-prostituta-no-palco-do-municipal/?fbclid=IwAR34SG2qPI9A5nk95gxtcT2p_xtGAN0el2cwgdeujzXuOV4ZFGlZGUv-QtyE4. Acesso em: 09/02/22.

⁷ Além da CUT, no ano de 2019 a Associação compunha dezenove coletivos feministas a partir de sua inserção no Coletivo de Mulheres da CUT Campinas, participava do Conselho Municipal das Mulheres de Campinas, do Conselho Municipal de Direitos Humanos e do movimento das Promotoras Legais Populares. Além disso, é afiliada à Rede Brasileira de Prostitutas, a RBP (BONOMI, 2019). Neste breve trabalho, buscamos nos ater à relação entre a Associação e o movimento sindical.

⁸ Uma das perspectivas em disputa no debate sobre o trabalho sexual é a perspectiva

fonte de conflito. Por mais que a CUT não expresse uma opinião consistente sobre o trabalho sexual e sua regulamentação em âmbito nacional, a política defendida pelos militantes, inclusive na subsede de Campinas, indica discordâncias com as concepções apresentadas pela Associação Mulheres Guerreiras.

Ao mesmo tempo, o destaque dado por uma militante do Coletivo de Mulheres na CUT (num evento que uniu o Coletivo e a Associação em 2017) à experiência da Associação como uma “experiência muito bonita de organização sindical, (...) discutindo assembleia, organização, os temas, fazendo trabalho de base” (Adriana Magalhães, 2017)⁹ lembram que, por mais que as tensões estejam presentes na relação, existe um reconhecimento do trabalho organizativo realizado pelas trabalhadoras sexuais e uma disposição grande de diálogo e construção conjunta, em meio à negociação dos termos dessa construção. Para AVALLE (2019), a construção de parcerias desse tipo advém exatamente da percepção de uma necessidade de unificação das lutas, que se articula através de “redes de solidariedade com outras organizações para difundir a luta da organização, somar apoios e reconhecimento (...), dar a conhecer a luta da organização ao resto da sociedade” (AVALLE, 2019, p. 35).

Apesar das aproximações aqui apresentadas, para boa parte da bibliografia de movimentos sociais seria possível classificar as

abolicionista, que entende o trabalho sexual como uma estrutura necessariamente opressora, não só da vida das mulheres que o realizam mas de todas as mulheres indiretamente. As trabalhadoras sexuais são vistas, portanto, como vítimas, e o trabalho sexual como um mal a ser combatido. Essa percepção foi compartilhada por outras pesquisas nos estudos de gênero, e é amplamente combatida pelo movimento organizado de trabalhadoras sexuais (BONOMI, 2019).

⁹ Transcrição da fala na mesa Mulheres Café e Política. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cq9E91MpRSk>. Acesso em: 23/01/2022.

centrais sindicais e o movimento de trabalhadoras sexuais como integrantes de dois pólos opostos da ação política, os “novos movimentos sociais” tirando o sindicalismo de seu lócus privilegiado do conflito social. O movimento sindical foi, historicamente, um dos representantes mais importantes e legitimados da classe trabalhadora. E por causa, principalmente, da estrutura sindical existente no Brasil, organiza majoritariamente trabalhadores detentores de direitos que historicamente – e cada vez mais – ficaram restritos para o grande volume de trabalhadores informais e precarizados.

Não obstante, o sindicalismo tem enfrentado as críticas direcionadas a ele por esses novos movimentos e pelo contexto de precarização massiva do trabalho, e se mantido como um agente importante na política nacional (BOITO, MARCELINO, 2010). O esforço no sentido de uma certa “atitude colaborativa” com movimentos sociais impulsionados por trabalhadores e trabalhadoras despojados de direitos trabalhistas faz parte das ações tomadas pelo movimento sindical para ampliar sua capacidade de representação, organização e mobilização nesse novo contexto (BRAGA, SANTANA, 2015). Essas ações constituem, de fato, novas estratégias sindicais, recuando ou avançando “em direção ao campo político e ao ‘espaço de movimentos sociais’” (GALVÃO, 2014, p. 18). Em resposta, os novos movimentos sociais – entre eles o de trabalhadoras sexuais, pelo que indica a atuação da Associação Mulheres Guerreiras – não têm demonstrado nenhum afastamento intransponível, mas uma abertura ao movimento sindical. Nesse contexto, o sindicalismo ganha potencial para se capilarizar, radicalizar e responder melhor às condições de vida e trabalho postas na contemporaneidade.

Os movimentos sociais têm a ganhar legitimidade, amplitude e apoio financeiro, jurídico, organizativo e institucional.

A conquista de espaço das trabalhadoras sexuais em terrenos tradicionais do movimento sindical tem o potencial de deslocar o trabalho realizado pelas mulheres do campo da moralidade, se considerarmos que o sexo, como parte da divisão sexual do trabalho, é naturalizado pela imposição de que seja realizado como uma expressão unicamente afetiva, como os demais trabalhos “de mulheres” (KERGOAT, 2009). Assim, dá ênfase à regulação da sexualidade das mulheres como fundamento da opressão de gênero e das desigualdades que as demais trabalhadoras enfrentam no mercado de trabalho. Além disso, como demonstrou Aparecida Moraes (1995) em sua pesquisa sobre a prostituição na Vila Mimosa, na cidade do Rio de Janeiro, a reivindicação de uma perspectiva profissional pelas prostitutas não apenas está ligada à adoção de uma perspectiva mais positiva sobre elas mesmas em relação ao estigma, como também combate esse estigma na arena pública. Em suas palavras, “ao reivindicarem o seu espaço profissional e político as prostitutas estavam dispostas a desmistificar este conjunto de estereótipos, sem com isto perder a singularidade do seu coletivo enquanto representantes de uma determinada ordem sexual” (MORAES, 1995, p. 37).

Entendendo o movimento de trabalhadoras sexuais como um movimento de reconhecimento da identidade do grupo como parte da classe trabalhadora, é possível traçar paralelos com os movimentos que têm se construído nos últimos anos com a reorganização do mundo do trabalho, como os trabalhadores informais, de cuidados, de plataformas, e a crescente massa de desempregados, que também tem caminhado em direção à sindicalização (BRAGA, SANTANA, 2015).

Sem contar as classes de trabalhadores que historicamente tiveram que lutar pelo seu reconhecimento como trabalhadoras antes de conseguir direitos trabalhistas, como as domésticas (que também lutam por vias sindicais). Nas palavras de Kempadoo e Doezema (1998, p. 8):

Se o trabalho sexual é visto como sujeito de exploração, como qualquer outro trabalho, ele pode ser considerado a base de uma mobilização que lute por condições de trabalho, direitos e benefícios, e por resistências mais amplas contra a opressão dos trabalhadores, em paralelo com situações de outros setores informais e não regulados.

Os elementos apresentados indicam que a presença das trabalhadoras sexuais nos sindicatos e demais espaços de luta da classe trabalhadora além de cumprir uma função estratégica de crescimento e visibilidade do movimento organizado de trabalhadoras sexuais, também compõe um processo mais amplo de reconfiguração do que se entende como classe trabalhadora e de como ela se organiza, democratizando a luta dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- AVALLE, Gerardo. **Nuevos rostros a viejas formas del trabajo: sindicalización de las mujeres trabajadoras sexuales en Argentina.** Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. Nº 28. Año 10. Argentina, Março 2019.
- BARRETO, Letícia. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e Feminismo em Belo Horizonte.** Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

- BOITO JR, Armando; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000.** Cadernos CRH, Salvador, v. 23, n. 59, 2010, p. 323-338.
- BONOMI, Carolina. **“Mulher da Vida, É Preciso Falar”:** um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **Dinâmica da Ação Coletiva no Brasil Contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora.** Caderno CRH [online]. 2015, v. 28, n. 75, p. 529-544.
- GALVÃO, Andréia. **O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias.** 38º Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 2014.
- HELENE, Diana. **Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas: Jardim Itatinga.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo. **Global Sex Workers: rights, resistance, and redefinition.** New York, NY: Routledge, 1998.
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo,** in Dicionário Crítico do Feminismo, São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 67-75. 2009.
- MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: Prostituição, identidade social e movimento associativo.** Editora Vozes, Petrópolis, 1995.
- MULHERES, Café e Política – Roda de Conversa sobre a Associação Mulheres Guerreiras, 2017. 1 vídeo (39 min 33 seg). Publicado pelo canal Socializando Saberes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cq9E91MpRSk&t=19s>.

SOB OS OLHOS DA REPRESSÃO: AS ATUAÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARANAENSE NA PERSPECTIVA DOS AGENTES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Luan Prado Piovani¹

Após o golpe militar de 1964, foi implementado um modelo político-ideológico de sociedade e de Estado. A ditadura militar que se impôs ao país executou um processo de modernização econômica conservadora e, no campo político, visava construir uma democracia tutelada pelos militares (NAPOLITANO, 2014). Este ideal de democracia seria marcado pelo consenso, não poderia haver grandes desvios contra a “ordem” do grupo de poder, o dissenso era tomado como sendo um elemento subversivo.

A ditadura simulava ser uma democracia, permitindo o funcionamento do Congresso e de um partido de oposição, estas medidas serviam para apaziguar os setores liberais que apoiaram o golpe e acomodar os políticos no novo regime (FICO, 2015). Mesmo concentrando poder e violando princípios democráticos básicos, o governo ditatorial poucas vezes se assumiu como sendo um regime autoritário.

Logo no início da ditadura, durante o governo Castelo Branco (1964-1967), criou-se um órgão especializado em reunir informações sobre indivíduos e grupos que fossem uma ameaça em potencial.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: luan.piovani98@gmail.com

Esta organização, denominada Serviço Nacional de Informações (SNI), em um período curto se ramificou, abrindo agências regionais em diversos pontos do país. Ademais, a partir de 1967, passou a recolher informações por meio das Divisões de Segurança e Informações (DSI's), que atuavam nos ministérios civis, e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI's), que agiam junto às universidades e empresas estatais (JOFFILY, 2014).

As Assessoriais de Segurança e Informação (ASI's) foram criadas a partir dos anos 1970 para ser a extensão da comunidade de informações no ensino superior. Na lógica da repressão, o expurgo de estudantes e professores “subversivos” deveria ser seguido com a implementação de uma rede de vigilância para assim impedir futuras ameaças, como a ascensão de grupos subversivos no meio universitário. O papel das ASI's foi: 1) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; 2) produzir informações para atender as demandas do Plano Setorial de Informações; 3) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas (MOTTA, 2014).

Segundo Carlos Fico (2003), a chamada “linha dura” exigia meios e modos para efetuar a perseguição política no início da ditadura. Obtidos estes meios, em decorrência dos Atos Institucionais (AI) números 2 e 5, os representantes desta corrente passaram a constituir a “comunidade” ou “sistema” de informação. O recrudescimento da política repressiva, com a imposição do AI-5, levou à criação de uma vasta rede de vigilância. Foi elaborado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que englobava todos os órgãos de segurança e informação existentes (como o CENIMAR, CISA, DOI-CODI², entre outros). O SNI era o principal órgão deste sistema, mas

² Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Centro de Informações de

é importante destacar que não subordinou as outras instituições repressivas (BRASIL, 2014).

Para Fico (2001, p. 175), “A ‘comunidade’ amparava-se naquilo que podemos chamar de ‘pilares básicos’ de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura”. A linha ideológica seguida pelos agentes da comunidade de segurança e informações foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) formulada na Escola Superior e Guerra – ESG. Este modo de pensar, fortemente anticomunista, determinou a atuação dos órgãos repressivos, além do próprio governo ditatorial.

Dentro dos diversos segmentos da sociedade civil que atuavam contra o regime ditatorial, se encontrava a categoria dos estudantes. O estudantado era alvo do sistema de informações devido a sua atuação política opositora, e por conta dos setores de inteligência considerarem os jovens alunos mais suscetíveis às doutrinações dos subversivos. As mudanças comportamentais e culturais, que marcaram a juventude dos anos 1960/1970, também foram mal-recebidas pelos agentes, por considerarem uma degradação dos valores morais tradicionais impulsionado pelo Movimento Comunista Internacional (FICO, 2001). A atuação do Movimento Estudantil (ME) foi vigiada pelos órgãos de segurança e informação em todo o território nacional, incluindo o Paraná.

Uma das principais entidades organizadoras do ME no norte do estado paranaense foi o Diretório Central dos Estudantes da Fundação Universidade Estadual de Londrina (DCE-FUEL). O DCE-FUEL atuava por meio de apoio em campanhas eleitorais

Segurança da Aeronáutica (CISA); Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

da oposição legalizada, assembleias estudantis, passeatas etc. Com a vitória eleitoral da oposição oficial (MDB) em 1974 e com o início do processo de abertura, impulsionado pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), os estudantes paulatinamente voltam à cena política, levantando como pautas principais a luta pelas liberdades democráticas e pela anistia. Como forma de mobilização e organização, o ME desenvolve muitas atividades culturais “alternativas” na forma de grupos de teatro, grupos literários, experiências jornalísticas etc. (PELLICCIOTTA, 1997). Um exemplo deste tipo de engajamento estudantil ocorre em Londrina, com a criação do Jornal “POEIRA” do DCE-FUEL, que abordou problemas estudantis e questões políticas nacionais (FELISMINO, 2016).

Com o levantamento feito nos arquivos do SNI, disponível no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL), foi possível analisar como a comunidade de informações mantinha uma vigilância constante sob as movimentações do ME. Foi identificado, em um relatório produzido pelo SNI, que ocorreu uma intervenção por parte da reitoria da FUEL na sede do DCE no dia 27 de novembro de 1978. Isto decorreu do engajamento político que o Grupo Poeira, chapa dirigente do DCE na época, teve nas eleições de 1978, apoiando o candidato da oposição legalizada (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) Álvaro Dias ao cargo de deputado federal. As gráficas estudantis auxiliavam nas movimentações políticas dos estudantes, por isso, seus materiais eram analisados pelo SNI. Ademais, a destruição da gráfica do grupo “POEIRA”, feita durante a intervenção, mostra que estas atividades incomodavam certos setores repressivos.

Para o relator do documento, a ação política “fugia às finalidades de um Diretório Estudantil” (SNI – PR, ACT_ACE_014_78, 1978, lauda 4, NDPH-UEL). A afirmação do agente da repressão, que o DCE – FUEL “fugia” às suas finalidades, indica que poderia ter havido uma relativa liberdade de manifestação reconhecida pela repressão (NEVES JR, 2019).

A vigilância da Assessoria de Segurança e Informação da universidade (ASI-FUEL) observava as atividades do movimento estudantil. Em um documento produzido pelo referido órgão, os agentes examinavam o panfleto produzido pela gráfica do Jornal Poeira, intitulado “O Povo está se mexendo”, que era distribuído no norte do estado do Paraná e promovia a candidatura de Álvaro Dias para a Câmara dos Deputados. Segundo os relatores do informe, o folheto possuía “características esquerdistas” e por isso foi divulgado para a comunidade de informações (SNI – PR, ACT_ACE_003_78, 1978, lauda 52, NDPH-UEL).

Um fato de destaque deste documento é que foi produzido em outubro de 1978, um mês antes da intervenção no DCE e da quebra da impressora que rodava o Jornal Poeira. Tal elemento indica que a reitoria já tinha conhecimento das “atitudes subversivas” que ocorriam no campus, o que pode ter motivado a sua ação repressiva. Este documento da ASI – FUEL, encontrado em um relatório do SNI, é importante, pois os arquivos deste órgão foram tidos como destruídos (MOTTA, 2008).

Outro ponto relevante sobre a intervenção da reitoria nesta universidade é que esse evento ocorre após as duas grandes ondas repressivas no meio estudantil. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014), a primeira onda repressiva ocorre em 1964, com o evento que ficou conhecido como “Operação Limpeza”; a segunda onda

verifica-se com os desdobramentos do AI-5, que deu início aos “Anos de Chumbo” (1968 – 1974) no Brasil. No entanto, o ato repressivo perpetrado pela reitoria da UEL aconteceu em 1978, durante o período da “distensão política” do governo Geisel.

Por fim, é importante destacar que, enquanto as movimentações dos estudantes permaneceram restritas à universidade, a ditadura não conteve a reorganização do ME. No entanto, a partir do momento que os estudantes voltam a fazer protestos de rua em 1977, a repressão policial é reativada (CANCIAN, 2014). Ou seja, a partir do momento em que os discentes voltam a se inserir na vida política nacional, levantando suas pautas e reivindicações, estes voltam a ser vistos como uma ameaça para a ordem vigente.

REFERÊNCIAS

- CANCIAN, Renato. **Juventude e participação: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970**. Revista Lutas Sociais, vol. 18, n. 32. São Paulo, 2014.
- FELISMINO, José Antonio. **Jornal Poeira, história e memórias**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2016.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, v. 1, 2015.
- JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 30 – 48.

- MOTTA, Rodrigo Patto. **As Universidades e o regime militar**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto. **Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias**. In: Revista Acervo, v. 21, nº 2, p. 43-66. Rio de Janeiro, 2008.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES Jr., José. **O Movimento Estudantil Paranaense sob vigi-lância do Serviço Nacional de Informações (1964 – 85)**. In: Revista Aurora, Marília, v. 12, n. 2, p. 45 – 60, 2019.
- PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNI-CAMP. Campinas-SP, 1997.

FONTES DOCUMENTAIS

- BRASIL. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1. 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso: 22 out. 2022 às 12:02.
- SNI PR. **Serviço Nacional de Informações**, Movimento Estudantil – Intervenção no DCE/FUEL, 20 de dezembro de 1978, ACT/ACE – 014/78, 18 laudas (NDPH – UEL).
- SNI PR. **Serviço Nacional de Informações**, Movimento Estudantil – Grupos e suas tendências ideológicas, 05 de dezembro de 1978, ACT/ACE – 003/78, 59 laudas (NDPH – UEL).

CRISE NA ESTÉTICA MONUMENTAL E A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO EM SÃO PAULO

Elisângela Oliveira Lima¹

*[...] Para que um genocídio se consolide, é necessário esquecer-lo. E para que uma violência estrutural permaneça, é necessário negá-la. A memória, portanto, é política.
- Manifesto: São Paulo é solo preto e indígena²*

INTRODUÇÃO

Foi em ocasião da 16^o edição da *Semana de Valorização do Patrimônio 2021*, que a prefeitura da cidade de São Paulo, junto com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), realizaram um comunicado inédito para memória negra da cidade. O anúncio da construção de cinco estátuas em homenagem a personalidades negras foi realizado durante a agenda do evento³; os (as) homenageados (as): a escritora Carolina Maria de Jesus; o atleta bicampeão olímpico Adhemar Ferreira da Silva; a sambista Deolinda Madre (mais conhecida como Madrinha Eunice); e os compositores Geraldo Filme e Itamar Assumpção⁴.

¹ Bacharel em Políticas Públicas, Pós-graduanda em Sociologia (IFCH/UNICAMP); orientador: Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros; pesquisa financiada pela Capes. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3315954604838487>

² Disponível em: <https://www.solopretoeindigena.com.br/>. Acesso em: 30/04/2023

³ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/index.php?p=30000>. Acesso em: 30/04/2023

⁴ A inauguração ocorreu poucos meses após o anúncio: a estátua dedicada a Carolina

O mesmo evento também entregou 50 placas de identificação do projeto *Memória Paulistana*⁵, fruto de pesquisas e um concurso cultural realizado pelo DPH. Entre as placas do projeto, há também a identificação de lugares de memória negra e homenagem a figuras como o advogado abolicionista Luiz Gama – primeira personalidade negra a ganhar uma estátua/busto na cidade de São Paulo em 1931, localizada no Largo do Arouche.

No ano anterior, com a *Jornada do Patrimônio 2020*, houve a inauguração da estátua dedicada ao arquiteto negro do período colonial, Joaquim Pinto de Oliveira – O Tebas, responsável pela construção do Chafariz da Misericórdia (considerado o primeiro monumento da cidade de São Paulo), e de grandes feitos em termos de técnica de construção e arquitetura. A figura de Tebas vem alcançando inegável notoriedade dentro do movimento negro, literário, artístico e periférico⁶. A inauguração da escultura de Tebas quebrou

Maria de Jesus foi construída em Parelheiros, em julho/2022; a de Adhemar Ferreira no bairro da Casa Verde, em maio/2022; a de Deolinda Madre inaugurada no bairro da Liberdade, em abril/2022; a de Geraldo Filme no bairro da Barra Funda, em abril/2022; Itamar Assumpção no Largo do Rosário, em dezembro/2021.

⁵ O Inventário Memória Paulistana foi criado em 2019, por meio da resolução 13/2009 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, e implementado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Saiba mais em: “O Inventário Memória Paulistana: as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo.” (SCHENKMAN et al, 2021).

⁶ “Foi em Tiradentes – Zona Leste, um dos bairros com maior presença negra em São Paulo, que surgiu a iniciativa de criar a 1º Semana Tebas de Ciência, Tecnologia e Educação em 2005. Foi também em Tiradentes que Abílio Ferreira, um dos escritores do livro mais completo sobre Tebas, ouviu falar pela primeira vez do arquiteto negro. A luta pela memória de Tebas é anterior à construção do antimonumento em sua homenagem, basicamente a obra concretiza um esforço coletivo dos movimentos que lutavam por sua memória, seja na escola de samba, em conferência municipal ou

um jejum de 4 anos, já que a última estátua construída em homenagem a uma figura importante para o movimento negro, antes de Tebas, foi em 2016 - dedicada a Zumbi dos Palmares e localizada na Praça Antônio Prado, um consagrado lugar de disputa pela memória negra na cidade.

O que é interessante notar em termos de mudança é que as estátuas em homenagem a personalidades negras construídas a partir de 2016 (Zumbi), contaram com escultores negros e uma presença marcante do movimento negro local no processo de reivindicação, bem como no interior das instituições - seja no corpo burocrático/administrativo, executivo ou legislativo. Todas as estátuas construídas recentemente, contaram com escultores negros⁷, o que marca uma grande diferença em relação às primeiras estátuas construídas no século XX, dedicadas à Luiz Gama e Mãe Preta (e que também contaram com a participação de organizações negras, mas com um diálogo mais distante em relação às instituições públicas).

Com as novas estátuas a cidade passa a contar com o dobro do que São Paulo tinha materializado desde os anos 30 em termos de esculturas que homenageiam personalidades negras⁸. Como divulgado em pesquisa realizada pelo Instituto Pólis em 2020, os monumentos que prestam homenagem a *pessoas controversas* (ligadas ao passado de escravidão e ditadura do país), são bem preservados e possuem

iniciativas locais.” (LIMA, 2021: 70-71).

⁷ Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=31054>. Acesso em: 30/04/2023.

⁸ Ainda assim, as esculturas em homenagem a personalidades negras na cidade de São Paulo representam apenas 5,5% dos monumentos existentes. Ao total, são 377 monumentos mapeados na cidade (INSTITUTO PÓLIS, 2023). Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/patrimonio-memoria-diversidade/>. Acesso em: 30/04/2023.

maior dimensão, volume, e localização privilegiada – com boa visibilidade, além de retratarem em sua grande maioria corpos brancos e masculinos (INSTITUTO PÓLIS, 2020)⁹. Em 2022 a pesquisa foi atualizada, e em 2023 publicada pelo instituto, desta vez, vinculada à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com recursos conquistados através de emenda parlamentar da Deputada Estadual Erica Malunguinho¹⁰.

A pesquisa do Instituto Pólis foi realizada a partir do inventário divulgado publicamente na plataforma Geosampa¹¹. O inventário é organizado pela prefeitura de São Paulo, os dados disponibilizados pela plataforma são relativos aos monumentos da cidade, são dados brutos como: ano de inauguração, local, nome da obra, tipologia detalhada, material utilizado, e se consta ou não apreciação por parte do CONPRES/CONDEPHAT/IPHAN¹². Basicamente o papel do Instituto Pólis foi identificar, mapear e aprimorar os dados disponibilizados pela plataforma Geosampa com base em cor/etnia/gênero/criticidade científica, entre outras classificações ausentes no levantamento da plataforma Geosampa¹³.

⁹ Disponível em: <https://polis.org.br/estudos/presencanegra/>. Acesso em: 30/04/2023.

¹⁰ Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/patrimonio-memoria-diversidade/>. Acesso em: 30/04/2023.

¹¹ Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 30/04/2023.

¹² Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRES); Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹³ Uma das grandes reivindicações dos *novos movimentos sociais*, em especial, do movimento negro, é a utilização do quesito raça/cor em formulários de pesquisas científicas de qualquer tematica envolvendo seres humanos e sua representação, vista como uma ferramenta importante na luta contra a discriminação

UMA AGENDA DE PESQUISA EM EXPANSÃO

O levantamento do Instituto Pólis (2020 e 2023), bem como o inventário dos monumentos da cidade disponibilizado na plataforma Geosampa (2019), não são acompanhados de uma pesquisa sobre a participação do movimento negro local, ou qualquer outro ator/agente social, no processo que tornou possível a construção das poucas estátuas que retratam personalidades negras na cidade. Por outro lado, as poucas pesquisas existentes até hoje, que buscaram registrar e analisar a atuação do movimento negro no processo de reivindicação de estátuas que prestaram homenagem a personalidades negras em São Paulo, não possuem uma sistematização, sendo possível verificar descontinuidade.

Como exemplo, podemos citar a pesquisa de maior expressão e mais citada em trabalhos científicos sobre o tema, realizada pela antropóloga Lúcia Klück Stumpf e o historiador Júlio César de Oliveira Vellozo: *Um retumbante Orfeu de Carapinha' no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama* (STUMPF e VELLOZO, 2017). No ano anterior, o artigo escrito pelo historiador Petrônio Domingues versou sobre o mesmo tema, em *A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama* (2016), entretanto, o artigo de Domingues não é citado por Stumpf e Vellozo¹⁴, ainda que seja necessária uma visão e investigação mais apurada sobre

racial e no enfrentamento ao racismo estrutural. Sugestão de leitura disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/pergunta-sobre-raca-e-cor-no-censo-e-central-na-luta-contra-a-discriminacao.shtml>. Acesso em: 30/04/2023.

¹⁴ Outros trabalhos que buscaram evidenciar a luta do movimento negro no processo de construção de estátuas em homenagem a Mãe Preta e Luiz Gama: (SILVA, L., 2007), (LOPES, 2007), (SILVA, 2018).

as motivações, podemos assinalar que diferente do que ocorre com o artigo de Stumpf e Vellozo, são poucos os trabalhos que o citam como referência. Aqui consideramos ambos como leitura obrigatória sobre a luta do movimento negro por memória e *antimonumento* na cidade de São Paulo.

Atualmente são contabilizadas 9 estátuas em homenagem a personalidades negras na cidade (TABELA 1), em termos de estudos e investigações, apenas as construídas durante o século XX contaram com pesquisas, que foram realizadas no século XXI, o que nos permite afirmar um interesse recente pelo recorte proposto. Ainda não encontramos pesquisas que pudessem nos mostrar a participação política do movimento negro na construção das estátuas inauguradas a partir de 2020 – o que não nos impede de continuar a busca, mas justifica nosso interesse em investigar o tema.

Tabela 1. Monumentos que retratam personalidades negras na cidade de São Paulo

Monumento	Movimento Negro	Ano
Luiz Gama	Imprensa Negra	1931
Mãe Preta	Clube 220	1955
Zumbi dos Palmares	Ação difusa	2016
Joaquim P. (Tebas)	Ação difusa	2020
Itamar Assumpção	Ação difusa	2021
Ademar Ferreira	Ação difusa	2022
Deolinda Madre	Ação difusa	2022
Geraldo Filme	Ação difusa	2022
Carolina M J	Ação difusa	2022

Fonte: Inventário Geosampa (2019); Instituto Pólis (2020 e 2023)

A investigação mais ampla em estágio de realização por nós, busca fazer um apanhado das experiências do movimento negro no processo de construção de esculturas negras ao longo do século XX e XXI, visto que as pesquisas encontradas com esse foco não tiveram por objetivo reunir todas as experiências em um único estudo, mas tratando apenas de alguns exemplos, sem sistematização bibliográfica¹⁵. Como o espaço não nos permite um recorte amplo, decidimos fragmentar e enfatizar o período mais recente (2020-2022), visto que é a partir daí que se verifica um salto quantitativo e qualitativo em termos de construção de novas estátuas e participação política de movimentos ligados a luta antirracista por meio de ações difusas¹⁶.

Nossa pesquisa busca evidenciar a luta política do movimento negro por memória através da discussão sobre retirada/construção de monumentos e antimonumentos (como veremos melhor adiante). É fato inegável que a demanda por uma memória anticolonial e antirracista se atualiza no contemporâneo por meio da luta social contra a violência policial e o genocídio negro.

¹⁵ A ausência de uma sistematização bibliográfica também se dá pelo fato de tratar-se de um processo social ainda em curso, e de uma curiosidade investigativa que ganha força a partir dos anos 2000 com a entrevista realizada pelo historiador Cuti com o militante e jornalista negro José Correia Leite (2007). A entrevista acaba colocando o velho militante na posição de testemunho sobre os eventos que tornaram possível a construção da estátua dedicada a Luiz Gama nos anos 30 e Mãe Preta nos anos 50, antes da contribuição científica de Cuti, era comum que os dados principais fossem de periódicos e documentação oficial das instituições públicas da época.

¹⁶ Por “ação difusa” entendemos que foram aquelas de iniciativa do poder público, contando com a colaboração de mais de uma entidade/organização do movimento social negro.

O EFEITO GEORGE FLOYD

Já são muitas as contribuições que admitem uma espécie de divisor de águas no debate sobre patrimonialização da memória negra a partir da morte brutal de George Floyd em Minnesota, EUA (ARANTES et al 2021; RHAME, 2021; DAMASCENO, 2021; LORENZONE et al 2021; DUARTE, A. Z. et al 2022; DUARTE, F. et al 2022; AVILA, 2022; INSTITUTO PÓLIS, 2023). Sem dúvida a morte política de Floyd, durante a pandemia da Covid-19, foi responsável pela maior manifestação de rua do período, visto que desde a oficialização da mesma por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), não se verificava nenhuma manifestação política a nível mundial, já que a principal medida de combate ao vírus, antes da vacina, foi o polêmico isolamento social. Portanto, a morte de George Floyd, também foi motor de reivindicações pela retirada de monumentos que prestam homenagem a figuras ligadas ao período colonial, entre outras reivindicações que se levantavam sobre a própria discrepância de mortes pelo vírus que atingiu em cheio as comunidades não-brancas.

Ao considerar o potencial revolucionário das manifestações que se iniciam após a morte de Floyd, a filósofa e escritora feminista Ângela Davis, em sua entrevista ao Opera Mundi, chega a classificar o período como *“um momento extraordinário”*:

Este é um momento extraordinário. Nunca experimentei nada como as condições que estamos vivendo atualmente, a conjuntura criada pela pandemia Covid-19 e o reconhecimento do racismo sistêmico que se fez visível nestas condições devido às mortes desproporcionais nas comunidades negras e latinas. E este é

um momento que não sei se alguma vez esperei experimentar. [...] Mas, frequentemente tenho dito que nunca se sabe quando as condições podem dar lugar a uma conjuntura como a atual que muda rapidamente a consciência popular e de repente nos permite avançar na direção da mudança radical. Se a gente não se envolve no trabalho em curso, quando surge tal momento, não podemos aproveitar as oportunidades para mudar. E, é claro que este momento passará.¹⁷

No Brasil o período pandêmico se mostrou desafiador para o movimento negro nacional. O mesmo período de reivindicações que se iniciou nos EUA (posteriormente gerando um levante em muitos países pelo mundo), coexistiu com múltiplas reivindicações nas ruas e nas redes sociais contra a morte de João Pedro, adolescente negro de 14 anos, morto uma semana antes de Floyd, dentro da própria casa que foi atingida com 70 disparos de fuzil em meio a uma operação policial no Complexo do Salgueiro – São Gonçalo (RJ).

Naquele mesmo ano ocorreu a morte do menino Miguel, filho da então doméstica Mirtes Renata de Souza, que não conseguiu cumprir o isolamento social, precisando trabalhar durante a pandemia e levar o filho (já que as escolas estavam fechadas); a omissão e frieza diante da tragédia que poderia ter sido evitada pela patroa Sarí Corte Real, impulsionou as redes sociais por justiça, além de denunciar as condições precárias em que se encontravam a classe de trabalhadores que não puderam cumprir o isolamento social em casa, muita das vezes trabalhando na linha de frente do enfrentamento ao

¹⁷ Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/mundo/65611/angela-davis-momento-que-vivemos-com-discussao-racial-nos-eua-e-extraordinario>. Acesso em: 30/04/2023.

vírus. Outro “caso” emblemático que ganhou repercussão, chegando a ser chamado de *Floyd brasileiro*, é a morte por espancamento de Alberto Freitas pela empresa Carrefour em Porto Alegre, na véspera do dia da Consciência Negra¹⁸.

Como visto em alguns dos exemplos listados, foram muitas as notícias, além das mortes por covid-19, que afetaram em cheio a comunidade negra brasileira. Até o momento que se iniciou o isolamento social, os únicos movimentos que estavam nas ruas no Brasil eram em apoio ao então presidente Jair Messias Bolsonaro, pedindo intervenção militar, fechamento do Congresso e STF, e o fim do isolamento social (contando com a aderência do próprio ex-presidente). A primeira manifestação em oposição ao movimento reacionário e ao governo se deu a partir da morte de João Pedro¹⁹ e George Floyd, que de certa forma intensificou o clima de revolta social que borbulhava no país.

Com isso, vimos a mobilização do movimento negro, do movimento de favelas, movimento das torcidas organizadas contra o fascismo e dos entregadores por aplicativos, entre outras categorias de trabalhadores, o que em muitos momentos unificou e fortaleceu a luta nas ruas. Os gritos por “*pão, vacina e vida*” foram intensificados à medida que os dias se passavam e o número de vítimas por Covid-19 aumentava junto com a indiferença do governo bolsonarista.

Por parte dos movimentos negros, vimos a campanha nacional “*Tem Gente com Fome*”²⁰, organizada pela Coalizão Negra

¹⁸ Disponível em: <https://www.correiopovo.com.br/podcasts/2.837/nosso-george-floyd-1.524124>. Acesso em: 30/03/2023.

¹⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/31/rio-tem-manifestacao-contraviolencia-policia-apos-morte-de-joao-pedro.htm>. Acesso em: 30/04/2023.

²⁰ Disponível em: <https://www.temgentecomfome.com.br/>. Acesso em: 30/04/2023

por Direitos (CND)²¹, como uma das grandes iniciativas das organizações negras em favor dos vitimados e atingidos pela fome na pandemia, solução adotada diante da intensificação da fome e insegurança alimentar; também houve por parte da CND uma batalha incisiva contra o chamado “*pacote anti-crime*”, proposto pelo então ministro da justiça Sérgio Moro²².

A luta material contra a fome e violência não inibiu o movimento antirracista de se organizar em favor da luta contra os signos da opressão simbólica da cultura dominante, uma vez que o genocídio negro, como bem pontuado por Abdias do Nascimento, não se dá apenas com a morte física, mas também com a morte simbólica nos diferentes momentos em que se nega ou abomina a contribuição negra e africana para a formação coletiva e subjetiva de nação brasileira, ou quando apostam na falácia do *antagonismo em equilíbrio*, ou ainda nos processos de branqueamento e negação do racismo (NASCIMENTO, 1978: 93-107).

No mesmo ano da morte de Floyd, João Pedro, Miguel e Alberto Freitas, se inaugurou em São Paulo, na Praça Clóvis Beviláqua, a estátua dedicada ao arquiteto negro Joaquim Pinto de Oliveira – O Tebas, no dia da Consciência Negra.

Nesse sentido, dois eventos são dignos de nota: 1) a construção da estátua dedicada à Tebas. O feito não se deve apenas ao momento

²¹ A Coalizão Negra por Direitos é um movimento que foi criado em novembro de 2019 (portanto, meses antes de se iniciar oficialmente a pandemia da Covid-19), e que oficializou a união de mais de 200 entidades ligadas a luta antirracista no país.

²² O projeto foi apontado como um impulsionador de mais impunidade, encarceramento e mortes por parte das forças policiais. Disponível em: <https://coalizao-negrapordireitos.org.br/2019/09/03/pacote-moro-mais-morte-mais-prisao-aos-pretos-e-pobres-e-perseguido-aos-opositores/>. Acesso em: 30/04/2023

que se tornou um divisor de águas, ainda que tenha exercido importante influência²³, visto que a luta pela retirada de símbolos e monumentos que remetem ao colonialismo contagiou muitos países em todos os continentes. 2) um acontecimento posterior que acabou por marcar os debates a nível nacional no Brasil, a queima do monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato, na região do ABC, protagonizado pelo movimento *Revolução Periférica*.

Enquanto a estátua de Tebas é inaugurada no processo que se inicia com a morte de Floyd, o anúncio das 5 novas estátuas dedicadas a personalidades negras no ano seguinte (citado no início do artigo), foi realizado 23 dias após a queima do monumento esculpido por Júlio Guerra (1963), dedicado ao bandeirante Borba Gato. Não é a primeira vez que o monumento sofre intervenção dos movimentos sociais, mas sem dúvida é a primeira em que há, imediatamente, duas respostas institucionais opostas: de um lado a criminalização arbitrária do movimento que assumiu a autoria do feito, na figura de Paulo Galo²⁴ e de outro, os departamentos públicos responsáveis pela

²³ Do ponto de vista institucional, já havia antes mesmo de 2020 iniciativas por parte da SMC e do DPH com a criação da Jornada do Patrimônio em 2015 e o projeto Memórias Paulistanas em 2019 (SCHENKMAN, FUSER e CORREA, 2020), bem como da extinta Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) com a construção da estátua dedicada a Zumbi dos Palmares em 2016. Ambas iniciativas contaram com a participação de diferentes movimentos sociais, inclusive aqueles mais ligados a luta antirracista.

²⁴ Vale ressaltar, como feito pelo Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira em entrevista ao Brasil de Fato, que os principais responsáveis pela prisão ilegal de Paulo Galo e Jéssica (sua companheira), possuem laço familiar com bandeirantes (além do que já vinha sendo especulado sobre retaliação pelo fato do ativista fazer parte do movimento de entregadores antifascistas). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/06/elite-de-sp-que-persegue-galo-por-fogo-na-estatuado-borba-gatodesce-de-bandeirantes>. Acesso em: 30/04/2023

questão da memória e patrimônio da cidade, produzindo e dando continuidade a uma demanda histórica do que construir no lugar.

O mesmo departamento responsável pela construção das novas estátuas dedicadas a personalidades negras também é responsável pela reconstrução/preservação do monumento ao Borba Gato. E isso revela muito sobre o papel conciliatório das instituições de um Estado moderno e que se diz democrático; por outro lado, mostra limites de intervenção por parte dos departamentos. A questão que fica é: até que ponto é possível negociar e conciliar lutas genuinamente antagônicas?

O tema sobre a retirada de monumentos controversos não está separado da proposta política do que construir no lugar, nem mesmo das lutas materiais contra violência e desigualdade. A atuação de diferentes entidades do movimento negro vem mostrando a necessidade de se discutir e organizar a luta.

Nesse sentido do simbólico, a crítica do movimento negro aparece em diferentes momentos, como na Audiência Pública da Comissão de Educação, realizada no dia 27 de Setembro, com o tema *São Paulo é solo preto e indígena*, vinculado ao Projeto de Lei 47/2021²⁵, gravada e publicada nas redes sociais da prefeitura e organizada pela vereadora Luana Alves do PSOL²⁶; ou ainda, nos

²⁵ De autoria da vereadora Luana Alves (PSOL) e coautoria dos vereadores Erika Hilton (PSOL), Silvia Ferraro - Bancada Feminista (PSOL), Toninho Vespoli (PSOL) e Carlos Bezerra Jr. (PSDB), o projeto e a audiência fomentaram a discussão sobre a retirada de monumentos dedicados a personalidades ligadas à escravidão e colonização, além da importância de resgatar a memória negra de resistência e cultura na cidade.

²⁶ Entre os movimentos e entidades negras presentes, vale apenas mencionar o nome de Regina Lúcia dos Santos (representante do MNU/SP) e Abílio Ferreira (Instituto Tebas), como representantes de entidades que estão diretamente lidando com o tema

coletivos negros que organizam roteiros turísticos pela cidade, mostrando lugares de memória negra, junto a pesquisadores negros²⁷. Há também a luta pelo reconhecimento do bairro Liberdade enquanto lugar de memória negra, a exemplo da Capela dos Aflitos, do antigo Cemitério dos Aflitos e da recente conquista pela construção do Memorial dos Aflitos; outra ação que vem sendo fruto de reivindicações por parte de entidades negras da região, em especial do movimento que se intitula *Mobilização Estação Saracura Vai-Vai*, que se formou em prol da preservação da memória do antigo Quilombo Saracura, que tinha sua localização no bairro tradicional do Bixiga, que também já foi a quadra da Escola de Samba Vai-Vai, e que atualmente passa por reformas para a construção de uma nova linha de metrô²⁸.

De fato, são muitas as iniciativas tanto institucionais, quanto por parte dos movimentos que buscam cada vez mais a presença negra em diferentes espaços e representações, canalizados aqui, pela luta em favor dos lugares de memória negra da cidade, como uma demanda que abrange o direito à cidade e memória (não apenas de maneira juridicamente formal, mas concreta e coletiva).

Um marcador importante que separa as experiências do passado (séc. XX), e as recentes (séc. XXI), se relaciona com a presença negra dentro das instituições e departamentos públicos, bem como no processo técnico das obras²⁹. Mas, o que vale a pena destacar

na cidade, memória e da luta antirracista.

²⁷ Para citar exemplos, podemos considerar o movimento Cartografia Negra, Guia Negro, Sampa Negra.

²⁸ O nome escolhido para a nova estação de metrô é “14 Bis” e a luta do movimento pede para que o nome seja mudado para “Saracura Vai-Vai”.

²⁹ Ponto que abordaremos com melhor atenção na dissertação de mestrado.

com nosso propósito aqui, é que as estátuas recentes contaram com escultores(as) negros(as) - como já citado-, que a atual secretária municipal de cultura, Aline Torres (MDB), além de ser negra, se coloca em diálogo com movimentos e reivindicações da luta antirracista; as parlamentares vereadora Luana Alves (PSOL)³⁰, deputada federal Erika Hilton (PSOL), ex-deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL) e deputada federal Talíria Petrone (PSOL), apresentando projetos de lei a nível municipal, estadual e nacional³¹, bem como verbas e propostas que dialogam com a preservação da memória negra e indígena e proibição de símbolos que exaltam o colonialismo e escravidão. Portanto, a intervenção sobre o tema se possibilita, também, por meio da crescente (ainda que insuficiente) representatividade política de mulheres negras, cis e trans.

Parte dessa mudança pode ser creditada às conquistas do movimento negro e LGBTQIAPN+ dos últimos anos, principalmente com as primeiras gerações do século XX influenciada pela chamada “terceira fase” do movimento negro (DOMINGUES, 2007: 118-119), sua aproximação com as instituições, partidos e demais formas de participação política (inclusive em mecanismos multilaterais), e as conquistas no plano das políticas de ações afirmativas em setores públicos e na universidade. Por outro lado, a inclusão não foi capaz

³⁰ Em novembro de 2022 o mandato da vereadora em São Paulo, Luana Alves, protocolou 10 Projetos de Lei para nomeação de ruas; em junho de 2022 o mandato conseguiu aprovar para orçamento de 2023 a construção de um Parque da Memória Negra e Indígena na cidade.

³¹ Em 2020 que se apresentou projetos de lei a nível nacional (PL 5296/2020), estadual (PL 404/2020/SP) e municipal (PL 47/2021/SP). Não pontuamos mais projetos, mas é necessário afirmar que estes aqui listados não foram os únicos. Fica em aberto a necessidade de uma pesquisa para mapear os projetos de mesmo cunho no período em destaque (2020- 2022).

de reverter a lógica ainda dominante do capitalismo, em sua forma neoliberal, aliado ao racismo e ao patriarcalismo. A maioria dos monumentos da cidade (e do mundo todo) são símbolos brancos e masculinos e buscam fundamentar, e por vezes justificar, uma história de desigualdade material e simbólica; são muitos os que ainda louvam a figura de heróis e relegam aos heróis da resistência o lugar de anti-heróis da anuência.

Do ponto de vista de uma crítica da estética monumental, vale resgatar alguns antecedentes: a linguagem do discurso simbólico estava fadada ao declínio súbito entre as [duas grandes] guerras.” (HOBSBAWM; RANGER, 1997: 313). Em termos de estética e ética *antimonumento*, podemos destacar uma mudança radical de paradigma após o nazismo³².

Os monumentos destinados a grandes heróis nacionais, louvando a guerra e o bélico, com ar de tradições antigas (porém inventadas na modernidade ocidental), com propósito de estabelecer uma espécie de coesão social ao consolidar jovens nações (ignorando e silenciando conflitos territoriais e étnicos), foram confrontados por uma estética *antimonumento*, que em certa medida cria diálogo com a crítica que se estabelecia contra o historicismo, uma vez que se vincula com o fragmento, as ruínas e o testemunho, confrontando

³² Como bem colocado por Seligmann-Silva no livro que organizou – História, Memória, Literatura: “Graças a ela [historiografia sobre Auschwitz] desencadeou-se um processo de revisão crítica dos dogmas centrais da historiografia positivista advindos do século XIX, processo esse que já havia sido iniciado com as obras de eminentes autores, tais como Nietzsche, Bergson, Proust, Joyce, Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. Em todos esses autores acompanhamos uma resistência ao modelo temporal do historicismo. Neles é, antes, preservado o elemento fragmentário da temporalidade, típico do registro pessoal ou coletivo da memória.” (SELIGMANN-SILVA, 2016: 69)

o espírito do progresso (BENJAMIN, 1987: Tese IX). No artigo *Antimonumento: trabalho de memória e de resistência*, Seligmann-Silva (2016: 50) escreve: “O sentido heróico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança [...] da violência e de homenagem aos mortos”.

A crítica de monumentos bárbaros, feita após a segunda guerra mundial, por meio do movimento estético e ético intitulado de *antimonumento*, se expressou no Brasil e demais países latino-americanos, por meio da luta por reconhecimento de lugares de memória da ditadura militar e em defesa dos direitos humanos universais. Propomos o alargamento da categoria para *antimonumento antirracista*, chamando para reflexão sobre o momento de reivindicações que presenciamos com as lutas que se travam no presente; em favor dos lugares de memória negra e contra símbolos que exaltam a violência colonial.

Na medida em que os movimentos se colocam em disputa pela memória e pela “história oficial” e da memória individual e coletiva (nos termos de Halbwachs), partindo não da recusa total de um herói, mas de quem é esse herói homenageado e quem testemunhou a história, percebemos que resiste uma outra crítica da estética monumental da barbárie, uma outra proposta de *antimonumento*, que emerge daquele coletivo na arena de disputa, prejudicado pela desvantagem histórica da desigualdade e marginalidade, aqueles chamados por Fanon de *condenados da terra*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em acordo com o que escreve Clóvis Moura em um curto artigo chamado “*Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder*” (1990: 56-57, grifo nosso)³³:

A nossa ‘história oficial’ seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo no qual **as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é o herói ou anti-herói.**

Moura chega a citar Zumbi dos Palmares como sendo a figura do anti-herói, o que faz muito sentido, vez que os homenageados em nome de ruas e monumentos foram seus algozes, como é o caso da rua Jorge Velho, localizada no bairro Bom Retiro (SP); Jorge Velho foi responsável pela captura e morte de Zumbi dos Palmares, comandando a invasão ao Quilombo dos Palmares. A ironia é que a rua fica próxima à Faculdade Zumbi dos Palmares. O movimento pela disputa da memória no presente, se materializa a partir dos movimentos sociais, nesse sentido, vale mencionar a existência do projeto organizado pelos alunos da Faculdade para mudar o nome da rua de João Velho para Zumbi dos Palmares.

Estamos no momento em que essas figuras são contestadas publicamente, em estudos e levantamentos pioneiros, dentro das próprias instituições públicas do Estado – um exemplo disso é a lista

³³ Para um melhor aprofundamento do tema em Clóvis Moura, recomendamos o livro “*As Injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*”, publicado originalmente em 1990.

publicada pela própria Prefeitura da cidade de São Paulo, apontando os *monumentos controversos*³⁴.

O reposicionamento da discussão sobre memória e monumento para o centro do debate público a partir da discussão sobre racismo e desigualdade racial, demonstra a importância de se pensar diálogos e conflitos de forma crítica e analítica; por hora, podemos afirmar com certa segurança que a disputa vem gerando construções, conquistas, perdas e desafios. A insistência e rebeldia de fato vem sendo um difusor inegociável na rotina de boa parte dos movimentos negros, assim como o diálogo e “integração” por meio da pauta da representação, são movimentos que se encontram e que se organizam para fazer elevar as memórias de resistência negra, contra o mau uso da memória, em favor do que chamamos de *antimonumentos antirracistas*.

Um ponto importante é compreender a conexão da memória do passado com a luta antirracista do presente, por meio da bandeira que questiona a seletividade penal e o assassinato em massa de jovens negros pelas forças policiais. Portanto, a luta por uma memória viva da resistência contra a colonização, é um chamado contra a morte simbólica dos que já se foram. Em diferentes culturas, em diferentes períodos históricos, a morte se relacionou com os ritos mnemônicos, e para os povos devastados pelo colonialismo e racismo, essa é a grande questão a ser observada. As disputas por memória, como tendem a ser, dizem muito mais sobre as lutas e interesses do presente, do que sobre o passado, ainda que não abram mão dele para se organizarem politicamente.

³⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/com-borba-gato-prefeitura-de-sp-cria-lista-com-41-monumentos-polemicos-saiba-quais-sao.shtml>. Acesso em: 30/03/2023.

As lutas e reivindicações da cidade de São Paulo servem para observar o processo de mudança social que ocorre com o efeito George Floyd, afinal, a intensificação da luta antirracista no mundo ocorre no momento em que muitos países contavam com a presença de governos e governantes reacionários, de extrema-direita. Podemos generalizar para compreender a internacionalização da luta, porém, algumas particularidades de uma cidade-capital de um país de capitalismo periférico e latino-americano como o Brasil e a cidade de São Paulo, pode nos revelar muito do que ainda não foi dito; mas, sem cair no erro da generalização vulgar, buscando compreender que de fato há mudanças e singularidades no processo, em que diferentes grupos sociais se veem na obrigação da organização e enfrentamento diante dos desafios da suprema era neoliberal.

Que nós, sociólogos(os), tenhamos ciência do papel central e protagonista em que os chamados “*novos movimentos sociais*” passam a desempenhar diante do contexto aqui analisado, sobretudo ao propormos uma investigação comprometida com os tempos atuais. Trata-se de enxergar o que se vê, de negar a simplificação dualista, de não relegar ao simbólico papel irrelevante, muito menos confinar tais lutas ao plano exclusivo do simbólico e ignorar a dimensão material e a conexão entre ambas e, principalmente, de compreender que uma visão estrutural do problema também precisa abranger as disputas envolvendo a memória social de cada tempo.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Erika B.; FARIAS, Juliana B.; SANTOS, Ynaê Lopes dos. Apresentação Dossiê: Racismo em Pauta: A História que a História não Conta. *Revista Brasileira de História* (Online), v. 41, p. 15-32, 2021.
- DAMASCENO, W. M. F. Lutas antirracistas e derrubadas de estátuas nos EUA e na América Latina: Revisionismo ou Reparação? *In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís-MA. Trabalho, Lutas Sociais e Resistências na América Latina*, 2021. p. 37-50.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 12, p. 113-136, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. A aurora de um grande feito: a herma a Luiz Gama. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 23, p. 389-416, 2016.
- DUARTE, A. G.; AVILA, C. F. D. Erguendo, removendo e ressignificando as estátuas: olhares desde a experiência brasileira. *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS*, v. 48, p. 1-17, 2022.
- DUARTE-FEITOZA, Paulo H.; SÁ, Rubens P. S (org). *Arte e Monumentos: entre o esquecimento e a memória*. Goiânia: Cegraf UFG, 273 p., 2022.
- GEOSAMPA. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Camada Monumento*. São Paulo, 2020.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Editora Paz e Terra, ed. 2, 1997.
- INSTITUTO PÓLIS. *Quais histórias as cidades nos contam? a presença negra nos espaços públicos de São Paulo*. São Paulo, 2020.

- INSTITUTO PÓLIS. Patrimônio, Memória & Diversidade: um olhar antirracista sobre monumentos na cidade de São Paulo. São Paulo, 2023.
- LIMA, Elisângela Oliveira. Movimento Negro, Monumento e Memória na Agenda Política da Cidade de São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis, Angra dos Reis, 2021.
- LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. História e Memória do negro em São Paulo: efemérides, símbolos e identidade (1945-1978). 2007. 233f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.
- LORENZONI, L. F.; GOMES, R. V. Destruindo estátuas: o incêndio no monumento a Borba Gato e a relevância da memória pelo olhar dos oprimidos. *Revista Brasileira de História do Direito*, v. 7, p. 40-59, 2021.
- MOURA, Clóvis. Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder. Fundação Grabois, *Revista Princípios*, ed. 19, p. 53-57, nov. 1990.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro/RJ, 1978.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- RAHME, A. M. A. K. A derrubada de cada estátua é um apelo. *Revista ARA USP/FAU*, 10(10), 131-157, 2021. ROUANET, Sergio P. *In: Walter Benjamin - Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

- SCHENKMAN, Raquel; CORREA, V. F.; FUSER, L. O. D. O Inventário Memória Paulistana: as placas de patrimônio e a salvaguarda de histórias da cidade de São Paulo. In: 4o Simpósio Científico 2020 ICOMOS Brasil + 1o Simpósio Científico ICOMOS LAC - O Estado da Arte do Patrimônio, 2020, Rio de Janeiro. Anais do 4 Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Belo Horizonte: Even3, 2020. v. 1.
- SELIGMANN-SILVA. (Org.). História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes. ed. Campinas: Unicamp, 3 ed. 2016.
- SILVA, L.... E disse o velho militante José Correia Leite. São Paulo: Noovha América, 2007.
- SILVA, Zélia Lopes da. Identidades negras inscritas nas ruas de São Paulo no século XX. *In: Patrimônio e Memória*. Unesp, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 5-30, 2018.
- STUMPF, L. K. ; VELLOZO, J. C. O. Um retumbante Orfeu de Carapinha no centro de São Paulo: a luta pela construção do monumento a Luiz Gama. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 167-194, 2017.

SEÇÃO III:

CULTURA

PRÁTICAS DE CLASSE: SERVIÇO E DESIGUALDADE EM NAVIOS DE CRUZEIROS DE LUXO

Michael dos Santos Gomes¹

INTRODUÇÃO

A transnacionalização do trabalho, particularmente em navios de cruzeiros, trouxe o desafio da organização e coordenação, envolvidas no recrutamento de tripulantes em diferentes países, para compor a força de trabalho dentro desses navios e que devem permanecer a bordo durante vários meses. Por isso, na maior parte dos casos, essa tarefa é terceirizada às agências de recrutamento, especializadas nas atividades socioprofissionais existentes no setor de serviços em navios cruzeiros, que se tornam, assim, responsáveis pelo processo de pré-seleção, recrutamento e embarque de tripulantes.

Conforme verificado em pesquisa anterior², as agências brasileiras especializadas no recrutamento nesse setor apresentam critérios profissionais para a seleção de potenciais tripulantes (brasileiros), por meio da denominada “estrutura associativa”, que estabelece parâmetros sociais específicos para o preenchimento das vagas das atividades socioprofissionais existentes no setor de serviços a bordo,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH-UNICAMP, orientado pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Netto. E-mail: dossantosmichaell@outlook.com

² Michael dos Santos Gomes, dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, intitulada “CARREIRAS ITINERANTES: estudo sociológico sobre tripulantes brasileiros em navios de cruzeiros”, 2021.

tais como grau de fluência de idiomas estrangeiros, experiência prévia de trabalho e diplomas escolares.

A distribuição dos tripulantes em relação uns aos outros dentro dos navios de cruzeiros considera a existência (no mundo social exterior) de capitais de diferentes propriedades: econômico, cultural, social, simbólico e escolar. Os capitais, na teoria sociológica de Pierre Bourdieu (2013), são sinônimo de poder e consistem em ativos econômicos, culturais ou sociais, que se reproduzem e possibilitam mobilidade social numa sociedade estratificada.

Nesse sentido, segue-se aqui o argumento bourdieusiano de que a posição do agente no espaço social não está unicamente determinada por sua colocação nas relações de produção, ou seja, não há um único critério de posicionamento no espaço social. Assim, utiliza-se o conceito de capital de Bourdieu (2013) para analisar os recursos de que dispõem os tripulantes nas suas estratégias (conscientes ou não) mobilizadas, quando da tentativa de ascensão profissional e social.

Quanto mais visibilidade na interação face a face entre tripulante e hóspede a atividade socioprofissional a bordo requer, assim como, também, quanto mais elevada for a posição da empresa internacional de navios de cruzeiros na pirâmide de categoria de serviços (Figura 1), maior o volume de capitais prévios (cultural, escolar, social e simbólico) exigidos pelas agências de recrutamento no preenchimento das vagas de empregos nos navios, conforme os critérios para preenchimento de vagas no site da maior agência brasileira recrutadora do setor, Infinity Brazil (on-line).

A pirâmide da Figura 1 a seguir é uma referência que possibilita identificar em quais categorias as principais empresas internacionais de navios de cruzeiros do mundo estão localizadas.

Figura 1 - Categorias de navios de cruzeiros



Fonte: ESTRATEGIA Y NEGOCIOS (2021).

Nos intervalos “premium”, “upper premium” e “gran lujo” estão apenas as empresas de navios de cruzeiros de luxo. No intervalo “standard” estão as empresas de navios de cruzeiros mistos, ou seja, dentro nos navios há espaços voltados ao turismo de massa e espaços hiperrestritos ao turismo de luxo (hierarquização da experiência). No intervalo “econômico” estão apenas as empresas de navios de turismo de massa. Nos intervalos “expedição e fluviais” estão as empresas de navios de cruzeiros de luxo, porém, com motivações diferentes dos demais intervalos (menos voltados ao lazer e mais às explorações temáticas).

As empresas internacionais de navios de cruzeiros que estão no topo da pirâmide são aquelas que possuem os navios mais luxuosos do mundo e os cruzeiros mais caros; são navios de portes pequenos e médios que frequentam itinerários diferenciados, onde

grandes embarcações não conseguem atracar. Outro elemento de distinção dessas empresas é a quantidade reduzida de hóspedes. Enquanto as empresas *econômico* e *standard* podem embarcar milhares (chegando a quase seis mil hóspedes), as empresas *premium*, *upper premium* e *gran luxo* transportam uma quantidade muito menor, entre 200 e 1100 hóspedes, a depender do navio.

Entre os anos de 2009 e 2013, por meio de contratos de trabalho intermitentes, o autor trabalhou como recepcionista multilíngue (português, inglês, italiano e espanhol) no atendimento a hóspedes nos navios de cruzeiros da empresa italiana MSC Cruzeiros, no norte da Europa, Mediterrâneo e América do Sul, em contratos de trabalho com duração de nove meses. Entre 2014 e 2018, fez contratos de trabalho sazonais de três meses durante o verão no Brasil e as férias acadêmicas. A empresa internacional de navios de cruzeiros trabalhada e pesquisada é administrada de forma familiar e independente, e seus hóspedes são consumidores-turistas viajando a lazer. A título de ilustração, se colocados numa sequência cronológica ininterrupta, os dias vividos e trabalhados a bordo nesses navios de cruzeiros totalizariam 1.440, ou seja, aproximadamente quatro anos, ou 48 meses.

Por meio dessa experiência como tripulante em navios de cruzeiros e capital social (rede de sociabilidade) obtido durante as pesquisas de iniciação científica³ e dissertação de mestrado, obteve-se acesso a tripulantes, hóspedes e supervisores em navios de cruzeiros de massa e de luxo, no Brasil e no exterior. Esses fatores permitem

³ Iniciação Científica, PIBIC/UNICAMP, intitulada “As relações de trabalho de tripulantes brasileiros atuando na costa nacional em companhias marítimas internacionais”, 2017.

relativa facilidade para a realização de observação participante nesses espaços sociais específicos e hiperrestritos.

Grande parte dessa pesquisa em navios de cruzeiros de luxo se concentra em duas principais diferenças entre o trabalho interativo de serviço e o trabalho tradicional de fábrica. Primeiro, o produto do trabalho em serviços consiste, pelo menos em parte, de interações intangíveis entre trabalhadores e clientes (no caso, de tripulantes e hóspedes). Em vez de motores ou eletrônicos, o tratamento do cliente pelo trabalhador é uma parte essencial do que está sendo comprado e vendido.

A segunda diferença, embora relacionada, está no papel central que os consumidores desempenham nos processos de trabalho em serviços. Na produção fabril, as mercadorias são vendidas em um mercado distante da fábrica, que pode ser em São Paulo ou em Bangladesh, para que os clientes que comprem esses produtos nunca vejam os trabalhadores que os produzem. O mesmo não acontece com os clientes de serviços, que não apenas estão fisicamente presentes quando o produto interativo é criado, mas também participam de sua produção. Um relacionamento duplo entre supervisores e trabalhadores torna-se tripartido entre trabalhadores, supervisores e clientes (BENSON, 1986; LEIDNER, 1993). O trabalho interativo também significa que a produção e o consumo ocorrem simultaneamente, ligados no tempo, assim como são reunidos no espaço.

As interações individuais entre tripulantes, supervisores e hóspedes normalizam as desigualdades existentes do consumo-produção dos serviços. A ideia de *normalização* se refere à natureza tida como certa da desigualdade interativa e estrutural. As interações

individuais podem assumir a primazia sobre as relações de classe de várias maneiras nos navios de cruzeiros de luxo.

Por isso, o serviço de luxo, em particular os navios de cruzeiros de luxo, é oferecido em espaços sociais relevantes para explorar mais profundamente as conexões entre trabalho, classe e individualidade.

Ao mesmo tempo, a importância do serviço é uma fonte de autonomia dos tripulantes em relação aos supervisores, porque o sucesso da experiência intangível do hóspede repousa em grande parte nos ombros dos tripulantes.

A discricção que os tripulantes interativos⁴ devem exercer os tornam difíceis de controlar, monitorar e padronizar (BENSON, 1986; LEIDNER, 1993). Assim, alguns tripulantes podem ter mais poder e individualidade própria nesses espaços.

OBJETIVOS

O objetivo central da pesquisa é verificar quais são os capitais que os tripulantes e os hóspedes mais mobilizam na interação como forma de reproduzir e contestar posições sociais dentro dos navios de cruzeiros de luxo.

E, para isso, será preciso analisar como supervisores, hóspedes e tripulantes interagem entre si e uns com os outros à medida em que produzem e consomem serviços de luxo nesses navios.

⁴ Os tripulantes interativos em relação aos tripulantes não interativos, ou seja, “‘serviço interativo’ pode parecer redundante; no entanto, alguns serviços, como o que as camareiras oferecem, não envolvem contato significativo com os clientes” (SHERMAN, 2007, p. 296, tradução nossa), o que permite explorar as características específicas de grupos de status ocupacional que envolvam – ou não – relações e interações visíveis e diretas (face a face) com os hóspedes.

Será analisado como os tripulantes invocam várias classificações simbólicas em relação a seus colegas de trabalho, hóspedes que servem e suas comunidades fora dos navios de cruzeiros, e verificado se os tripulantes se situam favoravelmente em relação a esses outros interlocutores, usando estratégias de comparação e julgamento, que se baseariam em quaisquer vantagens que possam obter de suas próprias situações de trabalho.

Por fim, serão observadas as perspectivas dos hóspedes sobre seu próprio consumo e discutido se o seu privilégio de classe é legitimado no navio. Os hóspedes usam uma variedade de estratégias práticas e interpretativas, semelhantes às dos tripulantes, para amenizar conflitos sobre seu consumo e direito a serviços de luxo? Essas estratégias são suportadas por características particulares da configuração dos navios?

MATERIAL E MÉTODO

A investigação, pesquisa e coleta de dados será realizada de maneira quantitativa e qualitativamente, por amostra, recorrendo a 1. análise de conteúdo em site de recrutamento de tripulantes; 2. condução de entrevistas semiestruturadas gravadas com supervisores, hóspedes e tripulantes; 3. observação participante incógnita como tripulante; e, por se tratar de uma pesquisa teórico-empírica, 4. mobilização de uma bibliografia sociológica relacionada a este estudo.

REFERÊNCIAS

- BENSON, S. P. **Counter Cultures**: Saleswomen, Managers, and Customers in American Department Stores 1890-1940. Urbana: University of Illinois Press, 1986.
- BOURDIEU, P. **A Distinção**: Crítica social, do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- ESTRATEGIA Y NEGOCIOS. **Pirâmide**. Disponível em: <https://www.estrategiaynegocios.net/>. Acesso em: 02 set. 2021.
- GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Anchor Books, 1959.
- HOCHSCHILD, A. **The Managed Heart**: Commercialization of Human Feeling. Berkeley: University of California Press, 1983.
- INFINITY BRASIL. **Vagas em cruzeiros**. s.a. Disponível em: <https://infinitybrazil.com.br/site/vagascruzeiro.php>. Acesso em 28 fev. 2022.
- LEIDNER, R. **Fast Food**, Fast Talk: Service Work and the Routinization of Everyday Life. Berkeley: University of California Press, 1993.
- NETTO, M. N.; MIRALDI, J. **Turismo de luxo**: a produção do destino e a denegação social. Revista Pós Ciências Sociais, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 191-218, jul/dez. 2017.
- SHERMAN, R. **Class acts**: service and inequality in luxury hotel. Los Angeles: University of California Press, 2007.

“QUE ‘PERIFÉRICO’ É ESSE NA CULTURA PERIFÉRICA?”: NOTAS DE PESQUISA SOBRE USOS E SENTIDOS DO TERMO

Mateus da Silva Lisboa¹

Esta comunicação pretende expor parte dos problemas sociológicos surgidos no processo de pesquisa de minha dissertação de mestrado, denominada *Chora Agora, Ri Depois: Engajamento e ascensão social na obra do Racionais MC's (2002-2018)*, ainda em andamento, relativos à ideia de *cultura periférica*. Pretendo debater suas possibilidades analíticas tanto no sentido êmico² atribuído a um conjunto de práticas culturais e elementos de identidade por uma parcela da população brasileira, das classes artísticas e políticas e dos movimentos sociais, como também refletir sobre sua viabilidade enquanto (possível) categoria sociológica.

A dissertação citada tem por objetivo compreender de que modo noções de *engajamento*, historicamente presentes no mundo do *Hip Hop* e do *rap* brasileiro, modificaram-se frente às transformações sociais pelas quais o país passou no período recortado. Para efeito explicativo, podemos dividi-las em, ao menos, 2 escalas: em nível *macro*, quando nos referimos às transformações sócio-econômicas

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH-Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva. O trabalho de dissertação que deu origem a esta comunicação conta com financiamento CAPES/CNPq. E-mail: m174323@dac.unicamp.br.

² Me inspiro, aqui, na proposta de Márcio Macedo (2016) que utilizou *cultura* enquanto categoria êmica de modo a permitir que seu significado fosse aquele atribuído pelos atores sociais que estava observando, no caso, agentes envolvidos com as práticas do Hip Hop no Brasil.

do país, atentando-nos à forma como isso afeta a população mais pobre e racializada, consequentemente abarcando o mundo das periferias brasileiras; e em nível *micro*, ao dirigirmos nossa atenção ao universo específico do *rap nacional*, vertente musical do movimento *Hip Hop* que, no Brasil, acabou por denominar todo o movimento construído em torno de sua prática e circulação. Executo essa empreitada através da análise da obra e do pensamento do grupo Racionais MC's (conjunto musical formado em 1988 na cidade de São Paulo integrado por quatro jovens negros vindos de diferentes áreas periféricas da metrópole paulista), que dedica grande parte de seu trabalho à denúncia, à observação analítica e à elaboração sentimental e intelectual de temas que dizem respeito a experiência social dos moradores das periferias brasileiras, em especial dos homens negros (muito embora não se limite a ela). O desenrolar do trabalho de pesquisa me colocou frente ao problema do qual almejo tratar nesse texto por diversas vezes.

A variedade de usos e significados da ideia de *cultura periférica* (e, no limite, da própria ideia de *periférico/a*), bem como de expressões correlatas, compuseram uma questão que, muito embora não seja o foco específico da supracitada pesquisa, muito me informa a respeito de meus temas e interesses. Para executar minhas pretensões, buscarei construir um caminho argumentativo, neste breve texto, que percorra os seguintes pontos: I) A ideia de *periferia*; II) As noções de *periférico*; e, por fim, III) minhas primeiras hipóteses a respeito da emergência desse problema. Preciso dizer, entretanto, que esta é uma abordagem resumida e inicial, limitada ao formato do texto. Descrevo a seguir os pontos citados com o intuito exclusivo de situar colegas e debatedores o mais próximo possível

da posição referencial da qual estou partindo para tecer minhas reflexões.

Antes de mais nada, cabe dizer que parto da ideia de *periferia* pensada por Lourdes Carril (2006). Acredito que a autora avança em relação a ideia de *território* como “mero substrato fixo, ou uma parte qualquer da superfície terrestre em que o Estado-Nação exerce seu poder e estabelece seus limites” (CARRIL, 2006, p. 28) concebendo uma noção expandida do conceito - inspirada por autores como Claude Raffestin e Robert Sack. Carril compreende o *território*

(...) também sob um prisma subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas representações e relações [ainda que este território esteja] em contradição com as formas territoriais ditadas pelo poder do capital e pela racionalidade do Estado. (CARRIL, 2006, p. 28)

Penso que outro mérito de sua argumentação seja a imbricação entre raça e classe presente em sua hipótese. Segundo a geógrafa:

(...) no processo da formação social e econômica brasileira, o fator etnorracial reaparece continuamente como reposição de fatores coloniais para alimentar a acumulação do capital [de modo que não se pode falar] da acumulação como momento único do modo de produzir capitalista, mas de uma necessidade contínua do sistema. (CARRIL, 2006, p. 22).

Temos portanto uma forma de pensar a periferia que leva em consideração a experiência social daqueles que a ela se vinculam de algum modo mas também que compreende que, no processo

histórico brasileiro “moderno” – lembremos, capitalista e dependente – a disposição da ordem urbanística (e de seus conflitos) correlaciona-se diretamente com as múltiplas configurações da dominação.

A compreensão da *periferia* como referencial a partir do qual constroem-se representações e elaboram-se identidades nos permite, penso eu, entender o termo *periférico* como um adjetivo que qualifica não só “o que é/vem” daquela região da cidade como também diferentes tipos de filiações e intenções; e com isso, chegamos ao segundo ponto. Para organizar minha exposição indico aqui ao menos três tipos de sentidos do termo que pude observar nessa primeira aproximação, sendo todos intrinsecamente correlacionados e frequentemente mutuamente atuantes. São eles: a) um tipo de subjetividade do morador de periferia; b) um qualificador de produtos culturais no mercado de bens simbólicos; e c) um denominador político.

Para pensarmos seu sentido enquanto uma dada subjetividade de creio que muito nos auxilia a proposição de Tiaraju D’Andrea (2013), que conceitua o termo *sujeito periférico* para denominar “o morador da periferia que passa a atuar politicamente a partir de sua condição e orgulhoso³ dela” (p. 15). D’Andrea defende que, a partir dos anos 1990, o termo *periferia* passa por uma espécie de “ressemantização”, na qual deixa de significar exclusivamente “local de pobreza, privação e sofrimento passível de comiseração (...)” tornando-se um “marcador da presença ativa de populações

³ Esse orgulho, em seu trabalho, aparece menos como um sentimento romântico de aceitação passiva da condição subalterna e mais como uma subjetividade forjada em contraposição aos estereótipos e preconceitos direcionados à periferia (e tudo que a ela se vincula).

vistas não sob o signo da fragilidade, mas da potencialidade” (2013, p. 10)⁴. Podemos encontrar exemplos abundantes desse aspecto no campo artístico, como ocorre no *rap* e no *funk* (inclusive na obra do Racionais MC’s⁵); nas narrativas religiosas, em especial do neopen-tecostalismo que teve sua presença exponencialmente aumentada no decorrer dos anos 1990 e início dos anos 2000; e na sociabilidade do crime organizado (não nos esqueçamos que essa conjuntura gesta o PCC). D’Andrea adverte, porém, para a ambivalência dessa “potência”, uma vez que a mesma é também apropriada pelo mercado “passando a ser alvo e operador de uma celebração mercadológica dos pobres” (2013, p. 10), e continua:

(...) é nesse registro que se pode entender a disputa, nos últimos anos, do chamado mercado de consumo popular, construindo as figuras mercadológicas da assim chamada “Classe C”, junto com a celebração festiva da dita “nova classe média”, emergente e consumidora. (D’ANDREA, 2013, p. 10)

A maneira pela qual o mercado de bens simbólicos engolfa o termo, é, a meu ver, outra face do problema (bem como um de seus sentidos, como já disse), mas entendo que seja prematuro dizer que esse dado anula toda e qualquer possibilidade política da chamada “produção cultural periférica”. Ao mesmo tempo, mostra-se

⁴ Existem muitas especificidades em termos correlatos de diferentes contextos (“quebrada”, “favela”, “morro”, “área livre”, “comunidade”, etc.); cito um deles, inclusive defendido por D’Andrea, como mais um disparador de reflexões. Segundo o autor: “esse mesmo deslocamento [de significado] ocorreu com o termo *favela*” no caso do Rio de Janeiro (2006, p. 10).

⁵ Um bom exemplo se encontra na faixa *Fórmula Mágica da Paz*, do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, de 1997.

uma questão das mais complexas (e tradicionais, na Sociologia da Cultura) pensar as possibilidades e limites políticos de qualquer coisa que abasteça também a indústria cultural. Limito-me a indicar que a já conhecida face dessa indústria interessada em temas e estilos “engajados”, “políticos” e “de protesto” (e que não é nova) encontra no *periférico* um nicho de consumidores e mercadorias que certamente deve ser estudado. De toda forma, podemos ver esse tipo de sentido em eventos como a *Expo Favela*⁶ e a *Perifacon*⁷, ou ainda em projetos como o *Gastronomia Periférica*⁸, por exemplo, transitando por caminhos que percorrem desde o chamado empreendedorismo social ao afroempreendedorismo, e dialogando com pautas que vão da democratização do acesso a práticas, serviços e bens à predileção de *periféricos* nas redes de contatos, vagas de emprego e parcerias de negócios. Por fim, há ainda uma apropriação “política” do termo⁹ que caminha ora pela política institucional (legitimando organizações sociais que se fazem presentes no campo das políticas públicas;

⁶ O evento, salvo engano iniciado em 2016, se autodenomina “uma feira de negócios cujos expositores são empreendedores e *startups* da favela” (O QUE É..., 2022) e indica em seu endereço eletrônico o fato de “[mostrar o] crescimento de marcas periféricas na moda” e “apresentar as produções de empreendedores periféricos para investidores”, por exemplo (REIS, 2022).

⁷ A “primeira convenção *nerd* das favelas”, que teve sua primeira edição em 2019, busca “falar de quadrinhos, desenhos, filmes e cultura *nerd*, geek e pop nas quebradas de São Paulo” (PERIFACON, 2022). É válido dizer que, após sua primeira edição, muitas empresas firmaram parcerias com os organizadores, construindo uma rede de contatos especializada que angariou iniciativas de diversas frentes acerca do tema.

⁸ Uma “escola periférica de gastronomia social” (GASTRONOMIA PERIFÉRICA, [s.d.]) cujo objetivo é “[f]ormar cozinheres periféricas [sic] que equilibrem conceitos técnicos e interpessoais, sendo multiplicadores do combate ao desperdício no mundo do trabalho e agentes de sua própria transformação” (MISSÃO, 2022).

⁹ Me refiro a uma concepção mais ampla e genérica da palavra, não restrita ao campo estatal e à atuação da/na política profissional.

caracterizando candidaturas a postos públicos e “autenticando” suas propostas; etc.), ora pela política não-institucional (especificando a origem e/ou às filiações “ideológicas” de movimentos sociais, projetos e organizações; etc.). Casos como o do *LabJaca*¹⁰, do *Periferia em Movimento*¹¹ e do *Uniperiferias*¹² são elucidativos nesse quesito, levantando até mesmo a pauta da produção de dados autogestionada e do autorrecenseamento¹³ para informar a projeção de políticas públicas que afetam diretamente a vida nas periferias.

Para encerrar, aponto para algumas hipóteses e interpretações iniciais. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a transição entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 foi particularmente impactante no universo das periferias brasileiras no que se

¹⁰ Formado durante a pandemia de Covid-19, é um laboratório de dados localizado na Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, autogestionado por jovens negros que objetivam a “divulgação científica dos dados e a potencialização das narrativas faveladas e periféricas, tornando a pesquisa acessível para a população (...) [além de] desmarginalizar a narrativa do morador de favela, valorizando o conhecimento que provém das comunidades para que sejam pautadas políticas públicas que visem fomentar esses territórios, gerando impacto social.” (SOBRE..., [2021?]).

¹¹ Autodenominada “Produtora independente de Jornalismo de Quebrada” e fundada em 2009, atua na Zona Sul da cidade de São Paulo buscando “descentralizar as narrativas e promover a garantia de direitos a partir do protagonismo periférico” (ASSOCIAÇÃO..., [s. d.]).

¹² Projeto ainda em desenvolvimento, segundo sua página oficial, muito embora em suas redes sociais podemos observar uma ampla gama de atividades a ele vinculados (palestras, encontros, lançamento de livros, cursos, etc.), que pretende se tornar uma “articulação de diversas organizações periféricas de todo o mundo, unidas em um movimento de produção de conceitos, conteúdos, metodologias e propostas”. (UNIPERIFERIAS, [s. d.])

¹³ Devo créditos à socióloga Thaís Gonçalves Cruz (IESP-UERJ) por apresentar o tema ao analisar o caso do LabJaca em sua pesquisa *Pode o favelado produzir dados científicos?* exposta no ST *Sobre Periferias: novos conflitos no espaço público* que pude acompanhar na 46ª edição da ANPOCS ocorrida no dia 18/10/2022 na UNICAMP.

refere a sua relação com o consumo, com o trabalho, com a arte e, consequentemente, com a imaginação política e os projetos de vida das camadas populares. Trabalhos como os de Daniela Vieira dos Santos (2018), Tiaraju D’Andrea (2013), Guilherme Botelho (2018), Roberto Camargos de Oliveira (2015) e Ricardo Teperman (2015), nos mostram, a partir da análise do Hip Hop sob diferentes ângulos, a forma como os governos Lula e o *lulismo* (SINGER, 2012) construíram um contexto de favorecimento ao acesso, produção e circulação da produção cultural de origem periférica. Estão falando, no fim das contas, de novos lugares sociais da *periferia* e do *periférico*; lugares estes repletos de possibilidades, limites, negociações e, sobretudo, contradições - que Stuart Hall poderia dizer serem inevitáveis no mundo capitalista (HALL, 2013). Em segundo lugar, não se pode deixar de considerar essas transformações (bem como todos aqueles usos e sentidos do termo *periférico*) como transformações que relacionam-se também com o mundo do trabalho e com suas modificações frente ao estágio do capitalismo em que nos encontramos, de modo que devemos ter em mente que numa conjuntura de esfacelamento do suporte assistencialista do Estado, de ataque a direitos trabalhistas, de aumento de desemprego, de desvalorização da renda e de crescimento da informalidade (isso tudo após uma década de intenso impacto na melhoria da qualidade de vida da população mais pobre em diversas esferas), os sentidos e usos do termo podem, e frequentemente o fazem, se associar firmemente ao véu ideológico do discurso do “gerenciamento de si como empresa”, da meritocracia e de outras tantas formas de justificativa da exploração e acobertamento da precarização.

“Que ‘periférico’ é esse na cultura periférica?”:...

Entre teorias que discutem a possibilidade da categoria *periférico* ter (um novo) potencial político de aglutinação da população em tempos de uma suposta crises de identidade do mundo do trabalho (e talvez de outros marcadores sociais de diferença...) e ideias que pensam a mesma como mero exemplo da capacidade de adaptação do capitalismo (bem como cooptação e absorção negociada de pautas pelo sistema), o assunto se dissemina e a necessidade de se olhar criticamente para este problema sociológico, a meu ver, faz-se extremamente necessária. Espero, com esse pequeno texto e com minha comunicação, poder contribuir, de alguma forma, para pensá-lo coletivamente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO Periferia em Movimento. Site **Periferia em Movimento**. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- BOTELHO, Guilherme Machado. **Quanto vale o show? O fino Rap de Athalyba-Man e a inserção social do Periférico através do mercado de música popular**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia: A longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.
- D’ANDREA, Tiaraju. **A formação dos sujeitos periféricos: Cultura e Política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

- GASTRONOMIAPERIFERICA. **Texto da Bio**, [s. d.]. Instagram: @gastronomiaperiferica. Disponível em: <https://www.instagram.com/gastronomiaperiferica/>. Acesso em: 24 out. 2022.
- HALL, Stuart. “Que ‘negro’ é esse na cultura negra”. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- MACEDO, Márcio. “Hip-Hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1988-2013). In: KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR., H (orgs.). **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais**. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016. p. 23-53.
- MISSÃO. Site **Gastronomia Periférica**, [s. d.]. Disponível em: <https://gastronomiaperiferica.com.br/>. Acesso em: 24 out. 2022.
- O QUE É a Expofavela? Site **Expofavela**, [s. d.]. Disponível em: <https://expofavela.com.br/index.php/quem-somos/>. Acesso em: 27 out. 2022.
- OLIVEIRA, Roberto Camargos de. **Rap e política: percepções da vida social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- REIS, Marcelo. **Expo Favela mostra crescimento de marcas periféricas na moda**. Expofavela, 20/04/2022. Disponível em: <https://expofavela.com.br/index.php/expo-favela-mostra-crescimento-de-marcas-perifericas-na-moda/>. Acesso em: 26 out. 2022.
- SANTOS, Daniela Vieira dos. **Quando os manos Quando os manos modificam a cena: rap e Indústria Cultural**. Trabalho apresentado no 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2018.
- SOBRE o Lab. Site **Labjaca**, [2021?]. Disponível em: <https://www.labjaca.com/sobre>. Acesso em: 27 out. 2022.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

“Que ‘periférico’ é esse na cultura periférica?”:...

TEPERMAN, Ricardo. **Se liga no som: as transformações do rap no Brasil**. São Paulo: Enigma, 2015.

UNIPERIFERIAS. Site **Uniperiferias**, [s. d.]. Disponível em: <http://www.uniperiferias.org/home>. Acesso em: 27 fev. 2022.

O RISO PELA DESCLASSIFICAÇÃO: SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DAS CLASSIFICAÇÕES SOCIAIS NAS COMÉDIAS CONTEMPORÂNEAS DA GLOBO FILMES

Mariana Martinelli de Barros Lima¹

As reflexões elaboradas nesta comunicação são oriundas de um recorte da pesquisa de doutorado em andamento, *Entre o riso e o afeto: as representações de classificação social no cinema brasileiro contemporâneo*². A hipótese que sustenta esse recorte tem como material três comédias comerciais brasileiras contemporâneas, nas quais buscamos, a partir da análise imagética, compreender como o eixo temático do deslocamento social leva a uma representação de classificações sociais que geram um riso pela desclassificação das personagens. Destarte, a partir da relação entre a ascensão social das personagens principais e a decadência relativa das personagens secundárias, o material da piada torna-se a desclassificação das primeiras devido ao deslocamento no novo estilo de vida, com o qual passam a se relacionar.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH-Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Michel Nicolau Netto. A pesquisa conta com financiamento CAPES. E-mail para contato: m124366@dac.unicamp.br.

² Na pesquisa de doutorado, analisamos além das comédias comerciais, dois longas-metragens do gênero filme de autor, *Que horas ela volta?* e *Aquarius*. Nos dois gêneros há diferentes formas de representar as classificações sociais das personagens e diferentes formas de abordar o tema dos deslocamentos sociais em suas narrativas imagéticas. Destarte, por meio dos possíveis diálogos e rupturas entre as comédias comerciais e os filmes de autor, temos uma maior amplitude de análise para compreender a construção das representações das classificações sociais no cinema brasileiro contemporâneo.

No início do primeiro decênio dos anos 2000, as comédias nacionais tomaram lugar de destaque na indústria cultural nacional. A partir de 2006, elas se consolidaram como gênero audiovisual com maior público, o que pode ser aferido por sua ampla recepção e por suas lucrativas bilheterias. Todavia, esse sucesso não se converteu em sucesso de crítica ou consagração e interesse acadêmico por elas. O fenômeno não foi diferente com as três comédias que são objeto de nossa análise: *Até que a sorte nos separe*, de 2012, *Tô ryca*, de 2016, e *Um suburbano sortudo*, de 2016. Para nos aproximarmos delas, as apresentarei por meio de suas sinopses oficiais, a trama de *Até que sorte nos separe*³, foi descrita como:

O filme conta a história de Tino, *um pai de família que tem sua rotina transformada ao ganhar na loteria*. Em dez anos, *o fanfarrão gasta todo o dinheiro com uma vida de ostentação*. Ao descobrir que está falido, Tino, é obrigado *a aceitar a ajuda de Amauri*, seu vizinho, um consultor financeiro nada divertido e *extremamente econômico*. Quando Jane engravida do terceiro filho, Tino faz de tudo para esconder da esposa que estão na lona – a recomendação médica é que a grávida evite fortes emoções. Nessa missão, ele vai contar com ajuda de Adelson, seu melhor amigo, e dos filhos, em *uma comédia de erros* com situações hilárias⁴. (grifo nosso)

³ A comédia foi lançada em 2012, com direção de Roberto Santucci e roteiro de Paulo Cursino e Angelica Lopes. No elenco, encenando os papéis principais estão, os atores, Leandro Hassum, Danielle Winits e Kiko Mascarenhas. Com um público de 3.435.824 espectadores e um rendimento de 34.802.906 reais, o longa-metragem está posicionado no décimo oitavo lugar das comédias no Ranking de 2000-2020. O sucesso de bilheteria garantiu a produção o formato de franquia que se estendeu até o filme *Até que a sorte nos separe 3*. No entanto, esse sucesso não se espelha na classificação atribuída a ela pela crítica, segundo o site *Adorocinema*, o filme recebeu a nota 1,8 de 5.

⁴ Sinopse disponível em: <https://globofilmes.globo.com/filme/atequeasortenossepare/>. Acesso em: 30/05/2023

A sinopse oficial descreve *Tô ryca*⁵ como:

Selminha (Samantha Schmütz) é uma *frentista* que tem a chance de deixar seus dias de pobreza para trás *ao descobrir uma herança de família*. Mas para conseguir colocar a mão nessa grana, ela terá que cumprir o desafio lançado por seu tio: precisa gastar R\$ 30 milhões em 30 dias, *sem acumular nada* e nem contar para ninguém. Mas, nessa louca maratona, ela vai acabar descobrindo que *tem coisas que o dinheiro não compra*. (grifo nosso)

Por fim, a sinopse oficial de *Um suburbano sortudo*⁶ nos diz:

Denílson, um *camelô do subúrbio*, descobre de forma repentina que sua mãe teve um *caso de amor* com um grande empresário que, à beira da morte, deixou uma fortuna para ele, seu único filho biológico. *Entre trancos e barrancos, o atrapalhado suburbano tenta se adaptar à sua nova vida de luxo e regalias*. O problema é que além da herança, Denílson herdou uma “*nova família*” – gente rancorosa e oportunista que esperava receber uma bolada do falecido, mas que

⁵ A comédia foi lançada em 2016, com direção de Pedro Antônio e roteiro de Fil Braz. Diferente dos outros dois filmes, este tem sua versão original produzida por Mayra Lucas e Paulo Boccato, sendo que apenas o segundo filme da franquia foi produzido pela Globo Filmes. Com 1,2 milhões de espectadores, o longa teve orçamento de 4 milhões e foi esse sucesso numérico que garantiu a produção da franquia, com *Tô ryca 2*, pela Globo Filmes. Mas, novamente, isto não se refletiu em consagração pela crítica, com nota 2,2 de 5.

⁶ Lançada em 2016, com direção de Roberto Santucci e Marcelo Antunez e roteiro de L. G. Bayão e Paulo Cursino. No elenco, estão os atores Rodrigo Sant’anna, Carol Castro, Victor Leal e Claudia Alencar. Este é o único que não foi transformado em franquia, embora sua bilheteria seja a menos expressiva, ele somou 1.079.299 espectadores. Sua classificação pela crítica é a segunda menor, com nota 1,9 de 5.

acabou ficando sem nada a não ser suas dívidas. Agora eles farão de tudo para reverter a situação e fazer com que ele desista da herança⁷. (grifo nosso)

Entre esses filmes são evidentes os diálogos decorrentes do recorte temporal e de gênero, outra semelhança se refere a duas dimensões da produção das comédias, o que em larga medida, transcende as comédias por nós selecionadas, funcionando como intersecção entre a grande maioria das comédias comerciais do período. Isto posto, a primeira se refere à repetição dos profissionais envolvidos na construção dos filmes, na medida em que os mesmos atores, diretores, roteiristas, figurinistas e produtores trabalharam em várias das comédias. Quanto ao que se refere a produção, no sentido estrito, as comédias foram produzidas ou coproduzidas pela Globo Filmes, seja desde o primeiro ou a partir do segundo filme da franquia. A empresa, fundada em 1998, participou como produtora e coprodutora de mais de 400 filmes nacionais, sendo o braço cinematográfico do Grupo Globo. O poder econômico e simbólico no Brasil e na América Latina, herdado do Grupo, conseguiu de saída emplacar muitos *blockbusters* e sucessos de bilheteria, uma vez que esse poder quando transfigurado nos meios materiais e simbólicos de produção dos filmes e distribuição reverbera em uma capacidade exorbitante de alcance e difusão de suas narrativas imagéticas. Ainda que sua produção não se restrinja apenas a produção de filmes comerciais⁸, quando analisamos as comédias comerciais a produção

⁷ Sinopse disponível em: <https://globofilmes.globo.com/filme/um-suburbano-sortudo/>. Acesso em: 30/05/2023

⁸ Os filmes, do gênero cinema de autor, e as premiações citados nesse trecho selecionado no item de apresentação da Globo Filmes em seu site explicitam bem a colocação: “Fazem parte de sua filmografia recordistas de bilheteria, como ‘Tropa

da empresa culmina em um efeito de ampla divulgação e também de embaralhamento entre o formato cinema e televisão. Neste ponto, as duas dimensões da produção, a dos profissionais do audiovisual e a da Globo Filmes como produtora acabam por se imiscuir, uma vez que os profissionais que trabalham nas produções das comédias para o cinema também realizam a produção de comédias para o canal de televisão da Globo. Os atores principais das comédias que são material de nossa análise, Samantha Schmütz, Leandro Hassum e Rodrigo Sant’Anna ilustram imagéticamente este ponto, mas de modo menos visível os diretores e roteiristas das comédias também exemplificam a questão.

Além disso, a participação expressiva da Globo Filmes como produtora ou co-produtora dos filmes lançados está relacionada à mudança interna significativa na indústria cultural brasileira contemporânea. Uma vez que o primeiro decênio dos anos 2000 marca a retomada das condições de possibilidade de grandes produções cinematográficas, com sucesso de bilheteria e ampla recepção. Esta mudança no campo cinematográfico sucede e está subordinada à “retomada” do cinema Brasileiro (1995-2002) e consolidou as mudanças da relação entre o campo com o Estado – uma mudança do modelo de produção cinematográfica. Tal mudança tem como marco o fim da Embrafilme e criação da Ancine (Agência Nacional de Cinema) - órgão oficial que implantou a política pública elaborada

de Elite 2’ e ‘Minha Mãe é uma Peça 3’ – ambos com mais de 11 milhões de espectadores –, sucessos de crítica e público como ‘2 Filhos de Francisco’, ‘Aquarius’, ‘Que Horas Ela Volta?’, ‘O Palhaço’ e ‘Carandiru’, e longas premiados no Brasil e no exterior, como ‘Cidade de Deus’ – com quatro indicações ao Oscar – e ‘Bacurau’, que recebeu o prêmio do Jûri no Festival de Cannes.” Disponível em: <https://globofilmes.globo.com/quem-somos/>. Acesso em 30/05/2023.

durante a década de 1990 até o início do primeiro decênio dos anos 2000 (MARSON, 2006).

Contudo, há uma aproximação passível de diálogo entre as comédias que nos interessa particularmente, a temática. Atravessa a todas as narrativas, agindo, em larga medida, como as suas premissas dramáticas o tema do deslocamento social. Podemos considerar esses deslocamentos como processos de mobilidade social, ascendente e descendente, deslocamentos espaciais e deslocamentos culturais, que afetam as personagens principais no sentido da ascensão social e adequação a um novo estilo de vida (BOURDIEU, 2011), o das classes médias e da elite. O que no sentido das personagens secundárias age como uma desclassificação relativa, devido a ascensão das primeiras. Como sustenta Schvartzman (2016; 2020) o cinema brasileiro contemporâneo (2000-2016) de grande bilheteria incorpora as tramas dos longas-metragens as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira, daquele momento, por isso um número bastante expressivo de comédias produzidas incorporam o tema. O que significa dizer que a indústria cultural construiu representações dos processos sociais ocorridos durante os governos petistas⁹, de modo que nas narrativas imagéticas houve a absorção das tensões, provocadas por deslocamentos de classe e decorrente modificação das relações entre as classes (CAVALCANTE, 2015) devido a elevação da renda, aumento do poder de consumo, aumento de direitos dos trabalhadores e mudanças no acesso ao sistema de ensino superior pelas classes populares (POCHMANN, 2012).

Diante de positivas mudanças interna e externamente ao cinema, muitas são as leituras positivas sobre o conteúdo imagético

⁹ Governo Lula (2003-2011) e Governo Dilma (2011-2016).

representados na tela, com o aumento de representação de narrativas centradas nas classes C e D. Não é imprudente dizer que o aumento do poder de consumo das camadas populares, naquele momento, gerou uma, por muitas vezes, inaugural frequência aos cinemas e uma demanda por filmes com narrativas que dialogassem mais abertamente com suas experiências. Todavia, como estamos analisando comédias, a questão primordial é o riso, o motivo do riso e a partir de um olhar atento parece possível defender a hipótese de que que o risível nessas comédias comerciais, cujo tema é o deslocamento social, nada mais é do que a desclassificação das práticas e estilo de vida das camadas populares em ascensão, *logo*, os deslocamentos e desarranjos frente a posições e práticas inaugurais. A proposição não visa desconsiderar os ganhos dos processos sociais, nem supor algum nível de incapacidade de interpretação do insulto pelas camadas populares ou ainda uma agência da indústria cultural no sentido de simplesmente “juntar insulto ao sofrimento” – utilizando a incisiva expressão de Stuart Mill.

Isto posto, apresentaremos algumas análises imagéticas e dos roteiros que sustentam essa hipótese. Ainda que as narrativas das três comédias possuam diferenças estéticas e discursivas, todos os roteiros optam pelo mesmo motivo de ascensão das personagens das classes C e D, a sorte. Entre prêmios milionários da loteria e imensas heranças desconhecidas, podemos considerar emblemático que não seja o trabalho ou mérito o motivo da ascensão social¹⁰. Assim, a ascensão por sorte age como o deflagrador de um necessário abrupto

¹⁰ A brevidade do formato não torna possível a discussão pormenorizada da relação entre discurso meritocrático e os conflitos entre classes, nesse contexto. Mas é salutar ressaltar que ter sido acaso e não o trabalho o motivo da ascensão é, de fato, a leitura mais ficcional possível do processo social.

novo posicionamento, levando personagens com trajetórias sociais típicas das camadas populares a viverem situações de desajustes em relação ao estilo de vida do novo posicionamento, as posições das classes médias e elite. Entre deslocamentos em relação à linguagem, ao estilo, aos modos à mesa, aos gostos, *logo*, ao estilo de vida, as camadas populares são representadas em suas ausências oriundas de socializações que não incorporam conhecimentos que passam a ser necessários. Desse modo, o material risível está em roupas consideradas escandalosas, em gostos considerados equivocados, em tons de voz e vocabulários considerados inadequados, em modos à mesa considerados pouco educados, a um consumo errático, enfim, formas de viver que demonstram a inadequação às classes médias e elites, a despeito de montantes obscenamente grandes de dinheiro.

Em maior diálogo com as imagens, retomando a sinopse oficial, temos em *Até que a sorte nos separe*, Tino e Tete como personagens incapazes de administrar o patrimônio e a decorrente iminência de falência como o conflito central do roteiro. O que é creditado a sua personalidade “fanfarrona” que o fez “gastar todo o dinheiro com uma vida de ostentação”. Nesta comédia, mais que nas outras, se desenvolve uma relação exemplar de ascensão das personagens principais e decadência relativa das personagens secundárias, a medida em que a comparação opera entre os estilos de vida de Tino e Amauri. O vizinho, evidentemente, das classes médias possui um gosto sóbrio, comedido, “extremamente econômico”, tendo o papel de ajudar Tino a apreender a acumular dinheiro e não ostentar. A linguagem, as roupas, a decoração da casa, o modo de se relacionar, a origem social e, sobretudo, o modo de lidar com o trabalho e o dinheiro separam diametralmente Amauri de Tino. A referência

shakespeariana da comédia de erros, na sinopse, se restringe a uma sequência de inadequações, erros, de Tino ao novo posicionamento.

Na comédia *Tô ryca* a frentista Selminha precisa gastar 30 milhões para poder ter acesso a sua herança, ela descobre, no entanto, que “há coisas que o dinheiro não compra”, o que na construção da imagem se traduz em situações risíveis que demonstram que ela não conseguirá comprar o gosto e o estilo de vida da elite social em que se inseriu. A ideia de que há coisas que o dinheiro não pode comprar está inscrita neste roteiro, mas de modo semelhante permeia os dois outros. Uma leitura sociológica possível para esta interpretação concerne às diferenças entre o capital econômico e o capital cultural, já que se o primeiro pode ser adquirido no presente, o acúmulo do segundo é decorrente de um longo processo pretérito de incorporação que ocorre intensamente ao longo da socialização primária e escolar.

Em *Um suburbano sortudo*, o camelô Denilson descobre que sua mãe teve “um caso de amor” (SIC)¹¹ e que, por isso, tem direito a uma herança milionária. Assim, “entre trancos e barrancos, o atropelado suburbano tenta se adaptar à sua nova vida de luxo e regalias”. Essa tentativa de adaptação se traduz na imagem de modo mais es-crachado do que nas outras comédias, o que também significa dizer que nesta comédia torna-se ainda mais evidente um riso que decorre pela desclassificação de Denilson. Dessa forma, nos nítidos traços de uma personagem que representa um carioca suburbano, as cenas de inadequação ocorrem, primordialmente, à mesa, em lojas de luxo, em reuniões familiares e profissionais cheias de decoro.

¹¹ A abertura do filme, no entanto, apresenta um assédio sexual que o patrão comete contra a empregada doméstica, mãe da personagem.

Essas duas comédias, pelas escolhas estéticas e temáticas dos roteiristas e diretores, culminam em uma imagem que encena uma diferença social geográfica, que tem como metonímia a diferença espacial entre o subúrbio e a zona sul do Rio de Janeiro. Talvez por isso, nas duas, ainda mais que em *Até que a sorte nos separe*, há uma maior ridicularização das personagens a partir dos seus gostos e linguagens. O efeito cômico da transfiguração da socialização nas camadas populares em linguagem e gosto pode também ser lido como uma reiteração ao caráter contingencial da ascensão social, gerando como efeito menos evidente uma responsabilização social pelo lugar que ocupavam. A herança, neste sentido, eclipsaria a ausência de dom ou mérito, constatação que beira o cômico, a medida em que no capitalismo a herança permanece sendo realmente a forma mais eficiente de garantir um posicional social nas camadas mais altas da estratificação social.

A partir disso, podemos sistematizar os motivos do riso que contornam e sustentam a piada como (i) o deslocamento das personagens que ao passarem a ocupar, por acaso, uma posição mais elevada na estratificação social, demonstram que suas socializações não os prepararam para compreender os novos espaços (ii) a reiteração da sorte como o motivo da ascensão social, por meio da explicitação de uma relação errática das personagens principais com o trabalho (iii) as diferenças entre a posse de capital cultural e a posse de capital econômico (iv) a comparação – e conflitos – entre as personagens que possuem sintonia entre posição social e seu *habitus* com as personagens principais que possuem essa relação deslocada. Essa comparação certamente permeia os três primeiros motivos, o

que significa dizer que está em tela, todo o tempo, uma comparação entre dois modos de viver e ver o mundo (BOURDIEU, 2010).

Destarte, a hipótese central que sustentamos nesta análise é que o motivo do riso nas comédias pode ser lido como a representação da desclassificação das personagens que se deslocaram do seu lugar de origem. Pois o cômico nas representações de deslocamentos sociais torna-se no mais das vezes as manifestações de um estilo de vida incorporado durante a socialização nas camadas populares. Isto se manifesta na comparação com o estilo de vida incorporado nas classes médias e elite nacional, então, o não saber falar, o não saber agir, o desconhecimento vão gerando erros e situações embaraçosas. O arco das personagens construído sob essa premissa gera como sintoma uma caracterização delas que incorre sob os estigmas sociais do feio, do vagabundo, do incapaz e do burro, o que no limite motiva o riso, seja por ridicularização do outro ou até mesmo como alívio catártico para as próprias novas tensões.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção – crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011 [1979].
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014 [1970].
- CAVALCANTE, Sávio. Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, v. 39, 2015.

- CAVALCANTE, Sávio Machado. Classe média, meritocracia e corrupção. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 46, p. 103-125, 2018.
- MARSON, Melina Izar. **O Cinema da Retomada : Estado e cinema no Brasil da dissolução da Embrafilme à criação da Ancine** – Campinas, SP: [s.n.], 2006.
- POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SCHVARZMAN, Sheila. Femmes: sexualité, travail et classes sociales dans les comédies contemporaines brésiliennes. Iberic@l, **Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**. Numéro 18 – Automne 2020.
- SCHVARZMAN, Sheila. O cinema contemporâneo brasileiro de grande público e a crise brasileira. **Revista o olho da história**, nº 23, novembro, 2016.
- SCHVARZMAN, Sheila. Un Brésil au coeur des films contemporains à grand succès (2002- 2019).
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

50 ANOS DE ALCIONE: O SENTIDO POLÍTICO DAS CANÇÕES ROMÂNTICAS

Ana Clara Naletto Xavier¹

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre os sentidos políticos da música romântica da Alcione ao longo dos cinquenta anos de carreira. Por sentido político, entende-se a forma como as representações de gênero se alteraram ao longo deste período e de que maneira as representações do ‘feminino’ nas canções românticas dialogam com o contexto político e social o qual estão inseridas.

De acordo com Reinhart Koselleck (1996), os significados não se mantêm iguais e imóveis, mas são alterados ao longo do tempo, sendo possível, então, ao estudar a história da recepção e dos conceitos, identificar como os usos de determinado conceito foram mantidos, alterados ou transformados. Neste sentido, cabe utilizar a argumentação de Quentin Skinner (1969) investigando, de um lado, as mudanças e continuidades dos significados e, de outro, as transformações estruturais da sociedade. As identidades representadas na obra de Alcione podem ser analisadas sob ambas teorias, já que são significados que apesar de seus contextos sociais e políticos de criação, também são recepcionados posteriormente por outros contextos, processo decorrente de transformações da sociedade.

Os significados propagados pela arte instigam mudanças de consciência naqueles que os recebem em um contexto contemporâneo e posterior. Ao mesmo tempo, as transformações sociais também

¹ Mestrado em Sociologia da Cultura - IFCH, Unicamp; Orientador: Marcelo Ridenti.
E-mail: anacnaletto@gmail.com

interferem na forma como os conceitos são ressignificados com o passar dos anos. É nessa relação dialética entre cultura e mudança social que a investigação deste projeto se pauta. Assim, trata-se aqui de olhar para a música popular brasileira não apenas como um gênero musical, mas como um produto cultural do século XX (NAPOLITANO, 2002). Produto, pois a música popular no Brasil para além de um “lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional” (NAPOLITANO, 2002, p. 7), atingiu um grau de reconhecimento cultural peculiar e único na cultura ocidental.

Assim, é possível analisar mais especificamente a obra de Alcione como um fator importante para mudanças culturais e políticas brasileiras. Werneck (2007) contribui para esta análise na medida em que se debruça sobre a trajetória e a obra de três grandes cantoras brasileiras: Leci Brandão, Jovelina Pérola Negra e Alcione, visando entender a participação dessas mulheres na cultura midiática brasileira. Sua tese traz inúmeras colaborações para esta pesquisa, e uma delas é a análise sobre as ações e os resultados dos trabalhos dessas artistas. Segundo Werneck, a identificação das transformações políticas e de representatividade nas obras das cantoras citadas acima provém do lugar que ocupam na cultura de massa, já que propõem perspectivas que “recusam e confrontam estereótipos correntes” (WERNECK, 2007, p. 279). Ainda, através desses lugares, explicitam a violência racista e patriarcal que atravessam suas experiências como mulheres negras “de forma a encenar seus desejos, suas críticas, as possibilidades e propostas de mudança do que são e significam” (Ibid., p. 280).

No caso de Alcione, é possível apontar alguns elementos de sua obra que confrontam estereótipos e propõem negociações para a superação desses limites patriarcais.

Outro aspecto que pode ser citado como uma superação dos lugares culturais que a mulher negra ocupa é o fato de que a maioria das canções de Alcione são escritas por homens. Por um lado, e de uma forma superficial, pode-se pensar que isso seria uma forma de se silenciar e de reproduzir as visões masculinas sobre os relacionamentos românticos. Porém, ao encomendar algumas dessas músicas e dar voz às mensagens escritas por elas, Alcione supera o estereótipo da mulher que se cala e ouve, e reforça o lugar da mulher que se apropria de um discurso para ter voz. É possível identificar aqui uma negociação em sua obra, na qual, para quebrar com a visão machista de que a mulher deve se calar, ela negocia com o outro, o gênero masculino, divulgando as letras e os compositores, mas se apropriando de suas falas para ressignificar o sofrimento romântico e feminino.

Audre Lorde, no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977, sintetiza a ideia de que se apropriar do discurso do outro é uma forma de superação de si mesmo, já que

de um modo ou outro compartilhamos um compromisso com a linguagem e com o seu poder, também com a recuperação dela que foi utilizada contra nós. (...) se trata de compartilhar e difundir aquelas palavras que significam tanto para nós. (A TRANSFORMAÇÃO, 2015, p. 3).

Isto é, proferir conceitos que não foram originalmente pensados pelo próprio grupo social é um ato de mudar tais significados,

já que ao mudarem de grupo social, as ideias não mantêm seu sentido original: “as palavras, como as idéias e as coisas que elas significam, têm uma história” (SCOTT, 1989, p. 1).

A partir dessa reflexão, uma tabela foi organizada de maneira a compreender como as compositoras mulheres foram aparecendo na obra de Alcione ao longo desses 50 anos, além de destacar os compositores que foram parceiros predominantes da cantora em questão. Não apenas para levantar dados, mas essa tabela encaminha a pesquisa para a realização de entrevistas, com Alcione e alguns dos compositores e compositoras que a acompanharam em toda a sua carreira, visando compreender de que maneira as letras foram compostas, se houve ou não participação feminina e até mesmo da cantora.

Ao longo desses 50 anos, Alcione cantou sobre diversas temáticas e, entre elas, predomina a música romântica, a qual se trata majoritariamente de relacionamentos heterossexuais, onde a mulher é o eu lírico das canções e direciona sua fala a um homem, seu companheiro. O desafio aqui proposto é entender como essa imagem da mulher romântica pairou sobre as diversas gerações que acompanham o trabalho de Alcione, propondo novas formas de interpretar o gênero feminino e de reafirmar a identidade negra na música romântica.

Além do estudo sobre a vida da artista, essa pesquisa pretende buscar nas referências musicais de Alcione os elementos femininos e amorosos que sustentam a obra como um todo. Tais influências passam pelas cantoras de rádio no Brasil, das décadas de 40 e 50, e das cantoras de blues e jazz norte-americanas, ambos gêneros que abordam o amor a partir de uma perspectiva feminina e negra.

Além disso, deve-se necessariamente falar sobre a história sexual das músicas brasileiras, as quais trazem as temáticas de gênero, amor e sexualidade, colaborando para a compreensão dessas categorias ao longo da carreira de Alcione.

Declaradamente fã de Dalva de Oliveira, Angela Maria e Núbia Lafayette (5 min, 31seg DE FRENTE COM GABI, 2012), Alcione revela a influência das cantoras de rádio brasileiras em seu timbre de voz, interpretação e escolha do repertório musical. Durante as décadas de 1940 e 1950, para além de cantoras de rádio, tais artistas começaram a ter suas vidas privadas expostas em meios de comunicação como revistas e jornais. Muitas eram as especulações sobre a vida amorosa de cada uma, as traições sofridas ou realizadas, as brigas domésticas, os desacordos com os maridos, e outras situações íntimas eram noticiadas e movimentadas pelas mídias da época. Esta, segundo Avancini (1996), foi uma estratégia dos meios de comunicação para atrair o interesse da população, que identificava uma notável relação entre as letras das músicas e os dramas íntimos dessas mulheres, consumindo mais notícias e mais músicas das mesmas. Tais vivências amorosas, por sua vez, potencializaram as performances e qualificaram o estilo de interpretação das cantoras: “a voz aguda que sobe de tom nos refrãos, como se estivesse experimentando o sofrimento em seu extremo” (AVANCINI, p. 24).

Se, por um lado, Alcione parece absorver toda essa dramaticidade e sofrimento cantado em uma voz grave e feminina, por outro, nota-se uma divergência no quesito da publicação de sua vida pessoal. Muito discreta em relação às suas intimidades, trinta anos depois do fenômeno das cantoras de rádio, a vida de Alcione se resume para seu público apenas como sua obra musical, sem ter se

envolvido em grandes polêmicas que ponham em cheque sua vida como sujeito. Pelo contrário, o pouco que se sabe sobre a vida pessoal de Alcione não possui convergência com um estilo de vida conservador e moralista sobre as mulheres: Alcione não se casou, não teve filhos e é espírita, o que revela uma forma de se distanciar dos estereótipos e das expectativas patriarcais e racistas sobre os corpos femininos negros.

Apesar de grande parte de suas canções tratarem do sofrimento amoroso como consequência dos abusos masculinos, Alcione também dispõe de um repertório que inova na imagem social da mulher, onde afirma uma vida sexual livre e poder de tomar decisões por conta própria, sem depender de um marido ou de uma estrutura familiar para aprovar ou não seu estilo de vida.

(...) eu vou te ganhar na gandaia / te amarrar no cós da minha saia / dar um bote certo no teu coração / vou te cercar nas armadilhas da paixão / (...) No dengo eu vou ser dona do teu mundo / Vou te dar um trato como eu gosto / Vou pegar fundo (ACESA. Alcione, 2009)

Angela Davis (1999), ao investigar o feminismo negro no legado do Blues, também reforça a ideia de que a música romântica cantada pela mulher negra ilumina a vida emocional dessas mulheres permitindo uma agência política no ato de fazer música e cantar seu sofrimento. Este ato é uma subversão das “representações racistas e sexistas das mulheres apaixonadas” (Ibid., p. 298, tradução própria). Ao refletir sobre a obra de Billie Holiday, Davis destaca que cantar a vida amorosa, tanto no quesito sofrimento quanto no quesito sexual e de liberdade, faz com que as subjetividades das mulheres negras

estejam sendo recebidas pelo público. Neste sentido, identifica-se que a naturalização do amor e da sexualidade nestes corpos faz com que o eros seja sentido como poder e “codificação para a libertação social” (Ibid., p. 312, tradução própria).

Na canção “A Loba” (2001), o eu-lírico fala sobre si como uma mulher fiel que irá entregar de tudo na relação amorosa, porém, se seu parceiro “pisar na bola”, ao invés de lamentar o sofrimento, irá deixá-lo e arranjará “um novo amor / Só pra me distrair”. Segundo Davis, essa postura de superação desafia “os papéis de gênero aceitos dentro dos relacionamentos amorosos” (p. 316), revelando um aspecto importante da música de Alcione para repensar o lugar da mulher em suas aventuras românticas.

Em um momento seguinte, iremos mapear o momento da indústria fonográfica quando Alcione realizou seus primeiros lançamentos musicais, com o intuito de entender o início de sua carreira artística e a decorrência desse período para o resto de sua carreira. Com isso, busca-se delinear quem é Alcione, a dona da voz do samba e da música romântica brasileira. Também pretende-se identificar quais as contribuições da obra de Alcione para os debates acerca da sexualidade brasileira, já que ao falar sobre o amor e o desejo a partir de um determinado lugar social, esta cantora também interfere nos estereótipos de gênero e raça.

Para esse mapeamento é imprescindível a utilização da obra “A História Sexual da MPB” (2006), de Rodrigo Faour, a qual traça uma linha do tempo de como as questões sexuais são abordadas na música brasileira nos últimos 40 anos. Além disso, o livro “Do Vinil Ao Download”, de André Midani, também irá colaborar com a presente pesquisa, já que narra o contexto e os bastidores da Indústria

Fonográfica brasileira durante o final da década de 50 até os anos 2000. É nessa cronologia que vamos identificar as canções românticas de Alcione e entender como as questões de gênero e de raça abordadas na obra interferem nos valores sociais dos contextos em que foram lançadas.

Por último, as canções românticas de Alcione serão analisadas a partir do conteúdo e da forma de criação de cada canção, estas cronologicamente escolhidas e mapeadas ao longo do tempo. O conteúdo das canções será interpretado de maneira que seja possível identificar no texto uma dialética entre a mulher representada na obra e o sentido do que é ser mulher no contexto em que a música foi produzida.

Ademais, a produção musical será também analisada segundo as sugestões metodológicas de Napolitano (2002), o que implica em procedimentos a serem realizados para a análise do material. As letras das músicas serão analisadas a partir dos seguintes parâmetros poéticos:

- a) Mote (tema geral da canção); b) Identificação do “eu poético” e seus possíveis interlocutores (“quem” fala através da “letra” e “para quem” fala); c) Desenvolvimento: qual a fábula narrada (quando for o caso); quais as imagens poéticas utilizadas; léxico e sintaxe predominantes; d) Forma: tipos de rimas e formas poéticas; e) Ocorrência de figuras e gêneros literários (alegoria, metáfora, metonímia, paródia, paráfrase etc.); f) Ocorrência de intertextualidade literária (citação de outros textos literários e discursos) Ibid., p. 99).

Dessa forma, há aqui uma tentativa de identificar na canção romântica de Alcione sentidos políticos dos termos de gênero e raça.

As canções que falam sobre o amor pelo viés feminino e negro causam transformação no conjunto de significados sociais para além de uma reprodução e inserção dentro da indústria cultural, ou seja, também propõem questionamentos que instigam a transformação social e a transformação dentro do próprio mercado fonográfico. É através das canções de Alcione que podemos entender o romantismo das mulheres brancas e negras, e de que maneira essas canções se colocam frente à sociedade brasileira – conservadora, moralista e erótica – causando incômodos morais necessários e sempre atuais.

REFERÊNCIAS

- ACESA. Intérprete: Alcione. Brasil: SONY MUSIC, 2009. Música.
- ALCIONE. Agência Ldx, 2021. Disponível em: <http://www.alcione-amarrom.com.br/index.php>. Acesso em: 03 set. 2021.
- ALERTA Geral. Intérprete: Alcione. Brasil: PHILIPS, 1978. LP, Album.
- A LOBA. Intérprete: Alcione. Brasil: MERCURY e UNIVERSAL MUSIC, 2001. Música.
- A TRANSFORMAÇÃO do silêncio em linguagem e ação. Geledés, 28 de mar. de 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 9 maio 2022.
- AVANCINI, Maria Marta Picarelli. Nas tramas da fama: as estrelas do rádio em sua época áurea, Brasil, anos 40 e 50. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 147 p., 1996.
- A VOZ do Samba. Intérprete: Alcione. Brasil: PHILIPS, 1975. Vinil, LP, Album.

- BAR da Alcione: A casa da Marrom. @bardaalcione. Brasil: Alcione, 2020. Disponível em: Instagram. Acesso em: 02 set. 2021.
- BURNS, Mila. Nasci para sonhar e cantar: Gênero, projeto e mediação na trajetória de Dona Ivone Lara. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- CEVASCO, Maria Elisa. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2001.
- DAVIS, Angela. Blues Legacy and Black Feminism - Gertruda “Ma” Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday. New York: Vintage Books, 1999.
- DE FRENTE com Gabi. Direção: Maria Helena Amaral. Produção: Márcia Mello. Roteiro: Marília Gabriela. [S. l.]: SBT, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AwQh5QAJW-A>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- EU sou a marrom: ALERTA Geral. Intérprete: Alcione. Brasil: Philips, 1978. Vinil, LP, Álbum.
- FAOUR, Rodrigo. A História Sexual da MPB - a evolução do amor e do sexo da mpb. Ed: Record, 2006.
- FIGA de Guiné. Intérprete: Alcione. Brasil: PHILIPS, 1972. Vinil.
- GONZALES, Lelia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- KOSELLECK, Reinhart. A response to comments on the Geschichtliche Grundbegriffe.
- HALL, Stuart. Que ‘negro’ é esse na cultura popular negra. In: SOVIK, Liv (org.). Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/ Representação a UNESCO no Brasil, 2003, p. 335 – 349

- LUNARDI, Rafaela. Em busca do “Falso Brillhante”: Performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1965-1976). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.
- MENEZES, Adélia Bezerra. Figuras do feminino na canção de Chico Buarque. São Paulo: Ateliê Editorial e Boitempo Editorial, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. História & Música – História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política 1975/1982. In: Estudos avançados 24 (69), 2010.
- OS MELHORES Samba Enredo de 75. Intérprete: Alcione. Brasil: Companhia Brasileira De Discos Phonogram, 1975. Vinil.
- PAIANO, Enor. O berimbau e o som universal: lutas culturais e indústria fonográfica nos anos 60. Dissertação de Mestrado não publicada. São Paulo, ECA/USP, 1994.
- PAIANO, Enor. Homogeneidade e diversidade na cultura global: O caso da world music. In: BORELLI, Silvia Helena Simões (org.). Gêneros Ficcionalis, Produção e Cotidiano na Cultura Popular de Massas. São Paulo: Intercom, n. I, 1994, p. 95-104.
- PODE Esperar: Alerta Geral. Compositor: R. Correa e S. Son. Intérprete: Alcione. [S. l.]: PHILIPS, 1978. LP, Album.
- RECHETNICOU, Mirian Marques. A, B, C, D do Samba: Construção da identidade vocal no samba - papel das cantoras Alcione, Beth Carvalho, Clara Nunes e Dona Ivone Lara. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade de Brasília. Brasília, 92 f. 2018.
- SCOTT, Joan. ‘GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE HISTÓRICA’. Texto original: Joan Scott – Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

- SKINNER, Quentin. (1969), “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and Theory*, 8 (1): 3-53.
- TEM Dendê. Intérprete: Alcione. Brasil: PHILIPS, 1973. Vinil.
- TOSTA, Marcia Dias. *Os Donos da Voz - Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, UFRJ, 2002.
- WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as ialodês: Mulheres negras e a cultura midiática*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- WISNIK, J. M.; BAHIANA, A. M.; AUTRAN, M. *Anos 70: Música Popular*. 01. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Europa Editora, 1980.

SEÇÃO IV:
RELAÇÕES RACIAIS

EXPOSED NO TWITTER: DENÚNCIAS DE FRAUDES DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS E A NECESSIDADE DE BANCAS DE AVERIGUAÇÃO

Isolda Santiago dos Santos¹

Apesar do racismo ser um elemento estruturante da formação social brasileira, sempre existiram movimentos populares demandando que grupos historicamente marginalizados² tivessem acesso a determinados espaços e direitos. Neste sentido, em 2012, foi sancionada a Lei de Cotas nº 12.711, que garante o ingresso de estudantes de escola pública nas universidades federais, incluindo, dentre essas vagas, porcentagens específicas destinadas a pessoas negras e indígenas. A partir disso, o movimento para a inserção de políticas afirmativas nas instituições de Ensino Superior visando combater desigualdades se fortaleceu imensamente.

¹ Mestranda no PPGS/Unicamp com orientação do professor Michel Nicolau Netto e bolsista CNPq. Bacharela em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: i199329@dac.unicamp.br

² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em pesquisa realizada em 2017, somente 11% dos trabalhadores que possuíam nível superior eram pretos ou pardos, ao passo que 26,4% de trabalhadores brancos tinham cursado ao menos a graduação. Em 2016, 78,2% da população que possuía nível superior estava empregada, enquanto somente 43,9% dos que não possuíam instrução formal ou que possuíam fundamental incompleto estavam trabalhando. Em relação a cor ou raça, pretos e pardos constituíam-se na maior parte da população desempregada, 62,6%, em comparação com 36,7% da população branca. Fica claro que, no Brasil, o diploma universitário é condicionante de acesso e permanência no mercado de trabalho, não ocupando apenas uma dimensão simbólica e cultural (MOCELIN, 2020).

Em 2017, as cotas e o vestibular indígena foram aprovados na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) para serem implementados pela primeira vez no ano de 2019 (ALVES FILHO, 2017). Com a decisão, a Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial (CADER) foi criada, sendo presidida pela professora Dra. Débora Jeffrey. A CADER atua na contribuição para a concretização e o fortalecimento do papel social da Unicamp, compondo a Comissão de Averiguação³ junto à Diretoria Acadêmica, Procuradoria Geral e a Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp.

A função da Comissão de Averiguação é confirmar a auto-declaração dos optantes por vagas reservadas para negros (pretos e pardos) por meio da consideração, exclusiva, de características fenotípicas, ou seja, do conjunto de traços visíveis do indivíduo, tal como estabelece a Portaria Normativa 04/2018 do Ministério do Planejamento. Esse procedimento de heteroidentificação (DIAS, TAVARES JUNIOR, 2018) fornece o documento de validação ou invalidação da autodeclaração de candidatos cotistas, que é obrigatório para a efetivação da matrícula.

A ideia de raça precisa ser entendida como um fenômeno histórico e político, representando parte elementar do projeto de sociedade moderna. Portanto, é uma construção social e não há relação com a estrutura biológica da espécie humana. Ainda assim, as populações racializadas, além de serem estereotipadas, são marginalizadas. O papel da Comissão de Averiguação se demonstra muito importante

³ Ver COLL, Liana. Comissão de averiguação visa assegurar o correto cumprimento da política de cotas. Atualidades. **Unicamp**. Campinas, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/08/10/comissao-de-averiguacao-visa-assegurar-o-correto-cumprimento-da-politica-de>. Acesso em: 04 de novembro de 2022.

para reduzir as possibilidades de fraudes nas cotas, pois no Brasil, apesar da raça ser um aspecto identitário autodeclarado, o racismo e a racialização dos corpos ocorrem a partir da leitura social com base nos fenótipos.

Muitas universidades que possuem cotas, mas não têm uma comissão de averiguação, dependem exclusivamente da autodeclaração dos candidatos, não podendo verificar a veracidade de informações fornecidas pelos mesmos. Isso resulta em vários casos de fraudes todos os anos, que frequentemente só são noticiados muito tempo depois da realização da matrícula desses estudantes⁴. Assim, desde a implementação das cotas para pessoas negras na Unicamp, houve a preocupação de garantir a adequação de ingressantes cotistas aos critérios das vagas nos casos daquelas destinadas aos grupos étnico-raciais estabelecidos.

Em 2020, popularizou-se a criação de perfis no Twitter para expor casos de fraudes nas cotas étnico-raciais das universidades brasileiras. Para realizar as exposições, as páginas contavam com o recebimento de mensagens privadas de usuários da rede social sobre uma possível fraude, buscavam os perfis dos supostos fraudadores e analisavam por meio de fotos postadas se a acusação era passível de ser levada adiante ou não. Os critérios estabelecidos para definir quem estava cometendo fraude eram os mais superficiais possíveis e se uma pessoa fosse considerada aparentemente branca, a exposição acontecia. A maioria desses usuários apagaram suas contas,

⁴ Ver RODRIGUES, Matheus. FERREIRA, Afonso. UnB expulsa 15 estudantes, cassa diplomas e anula créditos por fraude em cotas raciais. **G1**. Distrito Federal, 13 de julho de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/df/distrito-federal/noticia/2020/07/13/unb-expulsa-15-estudantes-cassa-diplomas-e-anula-creditos-por-fraude-em-cotas-raciais.ghtml?__twitter_impression=true. Acesso em: 8 de junho de 2022.

enquanto outros apenas abandonaram os perfis, podendo ser acessados mesmo sem realizarem novas publicações há mais de dois anos.

Um dos problemas dessa dinâmica é que os perfis de exposição nem sempre observavam qual o tipo de cota estava sendo utilizado pelos candidatos, o que gerou uma série de denúncias infundadas acerca de fraudes. Assim, indígenas também foram expostos por não apresentarem traços fenotípicos correspondentes à população negra, como se estivessem tentando ocupar uma vaga à qual não pertenciam, sendo que, na realidade, nesses casos, não houve fraude. As vagas destinadas à população indígena não contam com uma averiguação fenotípica, mas que opera mediante documentação⁵. As cláusulas dos processos administrativos de acompanhamento dos acadêmicos indígenas são feitas pelo Departamento de Educação da FUNAI. As exposições não contavam com qualquer fundamentação formal que reforçasse a veracidade do posicionamento divulgado, além de gerar ataques online às pessoas expostas.

O objetivo manifestado pelos donos das páginas de *exposed* envolvia sempre a ideia de questionar a presença de pessoas socialmente identificadas como brancas nas universidades utilizando cotas étnico-raciais. Segundo o usuário @ExposedDir, o “perfil foi criado para juntar material pra levar pra ouvidoria da ufv. (...)”

⁵ Identificação do indivíduo por grupo étnico existente, conforme definição lastreada em critérios técnicos/científicos; Registro de Nascimento Indígena (Rani), documento emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); consciência íntima declarada sobre ser indígena (autodeclaração). Segundo Joenia Wapichana, presidenta da Funai, quem define quem é indígena no Brasil é o grupo, ou seja, a própria comunidade indígena. Ver BRASIL. Funai revoga resolução da heteroidentificação. Ministério dos Povos Indígenas. Notícias. **Fundação Nacional dos Povos Indígenas**. Brasília, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-revoga-resolucao-da-heteroidentificacao>

O ‘linchamento’ que isso causa é natural e consequência”⁶. Nesta página, até o momento com publicações de 2020 ainda disponíveis, foi possível observar várias declarações de que erros às vezes ocorrem e se fossem identificados, as postagens podiam ser revistas e até apagadas. A conta se demonstrou bastante a favor das bancas de heteroidentificação e disse que, caso as pessoas expostas passassem pela averiguação e tivessem sua autodeclaração aprovada, as postagens seriam removidas.

A partir desse movimento de questionamento massivo contra o ingresso de estudantes lidos socialmente como brancos nas universidades por meio de cotas étnico-raciais, uma lacuna na inserção das políticas afirmativas em várias instituições foi identificada. Como apontado antes, a Unicamp, desde a implementação das cotas, teve a organização da Comissão de Averiguação, o que adiciona mais uma etapa ao processo de aprovação de estudantes cotistas. O que foi demonstrado é que os perfis do Twitter tentam atuar na verificação da autodeclaração dos candidatos quando esta não é feita pela própria universidade.

No período do ocorrido, as interações virtuais estavam bastante intensificadas pela situação pandêmica da Covid-19, o que pode ter agravado a repercussão do movimento de *exposeds*. Vários perfis entraram para a página de assuntos mais comentados do Twitter (*Trending Topics*), além de terem migrado para outras redes sociais também. Uma das consequências do alcance dessas exposições de supostos fraudadores de cotas foi o linchamento virtual, como apresentada anteriormente na citação do usuário @ExposedDir.

⁶ Usuário: @ExposedDir. Disponível em: <https://twitter.com/ExposedDir/status/1269785221702078464?s=20>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

A dinâmica promovida na internet é que as pessoas participem e interajam com os conteúdos que estão em alta, pois as plataformas favorecem sempre o que pode gerar mais engajamento.

Compreendendo as consequências da exposição dos supostos fraudadores de cotas e sua repercussão na forma de lichamento virtual, além da gravidade da ocorrência de acusações equivocadas, a implementação de bancas de averiguação se faz necessária como forma de garantir a veracidade do processo, bem como prezar pelo bem estar físico e mental daqueles que passam por ele. No contexto de *exposed*, a lógica se baseia mais em divulgar o problema de maneira vexatória do que propriamente resolvê-lo de acordo com os meios cabíveis, a partir de uma denúncia formal e direta à gestão da instituição. Portanto, as bancas apresentam uma forma mais idônea de avaliar quem está ou não apto a utilizar as cotas, sem causar o prejuízo gerado por uma exposição feita de modo inadequado na internet.

Muito tem sido produzido e ainda precisará ser feito em termos de pensamento social que ampare políticas públicas que são ainda incipientes. Entendendo que os processos de racialização são bastante específicos local e temporalmente, é preciso observar que o Artigo 5º da Constituição Federal e a Lei da Igualdade Racial 12.288/2010 não se efetivam na realidade brasileira. As cotas são, então, uma medida paliativa para combater em certo nível desigualdades causadas a partir do racismo, que impede o acesso a espaços de prestígio para grande parte das pessoas negras e indígenas.

Entretanto, o posicionamento favorável às bancas de averiguação não é unânime dentro do movimento negro brasileiro. A existência das cotas e dos mecanismos de heteroidentificação

estão sempre em disputa pelas instituições de coerção do Estado e pelos agentes da sociedade civil. As discussões precisam passar por análises profundas da origem e permanência do racismo no Brasil, além da própria constituição do Estado-Nação e da condição de ser brasileiro. Enquanto não houver um sistema que ofereça em todos os espaços um acesso pleno à todas as pessoas, independentemente de raça, classe e/ou gênero, será necessário promover alternativas que impactam a curto prazo na inserção dos grupos marginalizados nas universidades, conjuntamente de ações que verifiquem se as políticas estão realmente sendo aplicadas corretamente.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, Manuel. Em decisão histórica, UNICAMP aprova cotas étnico-raciais e Vestibular Indígena. **Unicamp**. Campinas, 21 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/22/em-decisao-historica-unicamp-aprova-cotas-etnico-raciais-e-vestibular>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 4/2018**. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros em concursos públicos para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº12.990, de 9 de junho de 2014. Brasília, 6 de abril de 2018, p. 34.
- BRASIL. **Lei 12.711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012.

BRASIL. **Lei 12.288/2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 20 de julho de 2010.

DIAS, Gleidson Renato Martins. TAVARES JUNIOR, Paulo Roberto Faber. **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Rio Grande do Sul: IFRS campus Canoas, 2018, p. 216-251.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: **INEP**, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Instituto Público da Administração Federal Brasileira 1936. Rio de Janeiro: **IBGE**, 1937. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MOCELIN, Cassia Engres. Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 101-110, jan./abr. 2020.

“RAÇA É A MODALIDADE PELA QUAL A CLASSE É VIVIDA”: REVISITANDO O MARXISMO DE *POLICING THE CRISIS*

Erik Wellington Barbosa Borda¹

Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order é uma obra multiautoral produzida por Stuart Hall e outros quatro estudantes de pós-graduação do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham (CCCS): Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts. Publicado em 1978, o livro é também um “indicativo do desenvolvimento da Nova Esquerda na Grã-Bretanha” e uma “manifestação prática do período distintivo que Dennis Dworkin resumiu como o de desenvolvimento do ‘marxismo cultural’ britânico”² (CONNEL, 2015. p. 274). Justamente por isso, em *Policing the Crisis* podemos encontrar uma das expressões mais bem acabadas que Hall e discentes do grupo de subculturas do CCCS apresentaram de sua interpretação do marxismo. Mais bem acabada não pela atenção eminentemente exegética e teórica de textos marxianos³ – cujo esforço pode ser apreciado em

¹ Aluno de doutorado no PPGS/Unicamp. Orientado por Mário Augusto Medeiros da Silva. Pesquisa financiada pela CAPES. Contato: ewbborda@gmail.com

² Tradução livre.

³ Embora com afinidades à esquerda, é apenas após a saída de Richard Hoggart para a UNESCO em 1968/69 que o Centro passa, de modo crescente, a dedicar esforços ao engajamento teórico com o marxismo. Um engajamento que, discutivelmente, não fez do Centro um Centro marxista em nenhum sentido estrito (há uma série de linhas e afiliações teóricas em disputa), mas cuja aproximação consolida uma marca e estilo de trabalho intelectual que são constitutivos de sua mística. Vale destacar que a proposta do Centro ser qualquer coisa próxima de uma “célula vermelha” foi algo disputado ao longo de sua trajetória institucional, retornando com regularidade nas

outras obras originadas do Centro⁴, mas pelo exame de um nível “mais baixo de concretude histórica”, que proporciona uma via de acesso à teoria por meio da conjuntura. Os Estudos Culturais, por tradição, sempre se envolveram em polêmicas a respeito do estatuto do “cultural” e de seu papel na vida social, e após incursões pelas obras de Gramsci e Althusser no trabalho do CCCS durante os anos 70, foram agentes da renovada atenção às superestruturas na teoria social do pós-guerra. Embora nunca se tratando de um culturalismo, a questão fundamental e persistente do papel da cultura – que por sua vez fora trabalhada e codificada de formas muito distintas ao longo da trajetória do Centro – foi uma constante em sua trajetória coletiva, e durante os anos 70 aparecia de maneira mais frequente na emergência de sua conciliação teórica com o materialismo da tradição marxista. Tentarei aqui, com o tanto que a brevidade me permitir, defender que *Policing the Crisis* e sua discussão acerca de raça na conjuntura britânica dos anos 70 oferecem uma das melhores lentes para se apreender o debate mais amplo acerca do desenvolvimento de um marxismo não-determinista no CCCS.

pautas de discussão internas ao coletivo.

⁴ Há trabalhos mais especificamente voltados para a matéria. Por parte de Hall, o leitor pode recorrer sobremaneira à primeira parte da coletânea recente do autor organizada por Gregor McLennan intitulada *Selected Writings on Marxism* (2021), para acesso a alguns dos mais importantes. Ademais, ensaios do autor que se tornaram clássicos em seu campo, como os textos sobre Althusser e Gramsci, foram traduzidos ao português e publicados na coletânea brasileira *Da Diáspora* (2009), organizada por Liv Sovik. Em termos mais gerais do Centro, destaca-se o livro *Da Ideologia* (1980), publicado inicialmente como um volume da série *Working Papers in Cultural Studies* em 1977. Este livro multiautoral versa sobre diversos teóricos do marxismo ocidental, além claro, do próprio Marx.

Policing the Crisis resulta de um projeto paralelo de alguns membros do subgrupo de subculturas do CCCS⁵, e emerge, em última instância, do encontro na encruzilhada entre a agenda intelectual e a agenda política do Centro. Após os eventos de 1968, que na Universidade de Birmingham em particular significaram uma ocupação da reitoria na qual alunos do CCCS tiveram um papel fundamental – muito a contragosto de Richard Hoggart –, Chas Critcher – um dos autores do livro – e outros jovens decidiram estabelecer um centro de ação comunitário no bairro negro⁶ de Handsworth, em Birmingham. O *40 Hall Road*, como ficou conhecido, oferecia uma ampla gama de assistências básicas⁷ ao que era uma das zonas mais carentes da Grã-Bretanha à época. Essas atividades fizeram com que Critcher e seus colegas estabelecessem uma série de laços com a comunidade,

⁵ Um dos autores do livro, Chas Critcher, tinha uma relação mais ambígua com os subgrupos do Centro. Embora profundamente envolvido com as atividades ao redor do trabalho sobre os assaltos, Critcher diz nunca ter realmente feito parte de um subgrupo. (CRITCHER, 2015)

⁶ Importante ressaltar que “negro”, aqui, se refere noção de “negritude política” (*political blackness*) corrente na Inglaterra do período. Esse termo, mais ou menos hegemônico até os anos 80, compreendia não apenas os afrocaribenhos, mas também sul-asiáticos (indianos, paquistaneses, etc.). Para mais informações sobre a discussão de *political blackness* e seu declínio ver Waters (2018).

⁷ “*The activities of the project were largely demand-led. People asked us directly to do things or indicated indirectly what they would like to see happening. It is not hard in retrospect to appreciate how local people would react to a houseful of helpful students. Immediately they wanted to use our education: cultural capital, if you prefer. Neighbours turned up to our door with letters from authority they did not quite understand or long and complex forms which confused them. Then, later, it became the final demand for an electricity bill they couldn't afford to pay or the slowness of Social Security to respond to a request for a cot for a newborn baby. Mothers were worried what their kids would get up after school or in the holidays with nothing useful to do. Somebody else wanted to move a three-piece suite: did we know anybody with a van?*” (CRITCHER, 2016, p. 248)

laços esses que se mostrariam determinantes na ocasião do assalto de 30 de novembro de 1972.

Nesse dia, ao deixar um *pub* em Handsworth, Robert Keenan, um britânico branco, foi assaltado por três jovens de minorias étnicas – “*Paul Storey era filho de pai caribenho, a família de Mustafa Fuat tinha ‘conexões cipriotas, e James Duignan vivia em uma rua considerada uma ‘mini Nações Unidas’*”⁸ (FARRED, 2016, p. 654) –, que depois retornariam e o atacariam novamente com um tijolo. Critcher conhecia dois dos jovens, que viviam muito próximo à *40 Hall Road* (CRITCHER, 2015), de modo que após as sentenças serem decretadas no ano seguinte – mais de 40 anos somados sendo 20 para Storey –, iniciou junto a colegas do subgrupo de subculturas do CCCS o “*Paul, Jimmy and Musty Support Committee*”, com atividades de panfletagem que discutiam o “*pânico moral*” ao redor dos assaltos na Grã-Bretanha (JEFFERSON, 2013; CRITCHER, 2015; CONNEL; 2015). Essas atividades dariam início ao “*Mugging Project*”, envolvendo, além de Critcher, o diretor do CCCS, Stuart Hall, e os discentes Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts. É justamente essa reação intelectual à discussão acerca dos assaltos na década de 1970 que, “*a longo prazo, produziu **Policing the Crisis**, e me parece que esse foi o ponto em que raça passa a ser centralmente articulada nos Estudos Culturais.*”⁹ (CLARKE, 2015, p. 7) Algo estava mudando no tecido social inglês, e o CCCS captou essas mudanças *in loco*.

Dessa breve exposição, já se pode perceber que PTC não é exatamente uma obra voltada a avançar problemas teóricos do

⁸ Tradução livre.

⁹ Tradução livre.

marxismo. Não obstante, a maneira como a raça aí é mobilizada, particularmente na quarta parte do livro, diz muito sobre as apropriações específicas do debate marxista por parte de alguns membros do CCCS, com particular ênfase aqui em Stuart Hall. O que temos é uma apropriação criativa que não cede à ortodoxia, e que na tentativa de trabalhar, no interior da problemática mais geral do marxismo, a questão particular do pânico moral ao redor dos assaltos na Grã-Bretanha do período, acaba por trazer elaborações que deslocam fundamentalmente aspectos de tal problemática. Para os fins deste resumo expandido, destacarei um aspecto: a questão de como Hall encara os níveis de abstração em que operam os conceitos, algo que aparece em outros textos do autor.

Há muitas intervenções de Hall na qual podemos apreciar mais detidamente a discussão sobre a problemática marxista, mas convém aqui ressaltar a que o autor faz a respeito da metáfora de base e superestrutura. Isso porque é principalmente em relação a ela que opero, neste texto, as contradições sociais de raça e etnicidade de PTC. *“A metáfora de base-superestrutura definiu uma série de problemas para as pessoas nos Estudos Culturais que queriam seguir trabalhando em algo como uma problemática marxista. Ela também ofereceu o ponto onde os insatisfeitos com o âmbito do discurso marxista tentaram fazer importantes revisões”*¹⁰ (HALL, 2016, p. 75). Hall destaca que a abordagem por Marx do problema da base e superestrutura ganha diferentes contornos, a depender do propósito mais geral da obra em que aparece: *A Ideologia Alemã*, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, *O Capital* e *O 18 de Brumário* contém propostas mesmo conflitantes sobre a natureza da determinação.

¹⁰ Tradução livre.

“*O Capital* não é um trabalho histórico; é um trabalho analítico. [...] *O 18 de Brumário* é uma análise do que aconteceu entre 1848 e 1851 na França.” (HALL, 2016. p. 93). De acordo com Hall, “alguns dos maiores problemas de análise marxista resultam da incompreensão dos níveis no quais as abstrações estão operando.”¹¹ (HALL, 2016, p. 90). Isso significa que é muito diferente o estudo das estruturas mais fundamentais do capitalismo e a análise de uma formação histórica concreta em particular, que necessita da invocação de um número cada vez maior de determinações/mediações.

Desse modo, base e superestrutura ganham expressões diferentes, a fim de exemplo, em obras como *O Capital* e *O 18 de Brumário*. Nesta, as “classes fundamentais” aparecem nas figuras dos “grandes latifundiários, da burguesia industrial, da burguesia financeira, do proletariado industrial, do campesinato e do lumpemproletariado.”¹² (HALL, 2016. p. 93) O ponto é que tal análise mais conjuntural não se opõe às propostas de Marx em obras como *A Crítica* ou *O Capital*, mas oferece outra modalidade de abordagem do problema da determinação do Econômico sobre o nível ideológico e, principalmente, sobre a luta política. “*O modelo que Marx emprega deixa um espaço para as contradições sociais para além daquelas que emergem da contradição entre capital e trabalho*”¹³ (HALL, 2016. p. 96).

Esse é um aspecto caro a Stuart Hall, pois é em vistas disso que inúmeros desenvolvimentos em matéria de *diferenças* aparecem durante esse período.

¹¹ Tradução livre.

¹² Tradução livre.

¹³ Tradução livre.

“Raça é a modalidade pela qual a classe é vivida”...

Do mesmo modo, se você está falando de trabalho a nível do modo de produção capitalista, não importa se o trabalho é preto, pardo, amarelo, vermelho ou branco, ou se é altamente avançado ou não. Você está simplesmente se perguntando sobre funções absolutamente básicas que o trabalho exerce dentro do modo de produção capitalista. Mas a partir do momento em que você pergunta qual a diferença entre o modo como uma força de trabalho em particular se constituiu no Reino Unido ou na África do Sul, como você consegue descrever isso em falar sobre trabalho forçado ou não forçado, ou sobre a maneira como a exploração do trabalho depende de diferenças marcadas por raça e etnia no interior de diferentes setores da força de trabalho? Você não consegue¹⁴ (HALL, 2016, p. 92).

Essa discussão, que Hall desenvolve em uma série de intervenções ao longo das décadas de 1970 e 1980, aparece de maneira sintética em PTC. O debate dos autores aqui também, por meio da análise de uma conjuntura específica, adiciona mediações que permitem reflexões teóricas que não excluem o impacto nos *“níveis mais altos”*. Raça é tanto um elemento estruturante das relações de produção quanto um aspecto central da luta de classes nessa conjuntura específica, e a crise de hegemonia na conjuntura do tatcherismo iminente permite, assim, a proposição de uma importante contribuição ao debate marxista.

Os autores argumentam que raça é constitutiva da reprodução das relações de classe,

¹⁴ Tradução livre.

um elemento crucial nas estruturas econômicas e sociais dadas que cada geração da classe trabalhadora encontra como um dos aspectos das condições materiais de vida. A juventude negra, a cada geração, não começa como um grupo de indivíduos isolados que por acaso são educados, vivem e trabalham de certo modo, encontrando a discriminação racial no caminho até a idade adulta. A juventude negra começa a cada geração a partir de uma dada posição de classe, produzida de maneira objetiva a partir de processos que são determinados e sobre os quais não têm controle, e essa posição de classe é, ao mesmo tempo, uma posição racial ou étnica.¹⁵ (HALL et al, 1978. p. 347)

Essa centralidade de raça, mesmo no que poderia se pensar à primeira vista referente aos aspectos mais objetivos das forças produtivas e das relações de produção, entretanto, não esgota sua outra dimensão e expressão enquanto o componente central pelo qual se dava a luta de classes na conjuntura em que o livro foi escrito. A bem da verdade, parece que é da atenção à conjuntura, o exame do específico em termos de sua “determinação e contingência” (RESTREPO, 2022), que derivam as proposições teóricas de maior envergadura, as que operam em um nível mais alto de abstração.

Nesse sentido,

raça performa uma dupla função. É também a principal modalidade na qual os membros negros daquela classe “vivem”, experienciam, fazem sentido e assim *tomam consciência* de sua subordinação estruturada. É através da modalidade de raça que os negros compreendem, lidam e então começam a resistir à exploração que é

¹⁵ Tradução livre.

“Raça é a modalidade pela qual a classe é vivida”:

um traço objetivo de sua situação de classe. Raça é, assim, não apenas um elemento das “estruturas”; é um elemento chave na luta de classes – e logo nas culturas – do trabalho negro.¹⁶ (HALL et al, 1978. 347)

É essa dupla inserção, a saber, de raça operando tanto teoricamente ao nível da reprodução material quanto articulando os aspectos mais gerais da luta política na conjuntura britânica dos anos 70, que, defendendo, permite capturar um dos principais elementos da interpretação marxista do CCCS. Há, certamente, uma série de outros elementos e inserções que também merecem ser examinados em detalhe nessa matéria, e desse modo esta apresentação neste Fórum oferece apenas uma pequena amostra ilustrativa, um convite a incursões mais intensivas. Por fim, é necessário também destacar que uma atenção a *Policing the Crisis* em termos de sua relação com o marxismo, ao invés de outros textos mais obviamente voltados à matéria, serve também para destacar a diluição do debate teórico em todas as variedades temáticas que marcam o trabalho do Centro. Isso porque devemos afastar o risco de circunscrever o debate teórico a manifestações específicas de algumas obras ou subgrupos do CCCS, mas como bem pontua Hazel Carby acerca de sua experiência no subgrupo *Race and Politics* – criado no mesmo ano de publicação de PTC:

No subgrupo *Race and Politics*, todos nós, embora de maneiras reconhecidamente distintas, considerávamos nosso trabalho intervindo e contribuindo com os panoramas teóricos ativos no trabalho do CCCS. Esperávamos contribuir, entre outras coisas, com as teorias

¹⁶ Tradução livre.

marxistas do capitalismo, teorias do Estado, conceitos de ideologia, teorias de formação e antagonismo de classe e gênero, assim como o engajamento em uma crítica das teorias de relações raciais, de formação racial e do racismo.¹⁷ (CARBY, 2007, p. 566)

REFERÊNCIAS

- CARBY, Hazel. Introduction: lost in translation. In: **CCCS Selected Working Papers**. Vol. 2. London e New York: Routledge, 2007.
- CCCS. **Da Ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- CLARKE, John. **Entrevistado por Kieran Connel**. 27 de março de 2015.
- CONNEL, Kieran et HILTON, Matthew. The working practices of Birmingham's Centre for Contemporary Cultural Studies. In: **Social History**. Vol. 40, No. 3, 2015.
- CONNEL, Kieran et HILTON, Matthew. **Cultural Studies 50 years on: history, practice and politics**. London: Rowman and Littlefield International, 2016.
- CONNELL, Kieran. Policing the Crisis 35 Years On. In: **Contemporary British History**, 29:2, 2015.
- CRITCHER, Chas. **Entrevistado por Kieran Connel**. 20 de fevereiro de 2015.
- CRITCHER, Chas. Action not words: Neighbourhood activism and Cultural Studies. In: **Cultural Studies 50 years on: history, practice and politics**. London: Rowman and Littlefield International, 2016.
- FARRED, Grant. To be and not to be. In: **The South Atlantic Quarterly**. 115:4, October 2016.

¹⁷ Tradução livre.

“Raça é a modalidade pela qual a classe é vivida”...

- HALL, Stuart; Critcher, Chas; Jefferson, Tony; Clarke, John; Roberts, Brian. **Policing the Crisis: mugging, the State, and the Law and Order**. London: Macmillan, 1978.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- HALL, Stuart. **Cultural Studies 1983: a theoretical history**. Durham: Duke University Press, 2016.
- HALL, Stuart. **Selected writings on Marxism**. Durham: Duke University Press, 2021.
- JEFFERSON, Tony. **Entrevistado por Kieran Connell**. 19 de novembro de 2013.
- RESTREPO, Eduardo. Problemática marxista y hegemonía en Stuart Hall. In: **El ejercicio del pensar: Marxismos caribeños y afrodiaspóricos**. no. 32. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- WATERS, Rob. **Thinking black: Britain, 1964-1985**. Oakland: University of California Press, 2018.

SEÇÃO V:
NEOLIBERALISMO

LEGITIMAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DE PRÁTICAS E VALORES NEOLIBERAIS PELA CIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fabiano Galletti Faleiros¹

Nas últimas décadas, o capitalismo tem engendrado um conjunto de transformações nas dinâmicas sociais, seja no âmbito da produção material, seja na construção das subjetividades. Tais transformações vêm sendo identificadas por inúmeras pesquisas cujos resultados apontam para novos arranjos societários, substancialmente distintos daqueles produzidos pela velha ordem liberal – sejam entre o indivíduo e o Estado (FOUCAULT, 2008; DARDOT e LAVAL, 2016), entre a periferia e o centro global (SASSEN, 2016), ou entre o sistema de produção e os sujeitos produtores (BIDET, 2010; DARDOT e LAVAL, 2016). Parte considerável dessa literatura converge em inscrever esse quadro de mudanças dentro de uma moldura categórica mais ampla, nomeada *neoliberalismo*.

Dentre os diversos fenômenos relacionados à ordem neoliberal, interessa-nos investigar como as potencialidades e contingências da vida humana são obliteradas pela previsibilidade da razão econômica. Como aponta Michel Foucault (2008, p. 365), sob a égide do neoliberalismo, uma nova subjetividade é moldada a partir da generalização do cálculo “econômico a uma série de objetos, de campos de comportamentos ou de condutas, que não eram comportamentos ou condutas de mercado”. Os sujeitos passam, assim, a orientar suas

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira.

condutas, pouco importa se afetiva ou material, a partir de uma mesma lógica finalista e concorrencial, buscando maximizar seus ganhos e diminuir suas perdas.

Cabe-nos indagar: como essa lógica que visa incutir em cada ação e pensamento o cálculo racional da economia, deixa de ser entendida como uma construção social em disputa e passa a ser, de tão rotinizada, um dado natural, quase inerente ao humano? Como ela se torna um fato incontroverso, inscrito em nosso passado evolutivo e em nossas células, tão imutável quanto um fenômeno da natureza? Como, em última instância, o neoliberalismo é naturalizado?

O termo *naturalizar* tem, neste contexto, um sentido polissêmico. Por um lado, remete à rotinização de uma determinada conduta, a qual acaba conformando uma espécie de segunda pele, como se fosse um processo inato ao humano e, portanto, ahistórico. Por outro, faz referência à *biologização* de uma série de comportamentos, os quais acabam enquadrados como fatos naturais aferidos pela ciência (SANTOS, 2008, p. 52), qualificados, portanto, qualificados enquanto práticas supostamente universais, regidas por mecanismos aparentemente objetivos.

Em suma, buscaremos compreender, com esta pesquisa, como o modelo neoliberal de sociedade, representado enquanto um conjunto de *sujeitos empreendedores competindo por sua sobrevivência segundo as “selvagens” leis do mercado*, é transformado em *fato natural*. Dito em outras palavras, como um conjunto de valores e práticas sociais, gestadas a partir de um modelo de produção muito específico e historicamente constituído, são convertidas em fenômenos da natureza, tão fixos quanto o movimento dos astros ou tão imutáveis quanto nossa carga genética.

Nossa hipótese é que a ciência, ou, mais precisamente, uma parcela de sua produção, desempenha um papel ativo nesse processo de conversão, transformando juízos de valor em fatos incontroversos (FERREIRA, 2018, p. 5207). Em nosso entendimento, tal processo relaciona-se reflexivamente, como aponta Bruno Latour (2019, p. 174-178), com a constituição da própria *ciência moderna*: a pressuposição de um mundo natural, intrinsecamente objetivo, universal e neutro. A Natureza torna-se, então, mera exterioridade transcendente: passiva, imutável e quantificável, enquanto os Humanos – ou mais precisamente, os *cientistas* – ganham a liberdade de manipulá-la ao seu bel prazer, inclusive remontando seus funcionamentos e causalidades como se fossem não uma representação artificialmente construída sobre o real, mas a própria realidade (LATOUR, 2019, p. 175). Nas palavras de Viveiros de Castro e Danowski:

A equivocadamente denominada revolução copernicana de Kant é, como se sabe, a origem oficial da concepção moderna de Homem (guardemos a forma masculina) como poder constituinte, legislador autônomo e soberano da natureza, único ente capaz de elevar-se para além da ordem fenomenal da causalidade que seu próprio entendimento condiciona: o “excepcionalismo humano” é um autêntico estado de exceção ontológico, fundado na separação entre Natureza e História. A tradução militante desse dispositivo mítico é a imagem prometeica do Homem conquistador da Natureza: o Homem como aquele ser que, emergindo de seu desamparo animal originário, perdeu-se do mundo apenas para melhor voltar a ele como seu senhor (VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2014, p. 43).

Nesses termos, a conversão de *fenômenos sociais* em *atos naturais* é um processo relativamente comum e recorrente, o qual tem sido debatido ao longo das últimas décadas por uma série de filósofos, cientistas humanos e sociais (STENGERS, 2002; VIVEIROS DE CASTRO; DANOWSKI, 2014; LATOUR, 2019). Isso posto, nosso intuito com esta pesquisa, mais do que identificar esse fenômeno, é mostrar como ele realiza-se em um recorte específico: isto é, como uma parcela específica das ciências exatas e naturais, ligada às análises de redes, tem contribuído para a transformação de práticas e valores sociais, relacionados à *nova razão neoliberal*, em dados da natureza, supostamente absolutos e inquestionáveis. Dito de outra forma, gostaríamos de compreender como comportamentos sociais contemporâneos - designados por nomes tais quais *eficiência, produtividade, empreendedorismo, competitividade, adaptação, flexibilidade* etc. – são transformados, com anuência de uma parcela das ciências, em características supostamente universais de nossa espécie e, portanto, cravadas nas entranhas de nossa constituição física, química e biológica.

Nas últimas décadas, trabalhos realizados no campo da sociologia da ciência (LATOUR, 1979, 1991; STENGERS, 2002; LEWONTIN, 2010), das relações raciais (GOULD, 2014) e de gênero (HARAWAY, 1990), para citar alguns, têm sido profícuos em identificar uma relação próxima entre a produção científica e certa agenda sociopolítica e econômica. O resultado desse processo relacional, apontam tais trabalhos, é a naturalização de comportamentos muito específicos do mundo social, os quais são reduzidos a meros reflexos do funcionamento (supostamente) mecânico da natureza. Chama atenção, todavia, o aprofundamento dessa dinâmica

relacional na contemporaneidade: a invasão de explicações naturalistas sobre as dinâmicas societárias avança sobre os mais diversos campos, inclusive o *bioquímico* e *microbiológico* (CSERMELY, 2008). O empreendedorismo, para tomarmos um exemplo, torna-se não apenas um comportamento social, histórico e economicamente localizado, mas um aspecto intrínseco de nossa constituição bioquímica: torna-se possível falar em pessoas e proteínas *empreendedoras* (CSERMELY, 2008)². E como consequência dessa perspectiva, todos aqueles que vão contra tal aspecto existencial deverão perecer, pois vão de encontro a *sua própria natureza*.

Em síntese, com esta pesquisa, ambicionamos investigar os mecanismos utilizados pelas ciências duras no processo de conversão de práticas e valores sociais neoliberais em dados da natureza. Supomos que tal processo tem relação: (i) com o sequestro de objetos de estudos e conceitos das ciências humanas e sociais por físicos, químicos, biólogos e outros cientistas naturais; e (ii) com a *naturalização* desses objetos e conceitos através de teorias e métodos supostamente objetivos. Em outras palavras, cientistas não-endêmicos das ciências sociais se apropriam de problemáticas destas ciências e passam a investigá-las sob o crivo e olhar de suas áreas de conhecimento específicas transformando os resultados obtidos em apreensões absolutas sobre o real.

Um indício interessante a esse respeito faz referência à ampliação da chamada *ciência das redes*. Em meados dos anos 1990,

² Essa aproximação é realizada pelo bioquímico húngaro Péter Csermely em seu artigo intitulado “*Creative elements: network-based predictions of active centres in proteins and cellular and social networks*” publicado em 2008, no qual compara a interação de determinados aminoácidos em proteínas enzimáticas com o comportamento de empresários e empreendedores em dinâmicas socioeconômicas.

a expansão das técnicas computacionais fez renascer o interesse nas análises de redes sociais (FREEMAN, 2011, pp. 27-28). Tanto cientistas sociais quanto cientistas naturais viram-se diante de um inédito universo de possibilidades: graças aos novos *softwares* e bancos de dados, supunha-se ser possível apreender novas miradas sobre fenômenos antigos (FREEMAN, 2011, p. 27). É nesse contexto em que ressurgem, no horizonte acadêmico, empreitadas intelectuais há muito abandonadas – como, por exemplo, a *Física Social*.

As novas métricas trazidas pelo avanço dos algoritmos de análise de rede serviram de base para o reaparecimento de explicações sobre a realidade social calcadas em pressupostos, aparentemente, objetivos. E mais: tais explicações pareciam confirmar uma similitude inquestionável entre fenômenos da natureza e da sociedade. Aos olhos dos analistas de rede, as interações entre pessoas e instituições figuravam muito similares, quiçá idênticas, às interações entre átomos, moléculas, proteínas, células, plantas, animais e máquinas (FERREIRA, 2018, pp. 5207-5209). Assim, uma moderna caixa de Pandora foi aberta – e suas consequências, além de imprevisíveis, vêm se mostrando alarmantes. Afinal, com o avanço dessas análises, fenômenos incomparáveis estão sendo equiparados e valores societários – de teor excludente, vale destacar – têm sido justificados, como se fizessem parte de uma natureza universal e intrínseca ao humano (FERREIRA, 2018, p. 5207). Aparentemente, não há negociação: as coisas são e permanecerão sendo assim.

Sob o império das ciências duras e suas redes, os fenômenos sociais e as supostas leis do mercado ganham o verniz do absoluto: os sujeitos humanos são reduzidos a meros *nós* (*nodos*), individuais e autocentrados, que competem por *ligações* mais vantajosas em

uma teia de relações – tal qual aminoácidos dentro de uma cadeia proteica, animais em um nicho ecológico ou empresas em círculos de negócios (BARABÁSI, 2014, p. 17³). Todavia, essa interpretação sobre o real, a despeito do que pensam os cientistas naturais, não é unívoca: ela está em disputa e cabe também à sociologia refletir sobre seus sentidos e interesses.

REFERÊNCIAS

- BARABÁSI, A.-L. **Linked: A nova ciência dos networks**. São Paulo: Leopardo, 2009.
- BARABÁSI, A.-L. **Network science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. Disponível em: <http://barabasi.com/book/networkscience>.
- BARABASI, A.-L.; ALBERT, R. Emergence of scaling in random networks. **Science**, v. 286, n. 5439, p. 509-512, 1999.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. 2^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020
- BIDET, J. **Explicação e reconstrução do Capital**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CSERMELY, P. Creative elements: network-based predictions of active centres in proteins and cellular and social networks. **Trends in biochemical sciences**, v. 33, n. 12, p. 569-576, 2008.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2017.

³ Por tratar-se de um livro digital, a paginação não é contínua, mas referente a cada capítulo. Para evitar ambiguidades e, ao mesmo tempo, atender a normatização do texto, adotamos elencar a numeração capitular correspondente na forma de nota de rodapé. Assim, o trecho faz referência à página 17 do capítulo 4 da citada obra de Barabási.

- DARWIN, C. **On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life.** 4ª. ed. London: John Murray, 1866.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** Capitalismo e esquizofrenia 2. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, v. 1, 2011.
- FERREIRA, P. P. Power, control and technicity in online social networks: conceptual and methodological aspects. **18th International Union of Anthropological and Ethnological Sciences World Congress**, Florianópolis, 2018.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREEMAN, L. C. The Development of Social Network Analysis—with an Emphasis on Recent Events. In: SCOTT, J.; CARRINGTON, P. **The SAGE Handbook of Social Network Analysis.** London: Sage, 2011. p. 26-39.
- GOULD, S. J. **A falsa medida do homem.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARAWAY, D. **Primate Visions:** Gender, Race and Nature in the World of Modern Science. New York/London: Routledge, 1989.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2019a
- LATOUR, B. **Políticas da Natureza:** como associar as ciências à democracia. São Paulo: Editora Unesp, 2019b.
- LEWONTIN, R. C. **Biologia e Ideologia.** Ribeirão Preto: FUNPEC, 2010.

- ORTIZ, R. As celebridades como emblema sociológico. **Sociologia & Antropologia** [online]. 2016, v. 6, n. 3, pp. 669-697. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752016V635>.
- PORTER, T. M. A Statistical Survey of Gases: Maxwell's Social Physics. **Historical Studies in the Physical Sciences**, v. 12, n. 1, p. 77-116, 1981.
- QUETELET, A. **Sur l'homme et le développement de ses facultés, essai d'une physique sociale**. 1ª. ed. Paris: Bachelier, Imprimeur-Libraire, 1835.
- SANTOS, L. G. Experimentum humanum, risco e economia política. In: CABRAL, M. V.; GARCIA, J. L.; JERONIMO, H. M. **Razão, Tempo e Tecnologia: estudos em Homenagem a Hermínio Martins**. Lisboa: ICS, v. 1, 2006. p. 385-410.
- SANTOS, L. G. Humano, pós-humano, transumano. In: NOVAES, A. **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo**. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p. 45-64.
- SANTOS, L. G. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: 34, 2011.
- SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SPENCER, H. **The principles of biology**. London/New York: D. Appleton and Company, 1910.
- STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: 34, 2002.
- VIVEIROS DECASTRO, E.; DANOWSKI, D. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Desterro; Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.

O PROJETO EDUCACIONAL DO ‘*TERCEIRO SETOR EMPRESARIAL*’ BRASILEIRO: A ATUAÇÃO EM REDE DO INSTITUTO UNIBANCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO MÉDIO¹

Mileide Cristina de Moura Melo²

O QUE (E QUEM) É O INSTITUTO UNIBANCO

Fundado em 1982 para conduzir as ações sociais do Unibanco S.A, atualmente conglomerado Itaú Unibanco *Holding S.A*, o Instituto Unibanco é uma instituição de investimento social privado que promove a melhoria da educação pública brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão escolar. Sua atuação se concentra no Ensino Médio, realizando ações e projetos em quatro grandes frentes: a) desenvolvimento de soluções para a gestão educacional; b) produção e difusão de conhecimento; c) apoio a iniciativas escolares de melhoria do Ensino Médio; e d) incidência nos processos de proposição, formulação e implementação de políticas públicas para esta etapa do ensino. A instituição é presidida pelo banqueiro e empresário Pedro Moreira Salles, ao lado de figuras importantes como Cláudia

¹ O presente trabalho apresenta parte das conclusões da pesquisa de mestrado intitulada “A atuação do Instituto Unibanco no Ensino Médio brasileiro e a formulação em rede de novos consensos sobre educação”, defendida no dia 14 de dezembro de 2022.

² Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação em do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (PPGSDS/IFCH/Unicamp), sob orientação da Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri. E-mail: melmileide@gmail.com

Constin, Marco Lisboa, Pedro Sampaio Malan, Ricardo Henriques e Ricardo Paes de Barros, cuja formação e atuação profissional se deram majoritariamente nas áreas de economia e administração, e suas trajetórias profissionais se deram em grandes empresas multinacionais, organismos multilaterais, *think tanks* neoliberais e, ao mesmo tempo, cargos de alto escalão em instituições públicas brasileiras e no governo federal. No “chão da fábrica”, a cargo da execução dos projetos levados a cabo pelo Instituto, estão mais de 100 “colaboradores”, em sua maioria mulheres, cuja formação se deu predominantemente em pedagogia e cursos de licenciatura.

Ao longo das últimas quatro décadas, o Instituto transformou o estabelecimento de parcerias com membros do “terceiro setor” e do “terceiro setor empresarial” – organizações sociais, institutos, fundações e instituições de pesquisa – na principal estratégia de viabilização de seus projetos, dando origem a uma extensa rede de parceiros por meio da qual promove o intercâmbio de funcionários, conhecimentos, técnicas e serviços a favor da implementação do projeto de educação pública que defendem para o Brasil. Esse projeto foi pensado à luz da Agenda Global de Reforma Educacional (AGRE), gestada no interior da Indústria Global da Educação (IGE) (Ball, 2012), cuja plataforma de reivindicações orientou reformas educacionais em países como Chile, Inglaterra e Estados Unidos, onde foram instituídas políticas como o *homeschooling*, as *charter schools*, a criação de currículos nacionais comuns e sua redução ao ensino de competências e habilidades básicas em português e matemática, o condicionamento do processo de ensino-aprendizagem, bem como do pagamento dos profissionais de educação ao alcance de metas de proficiência em avaliações educacionais externas, sempre à luz das

particularidades políticas, econômicas e sociais de cada país e de suas respectivas redes de ensino.

O QUE É E O QUE FAZ O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO

O carro-chefe do Instituto Unibanco, e um dos focos principais sobre o qual a pesquisa aqui apresentada se debruçou, é o Programa Jovem de Futuro (PJF). Criado em 2006, ele oferece à escola “metodologias e instrumentos com objetivo de melhorar a aprendizagem de todas e todos as/os estudantes, aumentar o número de concluintes e reduzir as desigualdades nas escolas públicas” (INSTITUTO UNIBANCO, 2020, p. 11). Em 2009, o Programa foi reconhecido como tecnologia educacional pelo Ministério da Educação (MEC), e entre 2012 e 2015 se fundiu ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMi), garantindo às escolas que integravam as redes de ensino dos estados parceiros o repasse de R\$ 100 aluno/ano, para execução do cronograma e alcance de metas como o aumento do desempenho dos estudantes nas disciplinas de português e matemática, e a diminuição da evasão escolar. O Programa já passou por 11 estados da federação e atualmente está no Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Minas Gerais (MG), Pará (PA), Rio Grande do Norte (RN), abrangendo cerca de 30% do Ensino Médio público brasileiro – feito nunca antes conquistado por nenhuma organização social, movimentos ou entidades de profissionais da educação.

O Programa se organiza em torno de um diagnóstico que atribui a profunda desigualdade social brasileira à má qualidade da educação pública, cuja principal deficiência seria a gestão escolar. A partir da tônica “*o problema do Brasil é a educação*”, o Instituto

e sua rede de parceiros lançam a “ideia programática” – isto é, um conjunto de ideias técnicas e profissionais que especificam relações de causa e efeito e prescrevem um curso preciso de ação política (cf. Verger, 2012) – do modelo de *gestão gerencial*, largamente utilizado no mundo empresarial, como a solução para a melhorar a educação brasileira. É através do PJJ que o Instituto implementa esse modelo de gestão nas escolas.

Na prática, a partir do regime de parceria público-privada, o Programa propõe às secretarias estaduais de educação o estabelecimento de metas para melhorar os índices de aprendizagem e diminuir os de evasão no âmbito da rede de ensino. Para participar do Programa, são selecionadas as escolas com os piores resultados nas avaliações educacionais externas, e dentre elas são selecionados dois grupos de escolas: o de *intervenção*, que implementará o Programa ao longo dos três anos do Ensino Médio, e o de *controle*, que por ter características comuns com as primeiras – tamanho do corpo docente e discente, localização geográfica e perfil socioeconômico dos alunos – servirá como parâmetro para aferir a evolução das primeiras. Terminado o ciclo de três anos de implementação, as escolas do grupo de controle migram para o de intervenção.

No âmbito específico da escola, a implementação começa com a constituição de um “grupo gestor” – formado pelo(a) diretor(a) e, quando houver, coordenador(a), representantes de professores, alunos e pais. A partir daí, e com base numa avaliação diagnóstica feita à luz dos resultados de proficiência em português e matemática, o grupo gestor elabora um “Plano de Ação”, a ser colocado em prática ao longo dos três anos de duração do Programa, onde constam metas de proficiência em português e matemática, diminuição nos índices de

evasão, além do melhoramento do ambiente escolar, reparos em sua infraestrutura, diminuição da violência escolar, e outras mudanças.

Após a parceria ProEMi/JF, a implementação do Programa contou com a aplicação das Metodologias Jovem de Futuro, divididas em duas categorias: “*pedagógicas*”, como “Entre Jovens”, “Valor do Amanhã”, “Jovem Cientista”, “Introdução ao Mundo do Trabalho”, “Entendendo o Meio Ambiente Urbano”, voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, e “*mobilização e articulação*”, como “Agente Jovem”, “SuperAção na Escola”, “Campanha Estudar Vale a Pena”, “Fundos Concursáveis” e “Monitoria”, voltadas ao fomento da participação da comunidade no ambiente escolar, fortalecendo a sua relação com o entorno da escola, além de contribuir com o desenvolvimento “atitudinal e cognitivo do jovem” (INSTITUTO UNIBANCO, 2014, p. 9). Com as Metodologias, o Instituto pretende “levar os alunos a participarem da rotina escolar, aprendendo, de modo prazeroso e criativo, estimulando-os a sonhar e a planejar o próprio futuro”, e a partir desse aprendizado espera que “desenvolvam uma visão de responsabilidade para consigo e com a sociedade, sem perder o interesse pelo estudo” (INSTITUTO UNIBANCO, 2014, p. 7), colaborando, portanto, com gestores e professores na superação dos problemas detectados no diagnóstico da escola.

O SENTIDO NEOLIBERAL DO PROJETO EDUCACIONAL DO INSTITUTO UNIBANCO

Quando o Instituto Unibanco iniciava suas atividades nos anos 1980, o Norte Global atravessava uma crise do Estado de bem-estar social, a desestruturação da sociedade industrial e do modelo de acumulação fordista, colocando em curso um amplo processo

de desindustrialização e financeirização da economia global (cf. Harvey, 2005), aliado ao crescimento da “pressão por introduzir mecanismos de mercado e métodos de gestão inspirados na lógica empresarial em nome da eficiência e da democracia” (LAVAL, 2003, p. 38). No Brasil, diante da recessão econômica, das medidas de ajuste estrutural impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, e da crise política que se instalou com o processo de redemocratização, tem início no espaço público a disputa em torno de dois projetos antagônicos de sociedade: o *universalista* e o *neoliberal*.

Nesse sentido, concluímos que o Instituto Unibanco foi criado para defender o projeto neoliberal de sociedade através da promoção da *integração e acomodação* dos grupos sociais historicamente excluídos. A tese da *má qualidade da gestão escolar* justifica a necessidade do braço social de um importante conglomerado empresarial do setor financeiro *intervir* no Ensino Médio, e permite transformá-lo num espaço privilegiado para inculcar a ideologia neoliberal que, quando aliada à “má-fé institucional” do sistema educacional brasileiro, que universalizou o acesso às vagas mas não garantiu inclusão efetiva dos estudantes no mundo escolar, a ideologia neoliberal explica o sucesso e o fracasso, escolar e profissional dos estudantes e trabalhadores, como consequência de uma escolha racional feita por eles, a despeito da falta de oportunidades oferecidas por uma sociedade profundamente desigual e cada vez menos capaz de gerar emprego, renda e condições básicas de existência.

A partir dessa leitura, defendemos que o trabalho do Instituto e sua rede de parceiros no Ensino Médio brasileiro se dá no sentido de transformar a educação num *locus privilegiado de integração e acomodação* da juventude usuária da escola pública ao *pacto social*

neoliberal, no interior do qual a formação escolar não prepara para o futuro desempenho de *funções e carreiras* no mercado de trabalho – muito menos serve como passaporte para nele ingressar – mas sim para o desempenho de uma *performance de autogestão e sobrevivência* diante do desemprego estrutural e da falta de oportunidades reais de *mobilidade social* para a juventude pobre do país, promovidos pelo sucesso do nosso empresariado, cujas atividades intensificam os processos de financeirização e terciarização da economia. Dessa forma, a escolarização média *organiza as bases sociais do mérito e generaliza a livre competição* (FERNANDES, 1976) entre os excluídos.

Por meio do PJJ, e dos demais programas, o Instituto busca instituir a “escola neoliberal”, um modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, atingindo “tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos quanto o próprio vínculo social” (LAVAL, 2019, p. 17).

Por outro lado, mais do que instituir princípios de mercado na organização, na gestão e no próprio conteúdo da educação, o projeto de escola neoliberal tem como objetivo formar capital humano para ser utilizado na competição econômica, e para tanto precisa forjar uma nova subjetividade nos educandos. Sendo assim, assume o ideal pedagógico de formar um “trabalhador flexível”, cuja principal competência é “aprender a aprender” e “aprender ao longo da vida”, para gerir as incertezas e garantir empregabilidade numa sociedade sob risco permanente de exclusão e marginalização social, e ao mesmo tempo para manter a competitividade econômica global. A escola deverá, portanto, substituir a lógica do conhecimento pela lógica da competência, pois

O empregador não espera mais do assalariado uma obediência passiva a instruções precisas: ele quer que o assalariado utilize as novas tecnologias, compreenda melhor o sistema de produção ou comercialização no qual sua função está inserida, deseja que ele seja capaz de enfrentar as incertezas e demonstre *liberdade, iniciativa e autonomia* [...], seja capaz de discernir e analisar para impor a si mesmo uma conduta eficiente, como se esta última fosse ditada pelas exigências do próprio real. (LAVAL, 2019, p. 40, grifos nossos).

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen J. **Global Education** Inc. New policy networks and the neoliberal imaginary. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Ediciones Akal, 2007.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo, Boitempo, 2019.
- UNIBANCO, Instituto. **Relatório de Atividades de 2014**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- UNIBANCO, Instituto. **Relatório de Atividades de 2020**. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/>. Acesso em: 29 out. 2022.
- VERGER, Antoni. Framing and selling global education policy: the promotion of public-private partnership for education in low-income contexts. Londres: **Journal of Education Policy**, 2012.

SEÇÃO VI:
TRABALHO E CLASSES SOCIAIS

CRISE POLÍTICA E CONFLITOS DE CLASSE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O PAPEL DA CLASSE MÉDIA NA DEPOSIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF (2015-2016)

Leandro Rodrigues dos Santos¹

Em primeiro lugar, deve-se advertir que as classes sociais, a despeito das similaridades que as estruturam como classes, não são composições homogêneas (POULANTZAS, 1975; 2019). Esse fato é importante e acarreta uma série de consequências no exame de uma determinada conjuntura política. Refletindo a partir da obra de Poulantzas, Farias (2009) assinala que a burguesia se divide de forma não-estranque a partir de uma série de critérios: origem do capital (interno ou estrangeiro); b-) função do capital (industrial, comercial e financeiro); c-) escala de operações (pequeno, médio e grande porte). No cenário político brasileiro contemporâneo, esse fracionamento possui bastante relevância porque as diferentes frações burguesas se posicionaram de forma diversa em relação aos diferentes governos, como os de Fernando Henrique Cardoso e os de Lula. Por exemplo, na avaliação de Boito (2018), o grande capital internacional foi hegemônico na política brasileira durante os governos FHC e o grande capital

¹ Doutorando em Ciência Política no IFCH-UNICAMP (Bolsista CAPES). Bacharel e mestre em Ciência Política pela mesma instituição. E-mail: 1158102@dac.unicamp.br. Algumas partes deste trabalho foram baseadas parcial ou integralmente em minha dissertação de mestrado intitulada “O PMDB no *impeachment* de Dilma Rousseff (2015-2016): da patronagem à representação orgânica?” defendida em abril de 2022 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e orientada pelo Prof. Dr. Armando Boito Júnior. A pesquisa teve financiamento do CNPq (processo 130763/2019-5).

interno foi privilegiado pelas políticas de Estado durante os governos do PT, tendo sido o primeiro a força política dirigente do golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff em 2016 (PERISSINOTTO, 2016; MARTUSCELLI, 2020). Contudo, de que forma tal fracionamento ocorre na classe média? E, mais importante para a presente discussão, como isso reverbera nas múltiplas conjunturas políticas? Não temos respostas taxativas para essas questões, contudo, objetivamos apresentar algumas considerações que deverão subsidiar novas pesquisas e reflexões sobre a matéria que pretendemos realizar.

Um dado fundamental para o trabalho aqui desenvolvido é a definição de classe média. Assinale-se que a diferenciação ou homogeneidade entre classe média e pequena-burguesia é uma discussão teórica recorrente no campo marxista. Consideramos a distinção entre ambas mais procedente do ponto de vista teórico e analítico. Nicos Poulantzas (2021) argumenta que a pequena-burguesia é composta por proprietários de firmas de pequeno porte, nas quais, diferentemente das grandes empresas monopolísticas, o proprietário também atua na produção. Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo possibilitou a emergência de uma “nova pequena-burguesia” formada por trabalhadores assalariados não-produtivos vinculados à gestão das empresas privadas e ao aparato burocrático do Estado. Ou seja, o que preferimos denominar, seguindo Saes (1985), como “classe média”, Poulantzas (2021) caracteriza como uma ramificação da pequena burguesia. Apesar das diversas inserções econômicas na sociedade, o autor pontua que, sob o prisma ideológico e político, a antiga pequena-burguesia e a nova se integram sob um mesmo invólucro².

² Avaliando as mobilizações contra o governo Dilma, Perrin (2020, p. 112) pondera

Todavia, qual é a particularidade da classe média e o que a define especificamente? Nesse sentido, seguimos Saes (1985) cuja tese é de que a ideologia meritocrática constitui-se como um conjunto de ideias e valores típicos da classe média que se manifesta por meio da legitimação das desigualdades de renda e status entre os trabalhadores manuais ocupados no processo de produção e os trabalhadores intelectuais voltados às atividades de gestão, administração e demais profissões de nível superior como medicina e advocacia. A distinção social destes trabalhadores é entendida como produto de maior esforço e mérito da referida classe média, desconsiderando, assim, as assimetrias sociais de um país como o Brasil que bloqueiam o mesmo nível de oportunidades de aquisição de capital cultural para uma grande parcela da classe trabalhadora, especialmente a negra, comprovadamente o contingente que trabalha em ocupações mais precárias e com salários mais achatados.

O problema das clivagens internas da classe média ainda é um assunto que pretendemos estudar e refletir com maior intensidade; porém, cabe aqui distinguir provisoriamente a fração superior da classe média, a fração intermediária e a baixa classe média. Juizes de carreira, promotores públicos e profissionais de nível superior que possuem cargos diretivos em empresas privadas são exemplos da alta classe média tanto pela renda que auferem quanto pelo prestígio social de que usufruem. Dado que a estratificação social brasileira possui um caráter racial central, ponderamos que a fração superior da classe média é majoritariamente branca. Apenas como comparativo,

que o universo ideológico dos pequenos e médios empresários é mais próximo da classe média tradicional do que da grande burguesia e ambas compartilham correlatas trajetórias de formação e níveis de renda e consumo.

dado que nosso objeto é o comportamento da fração superior da classe média na crise do governo Dilma, julgamos adequado considerar os professores do ensino médio e fundamental do sistema público como representantes da fração intermediária ou baixa da classe média. Sendo um contingente social menos homogêneo racialmente, esses profissionais auferem ganhos significativamente menores e usufruem de menor prestígio na sociedade brasileira. Feito este preâmbulo, nos deteremos especificamente no comportamento da alta classe média na crise do governo Dilma e no *impeachment*.

De antemão, é preciso dizer que, se a classe média não é um compósito homogêneo, é imperioso assinalar que seu comportamento político também varia. Na análise de Boito (2018), as frações superiores da classe média estiveram alinhadas com a oposição aos governos petistas e assim permaneceram durante a crise do segundo mandato de Dilma. Por outro lado, segundo o autor, frações inferiores da classe média apoiaram eleitoralmente os governos petistas. Registre-se que, no decorrer do segundo governo Dilma, uma distinção importante é que uma fração particular da classe média, isto é, a alta classe média, esteve mobilizada nas ruas contra os governos petistas e teve papel muito ativo na deposição deste governo.

Nenhuma fração da classe média se caracteriza como classe dominante nas formações sociais capitalistas. Porém, elas podem se comportar como base de apoio de uma frente política hegemônica por uma fração da burguesia. A frente que depôs Dilma era inicialmente dirigida pelo grande capital internacional (BOITO, 2018) e, paulatinamente, constituiu-se um processo de convergência entre as diferentes frações da burguesia, inclusive as empresas de capital predominantemente interno e produtivo (BASTOS, 2017; SINGER,

2018). Algumas reivindicações unificavam as frações da burguesia: criação de um teto de gastos para as despesas públicas, reforma da previdência, reforma trabalhista etc.

A alta classe média serviu como base de apoio para tal frente, porém, ela tinha pautas próprias e um relativo grau de autonomia. Por exemplo, a pauta da corrupção era prioritária para tal fração de classe; por outro lado, os diferentes setores da burguesia se utilizaram do tema de forma apenas circunstancial durante o processo de deposição de Dilma Rousseff. Esta contradição gerou conflitos importantes durante o governo Temer. Enquanto a Lava Jato buscava prosseguir suas atividades e lograva atingir aliados do novo mandatário e ele próprio, as entidades patronais insistiam que a estabilidade política era importante para a aprovação das reformas e buscavam relativizar as acusações³. Enquanto isso, a alta classe média seguia mobilizada. Não por acaso, indicando algo que devemos aprofundar em trabalhos futuros, ela acabou por romper eleitoral e ideologicamente com o PSDB, sustentáculo partidário de Michel Temer, e passou a apoiar

³ Em junho de 2016, quando o governo interino de Temer sofria uma forte ofensiva da Procuradoria-Geral da República, naquele período chefiada por Rodrigo Janot, Paulo Skaf, presidente da Fiesp, organizou um encontro de Temer com 150 empresários do setor industrial como manifestação de apoio. Na ocasião, ficou explícito o apoio ao programa econômico de Temer e a preocupação com a instabilidade política provocada pela atuação do Ministério Público. Skaf ressaltou os efeitos positivos das investigações para o país, todavia, pontuou que elas não poderiam truncar o dinamismo da economia. Nas palavras do presidente da Fiesp: “A crise política pode durar semanas, meses e anos. O país não pode parar a economia por isso. A vida continua. A economia não pode parar por causa das notícias da crise política”. Completou ainda: “Se alguns se envolveram em situações ilegais, elas têm que ser separadas”. Fonte: Padilha nega influência do governo no Conselho de Ética da Câmara. Folha de São Paulo, 08 de junho de 2016.

Jair Bolsonaro, quadro político que denominamos neofascista e que se elegeu presidente da República em 2018 pelo PSL.

Durante o segundo governo Dilma, a alta classe média foi seguidamente mobilizada pelas atividades da operação Lava Jato e esteve nas ruas diversas vezes protestando contra o governo vigente. Grandes manifestações ocorreram nos dias 15 de março de 2015, 12 de abril de 2015⁴, 16 de agosto de 2015 (AMORA, DIAS, HAUBERT, URIBE, VALENTE, 2015; ARAGÃO, 2015; ARAGÃO, 2015b) e 13 de março de 2016 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016⁵). Em todas essas ocasiões, os motes fundamentais eram o protesto eletivo contra a corrupção, a aversão aos programas identificados com os governo do PT, como as cotas raciais e o programa Bolsa Família, a defesa do impedimento de Dilma e a prisão de Lula. No conjunto dos protestos, o público majoritário na cidade de São Paulo, cidade em ocorreram as maiores aglomerações, era composto de um contingente fundamentalmente branco, com ganhos familiares acima dos 10 salários mínimos e típicas profissões e trajetória escolar de alta classe média (CAVALCANTE; CORTÊS e TRÓPIA, 2015; BÄCHTOLD, 2016). No período, grupos como o MBL e o Vem Pra Rua contribuíram para organizar e dirigir essas mobilizações (FOLLMANN, 2020; STURARI, 2020).

⁴ Sobre os protestos de 15 de março de 2015 e 12 de abril, consultar: a-) Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015; b-) Protesto contra Dilma reúne 100 mil na Avenida Paulista, diz Datafolha; veja como foi. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015; c-) Irritação com corrupção foi motivação para maioria. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015;

⁵ Protestos levam mais de 1 milhão às ruas em ao menos 121 cidades, diz PM. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016.

Concluímos que o papel da alta classe média no processo de deposição de Dilma Rousseff foi muito específico e de natureza ideológica: isto é, conferir legitimidade ao processo, mostrando que o “povo” estava nas ruas pedindo o *impeachment* e o interrompimento do ciclo de governos reformistas no país. Porém, como mostramos acima, não demoraram para surgir os conflitos entre a base apoio da frente que encerrou o governo Dilma e sua direção (burguesa), o que teve importância considerável na dinâmica política posterior.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Contemporânea, número especial, p. 01-63, 2017.
- BOITO, Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Editora Unesp, 2018.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). Direita, Volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 177-197.
- CORTÊS, Mariana.; TRÓPIA, Patrícia Vieira. Pesquisa “Manifestando na Paulista”. INCIS/UFU, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/426666257512164/posts/a-pesquisa-manifestando-na-paulista-foi-realizada-no-dia-1242015-foram-aplicados/446731762172280/>. Acesso em: 25 out. 2022.
- FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. Crítica Marxista, São Paulo, n. 28, p. 81-99, 2009.

- FOLLMANN, Kiane. MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil. Curitiba: CRV, 2020.
- IANONI, Marcus. Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.
- MARTUSCELLI, Danilo. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 14, p. 67-102, 2020.
- PERISSINOTTO, Renato. Por que golpe?, mimeo, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe. Acesso em: out. 2022.
- PERRIN, Fernanda. O ovo do pato: uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. Fascismo e Ditadura. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.
- SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SINGER, André. O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STURARI, Vinícius. Manifestações brasileiras e o movimento Vem Pra Rua: breve análise dos acontecimentos. Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 02, p. 143-159, jul. – dez, 2020.

PUBLICAÇÕES EM JORNAIS

AMORA, Dimmi; DIAS, Marina; HAUBERT, Mariana; URIBE, Gustavo; VALENTE, Rubens. Dilma, Lula e Renan são os principais alvos do protesto em Brasília. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669428-dilma-lula-e-renan-sao-os-principais-alvos-do-protesto-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

BÄCHTOLD, Felipe. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 20 out. 1022.

ARAGÃO, Alexandre. Manifestantes na Paulista preferem que Dilma renuncie, diz Datafolha. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669512-manifestantes-na-paulista-preferem-que-dilma-renuncie-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

ARAGÃO, Alexandre. Maioria dos manifestantes na Paulista rejeita Renan e Temer, diz Datafolha. Folha de São Paulo, 17 de agosto de 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669516-maioria-dos-manifestantes-na-paulista-rejeitam-renan-e-temer-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 15 out. 2022.

Irritação com corrupção foi motivação para maioria. Folha de São Paulo, 13 de abril de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/215799-irritacao-com-corrupcao-foi-motivacao-para-maioria.shtml>. Acesso em: 14 out. 2022.

Padilha nega influência do governo no Conselho de Ética da Câmara. Folha de São Paulo, 08 de junho de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779547-padilha-nega-influencia-do-governo-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.

Protesto contra Dilma reúne 100 mil na Avenida Paulista, diz Datafolha; veja como foi. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615697-protesto-contradilma-reune-cem-mil-na-avenida-paulista-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 11 out. 2022.

Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Folha de São Paulo, 15 de março de 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contrao-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 09 out. 2022.

Protestos levam mais de 1 milhão às ruas em ao menos 121 cidades, diz PM. Folha de São Paulo, 14 de março de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749623-protestos-levam-mais-de-1-milhao-as-ruas-em-ao-menos-121-cidades-diz-pm.shtml>. Acesso em: 17 out. 2022.

DA ESCRAVIDÃO AO “*TRABALHO LIVRE*”: CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA PARA A SOCIOLOGIA DO TRABALHO BRASILEIRA

Agnus Boaesperança dos Santos Lauriano¹

Clóvis Steiger Assis Moura nasce em 1925 na cidade de Amarante no Estado do Piauí, filho de uma família da classe média baixa local. Em seguida, mora em Natal, Rio Grande do Norte, onde conclui seus estudos secundários, ingressa na Faculdade de Direito em Salvador, Bahia, mas não termina o curso. Nesse ínterim, Clóvis Moura se aproxima da militância comunista baiana e desenvolve uma formação autodidata em sociologia e história, ingressa no Partido Comunista Brasileiro em 1945 e após a ilegalidade desta organização pelo alinhamento automático do governo Eurico Dutra aos Estados Unidos durante a Guerra Fria, sai candidato a deputado estadual na Bahia em 1947 pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), porém não obtém êxito eleitoral. (MESQUITA, 2003; MALATIAN, 2022) Nos anos 1950, transfere-se para São Paulo, onde reside até o final dos seus dias, militando na frente cultural do PCB, trabalha como jornalista em jornais como *Última Hora*, *Diários Associados*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Carlos* e é secretário de redação da revista *Princípios* ligada ao PCB, além de atuar na imprensa negra paulista. Sua militância no PCB ocorre até 1962 com a cisão

¹ Sociólogo formado pela Universidade Estadual de Campinas e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade sob a orientação do professor Mário Augusto Medeiros da Silva. Pesquisa no mestrado: A Articulação entre Capitalismo Dependente Brasileiro e Racismo nas Obras de Clóvis Moura e Florestan Fernandes. E-mail: agnus.lauriano@gmail.com

de um setor que em seguida forma o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Moura mantém um diálogo crítico com o segundo partido até o final da sua vida. Em 1975 forma o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, o IBEA, entidade na qual reúne militantes remanescentes da Frente Negra Brasileira como José Correia Leite e Raul Joviano do Amaral, organiza debates sobre o marxismo e a questão racial com intelectuais como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros. Torna-se uma importante referência para a militância que formará o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e outras entidades da luta antirracista a partir deste período, como a União de Negros pela Igualdade, a UNEGRO. Durante a década de 1990 até o seu falecimento na cidade de São Paulo em 2003, mantém uma relação de proximidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sua primeira obra e a mais conhecida, *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas* publicada em 1959 é uma sistematização da luta dos negros escravizados contra o modo de produção escravista desde a sua vigência em meados do século XVI até a sua extinção com a Abolição em 1888. Neste livro, Moura aborda as mais diversas formas de lutas que os escravizados tiveram em longa duração, seja nas fugas, nas formações de quilombos com destaque principal ao Quilombo dos Palmares, nas participações dos principais movimentos políticos populares durante a Colônia e o Império como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Balaiada, a Farroupilha e outros movimentos, como o subtítulo do livro sugere. É considerado um clássico da luta de classes no Brasil sob a ótica do proletariado negro e no resgate histórico da luta e resistência quando eram escravizados e explorados sob o modo de produção

escravista que fazia parte do circuito de acumulação primitiva do modo de produção capitalista, produzindo riquezas de forma contrafeita que eram apropriadas privadamente pelas classes dominantes coloniais. Podemos até considerar que se aproxima e até antecipa elementos, como a agência dos explorados ou subalternos na análise histórica ou na dinâmica social, como afirma Clóvis Moura, colocados por uma corrente historiográfica conhecida como “*História Vista de Baixo*”, que descende da historiografia marxista britânica surgida a partir dos anos 1950 e muito influente na nova historiografia da escravidão brasileira originada nos anos 1980, quando afirmam o primado da agência dos sujeitos sobre as análises estruturais.² Em *Rebeliões da Senzala* e outras obras de Moura, não existe uma divisão preferencial entre agência e estrutura, os dois conceitos colocam-se como uma unidade de contrários em movimento e apontando para uma síntese de múltiplas determinações entre a interação da luta de classes sob a contradição entre forças produtivas materiais e relações sociais de produção, coerente com o pressupostos do materialismo histórico (FARIAS apud MOURA, 2022). *Rebeliões da Senzala* inclusive é um forte contraponto a uma historiografia e uma sociologia conservadora brasileira que nega o papel do escravizado como agente histórico de luta pela sua libertação e coloca-o como um sujeito passivo ou que não possui capacidade de rebelar-se contra

² A obra mais significativa desta corrente historiográfica é *A Formação da Classe Operária Inglesa* de Edward Palmer Thompson publicada em 1963 na Inglaterra e no Brasil em 1987. Consideramos as principais referências desta nova historiografia da escravidão brasileira inspirada no historiador inglês autores como Sidney Chalhoub, Robert Slenes, Silvia Hunold Lara, João José Reis, entre outros. Um artigo que sintetiza a visão deste campo historiográfico é *Sujeitos no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia Brasileira Desde os Anos 1980* de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva.

a exploração e opressão promovidas pelo escravismo. O título da obra é um claro contraponto a um clássico do pensamento social brasileiro: *Casa-Grande & Senzala* do sociólogo e antropólogo pernambucano Gilberto Freyre.

Moura desenvolve suas pesquisas sobre a situação do negro após a Abolição e a consequente interpretação da formação social brasileira sob esta perspectiva à luz do materialismo histórico em outras obras como *O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão* publicado em 1977, *Brasil: Raízes do Protesto Negro* publicado em 1983, *Sociologia do Negro Brasileiro* publicado em 1988 e *Dialética Radical do Brasil Negro* publicado em 1994. Em *O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?*, Clóvis Moura desenvolve o conceito de *estratégia de barreiramento ou peneiramento/estratégia de imobilismo social da população negra* inspirada no antropólogo alemão Emílio Willems que caracteriza como as diversas formas que a classe dominante retira o negro recém-liberto da escravidão para as “franjas” ou “margens” do mercado de trabalho assalariado em formação no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Esta estratégia tem várias políticas, segundo o Moura, desde a recusa dos patrões em empregar trabalhadores negros (pretos e pardos) em suas empresas, o discurso ideológico provido pela imprensa burguesa e branca e nos debates parlamentares sobre a incapacidade do negro em exercer profissões assalariadas – sendo apenas adaptado ao trabalho escravo, a promulgação da Lei de Terras em 1850, o mito da democracia racial em que o Brasil é uma sociedade não segregacionista e que a responsabilidade pela não mobilidade social é de completa responsabilidade da população negra, a imigração europeia subvencionada pelo Estado

brasileiro, dentre outras³ (MOURA, 2021 e 2019). Levando a grande maioria da população negra na chamada marginalidade ou em definições conceituais da Crítica da Economia Política de Karl Marx para o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa.

O discurso da incapacidade ou falta de adaptação do negro para o trabalho assalariado, a disciplina laboral fabril, dentre outras características da organização capitalista do trabalho, é falso como demonstrado por Clóvis Moura em *Sociologia do Negro Brasileiro*, apoiando-se em fontes primárias pesquisadas por historiadores como Emília Viotti da Costa e Heitor Ferreira Lima. O negro esteve presente nas atividades manufatureiras e artesanais em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, sendo liberto ou escravizado. Profissões na manufatura como alfaiataria, caldeiraria, carpintaria, serralheira, ferraria, marcenaria, ourives, pedreiros, dentre outras, tiveram a presença de negros. A substituição do negro brasileiro pelo imigrante europeu é notoriamente uma política racista através da estratégia de barreiramento e imobilismo social, especialmente no mercado de trabalho. Esta substituição é realizada com subsídios do Estado brasileiro, especialmente da antiga província de São Paulo, construindo uma imigração massiva de europeus a partir das três últimas décadas do século XIX, também em decorrência do fim do comércio de escravos a partir de 1850 (AZEVEDO, 1987; MOURA, 2019).

Estando a população negra presente em grande parte dos trabalhos manuais não qualificados e do exército industrial de reserva, não só terá as menores remunerações neste mercado de trabalho,

³ Este elenco de medidas que forma a estratégia do imobilismo social da população negra não só é abordado em *O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?*, como também são abordadas nas obras posteriores de Clóvis Moura elencadas acima.

como também estará na completa informalidade em trabalhos precarizados. Segundo o sociólogo piauiense, ocorre uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho na economia brasileira:

Em determinada fase da nossa história econômica houve uma coincidência entre a divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Mas, através de mecanismos repressivos ou simplesmente reguladores dessas relações ficou estabelecido que, em certos ramos, os brancos predominassem, e, em outros, os negros e seus descendentes diretos predominassem. Tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, **nobre**, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo sub-trabalho, o trabalho não qualificado, braçal, **sujo** e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição. (MOURA, 2019, pg. 102 e 103.)

Podemos a partir destes elementos colocados por Clóvis Moura pensar no que poderiam ser suas contribuições para a qualificação de pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho no Brasil e na América Latina. As obras que podemos qualificar como parte da sociologia do trabalho brasileira quase nunca abordam a situação do proletariado negro no Brasil e muito menos fazem uma ponte entre suas condições de vida, suas lutas e resistência nos tempos do modo de produção escravista. Para certos clássicos, como Azis Simão e Leôncio Martins Rodrigues, a luta de classes parece ter iniciado no período anarcossindicalista do movimento dos trabalhadores ou mesmo na greve de 1917, ignorando toda a agência de luta e resistência dos negros escravizados e libertos no período anterior,

e subestimando o papel dos mesmos na luta de longa duração que criou as condições da Abolição da Escravatura, como a tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso.

Recentemente tem ocorrido esforços historiográficos mostrando que a separação entre trabalho escravo e trabalho livre não era tão estanque como esta literatura clássica afirmava. Clóvis Moura é um dos autores que demonstra isso sob a perspectiva da população negra na luta antirracista. Outros autores desde o final da década de 1970 buscam colocar esta questão até mesmo como parte do desenvolvimento desigual do escravismo e do capitalismo brasileiro como Peter Eisenberg. Outros, como Marcelo Badaró Mattos, buscam vincular não só a coexistência entre trabalho escravo e trabalho assalariado nos mesmos locais de trabalho, como também mostrar que muitos militantes do nascente movimento operário brasileiro não só eram anti-abolicionistas, sendo parte desses militantes composta por negros.

A necessidade destas contribuições e inclusive a de Clóvis Moura é a busca de elementos para dar mais concretude aos sujeitos estudados e pesquisados pela sociologia do trabalho brasileira, a importância de colocar o racismo como parte fundamental da divisão da classe trabalhadora brasileira na sua unidade de luta por melhores condições de vida e contra o capital, e o próprio entendimento da formação social brasileira cuja economia foi e ainda é calcada na exploração ou mesmo até na superexploração do trabalho de milhões de trabalhadores e trabalhadoras negras. Ou seja, captar o que é a divisão social do trabalho no Brasil, incluindo a questão racial e também a questão de gênero, sobre esta última as contribuições de Lélia Gonzalez podem dialogar de forma profícua com a obra e as

problemáticas colocadas por Clóvis Moura, inclusive na questão da superexploração do trabalho como o diálogo entre estes dois autores pode qualificar a concretude do que este conceito formulado com base na Crítica da Economia Política por Ruy Mauro Marini.

É necessário desconstruir uma imagem e também um imaginário, seja acadêmico ou do campo da esquerda, para lembrar o artigo de Chalhoub e Teixeira ao se inspirar e dialogar com o famoso artigo de Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles, sobre o que é a classe trabalhadora brasileira hoje e na sua história como boa parte da sociologia do trabalho e da história do trabalho. Uma imagem de uma classe trabalhadora masculina, branca, de ascendência europeia, heterossexual e de “colarinho azul”. Inclusive é mister aprofundarmos as pesquisas sobre o racismo no interior da luta de classes do proletariado brasileiro, em especial, no movimento sindical, nos movimentos sociais e partidos políticos. Para isso, a obra de Clóvis Moura é incontornável como um ponto de partida.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites no Século XIX*, São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia Brasileira Desde os Anos 1980*, Campinas: Cadernos AEL, 14 (26), 13-45.

- EISENBERG, Peter. Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco, São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FARIAS, Márcio. Nota do Editor apud MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra, São Paulo: Dandara Editora, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- MALATIAN, Teresa. Clóvis Moura: Uma Biografia, Teresina: Editora UESPI, 2022.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro 1: O Processo de Produção do Capital, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis, Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 3, 557-577.
- MOURA, Clóvis. Brasil: Raízes do Protesto Negro, São Paulo, Global, 1983.
- MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão?, São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas, São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro, São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Escravizados e Livres: Experiências Comuns na Classe Trabalhadora Carioca, Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

PAOLI, Maria Célia, SADER, Eder e TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico – Notas de uma Pesquisa, Revista Brasileira de História, Volume 03, nº 06 São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

SIMÃO, Azis. Sindicato e Estado, São Paulo: Ática, 1981.

REGULAÇÃO DO TRABALHO E DISCURSO EMPRESARIAL NO CENÁRIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Victória Vilas Boas¹

INTRODUÇÃO

As empresas que utilizam plataformas digitais têm como fio condutor nos discursos a ideia de autonomia e flexibilidade do trabalho, especialmente modelos de negócio como os da Uber, centrados nos serviços de transporte de passageiros e entregas de mercadorias. Esta narrativa é parte da disputa política e social em torno de qual modelo contratual deve e pode ser adotado nessa atividade, no campo do direito trabalhista, pois põe em xeque qual a natureza dessa relação laboral. Nesse sentido, a dinâmica jurisprudencial tem variado em diversos países, incluindo o reconhecimento do vínculo empregatício, da figura jurídica intermediária ou da autonomia, por exemplo.

O presente trabalho tem como objetivo levantar dados a respeito da dinâmica da regulação do trabalho das plataformas digitais no Brasil, e sistematizar os principais argumentos suscitados pelo judiciário brasileiro nas decisões proferidas nas instâncias superiores dos tribunais. Para isso, a metodologia adotada consiste na (i) revisão

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) na Unicamp, orientada por Prof. Dra. Ludmila K. Abílio. Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora do projeto Caminhos do Trabalho (UFBA-MPT). E-mail: victoria.vbs@hotmail.com.

bibliográfica especializada no tema e de pesquisas existentes; na (ii) análise dos movimentos da regulação laboral referente às plataformas no Brasil; e no (iii) mapeamento dos argumentos utilizados pelo magistrado nos acórdãos que rejeitam o vínculo empregatício entre empresas e trabalhadores do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

O texto está dividido nessa breve introdução e em mais três partes. A primeira delas busca introduzir o debate da literatura especializada sobre o trabalho nas plataformas digitais e o discurso das supostas novas formas de emprego. O tópico seguinte visa sistematizar os principais movimentos da regulação no Brasil e os argumentos utilizados pelos tribunais nas decisões. Por fim, tem-se as considerações finais.

SURGIMENTO DAS SUPOSTAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

Em termos históricos, nas últimas quatro décadas, uma série de transformações vêm se concretizando e repercutindo na forma que a sociedade contemporânea se organiza e na forma como o capital reage ao direito do trabalho. Recentemente, corroborando esses movimentos, verificam-se a) a aceleração do aprimoramento das tecnologias de comunicação e informação (TICs), b) o surgimento do modelo de negócios das plataformas digitais e c) a capacidade crescente de extração de valor do que se conhece como *big data* (VALENDUC, 2019).

No presente século, estudos e análises acerca dos impactos sociais do avanço das novas TICs e da indústria 4.0, buscam posicionar o trabalho assalariado, socialmente protegido, novamente

sob questionamento, como observado no trabalho nas plataformas (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020). Recorrentemente, a argumentação de que o assalariamento está em declínio e que as legislações trabalhistas tradicionais são incompatíveis com as “novidades” do campo do trabalho atravessa as discussões². Tal narrativa pode ser visualizada pela fala do CEO do iFood nos meios de comunicação, “A ideia não é acabar com a legislação trabalhista existente, [...] mas abrir caminho para construir [...] um marco regulatório que não obrigue o trabalhador dessas plataformas a escolher entre ter mais benefícios e segurança na atividade ou ter menos flexibilidade e autonomia.” (BLOISI, 2021).

A plataformação é um fenômeno emergente, difundido internacionalmente e investigado em distintas áreas do conhecimento. Ainda que os estudos na temática venham crescendo rapidamente, não há um consenso em sua caracterização. Dentre os conceitos e definições que os configuram, Filgueiras e Dutra (2021) denotam a *uberização* como “estratégia de organização e gestão do trabalho assalariado” (p. 8), a qual tem como principais aspectos 1) uso das TICs; 2) negação da condição empregatícia ou de trabalho; e 3) relações de trabalho arbitrárias e imprevisíveis. Abílio (2019; 2020), por sua vez, entende como um novo modo de controle, gerenciamento e organização do trabalho como uma tendência global associada à utilização das plataformas digitais.

² Discursos sustentados pelas classes dominantes têm o potencial de legitimar e reproduzir práticas empresariais e políticas públicas que, historicamente, buscam reduzir os custos do trabalho para as grandes empresas e, conseqüentemente, desmantelar os direitos sociais do trabalho (SERRANO, JANSEN, 2019). Nesse cenário, aponta-se para uma espécie de “novo adeus à classe trabalhadora”, indicando o fim da regulação de proteção social como um movimento inexorável (CAVALCANTE, FILGUEIRAS, 2020).

Grande parte das corporações desse setor são representadas por organizações de porte mundial, como Uber, Glovo, Deliveroo e iFood (MORAES; OLIVEIRA; ACCORSI, 2019). Estas, por sua vez, se apresentam como empreendimentos tecnológicos que cumprem a função de intermediar clientes e prestadores de serviço (GLOVO, 2021; UBER, 2021). Baseado neste pretexto, o discurso empresarial aponta para a inexistência de subordinação entre as plataformas e os trabalhadores, os quais são denominados como “colaboradores” ou “parceiros”, muitas vezes convertidos em clientes ou usuários (FARELL, GREG, 2016; VALENDUC, 2019). Observa-se recorrentemente a justificativa fundamentada na ideia da ausência de vínculo empregatício entre contratantes e contratados, tendo trabalhadores classificados como autônomos, (CARDOSO, ARTUR, OLIVEIRA, 2020; SIQUEIRA, PEDREIRA, VILAS BOAS, 2020).

Embora esta seja uma atividade que tem crescido em muitos países, Abílio (2021) aponta que, na especificidade brasileira, essa ocupação já nasce como uma ocupação tipicamente juvenil, negra e periférica, tendo em vista que exige praticamente nenhuma experiência, nenhuma regulação e um baixo investimento. Grande parte da juventude negra carece de oportunidades no mercado de trabalho, o qual reflete o racismo e as suas práticas. Em outras palavras, a população negra, em sua maioria, está inserida em uma realidade de trabalho informal e sem proteção social via legislação trabalhista, com jornadas extenuantes, rendimentos instáveis e insegurança de vida e labor (GONZALES, 2022). No contexto do Sul global, as práticas sistêmicas de flexibilização, informalidade, precarização, bem como uma força sobrando de trabalho engendram um eixo atrativo de capital, marcado pela exploração de grandes corporações, como o caso dessas empresas (ANTUNES, 2021).

DINÂMICAS DA REGULAÇÃO E DISCURSO EMPRESARIAL

Conforme a literatura, a proteção trabalhista atua historicamente como instrumento legal apto a eleger ordenamentos jurídicos e normatizar as regras que delimitam as formas de exploração da força de trabalho (CARELLI, OLIVEIRA, 2021; KREIN, BIAVASCHI, 2015; MPT, 2018; SERRANO, JANSEN, 2019). Esse movimento está vinculado às formas de regulação laboral, em que trabalhadores, empregadores, organizações coletivas e Estado são os principais agentes inseridos na arena de disputas sociopolíticas subjacentes a este processo (DUTRA, 2017; OFFE, 1989).

Embora as empresas desse setor adotem a prática do assalariamento disfarçado (OIT, 2019), as decisões dos tribunais em instâncias superiores, em contexto internacional, têm se inclinado para o reconhecimento da relação de emprego em meio ao embate entre capital e trabalho (ALBERAGARIA, VILAS BOAS, 2020). Nessa seara, o Brasil se destaca na disputa pela regulação.

As propostas de regulação trabalhista e a jurisprudência brasileira têm posições divergentes acerca da possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício. Há a profusão legislativa de diferentes projetos de lei, relacionada ao trabalho nas plataformas digitais, que varia entre uma proteção plena do emprego ou uma proteção intermediária, com destaque nos PLs 3748/2020, 4172/2020 e 974 (OLIVEIRA, PEREIRA, VILAS BOAS, 2021). Para a esfera do judiciário, nas decisões das instâncias superiores, há 4 votos contra o reconhecimento do vínculo e 1 a favor, no caso do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Supremo Tribunal de Justiça (STJ)

(CONJUR, 2022). Dentre os que não foram favoráveis, três estiveram sob o juízo do TST e um do STJ. Nesse sentido, demonstra-se a seguir os principais argumentos levantados pelos colegiados nos acórdãos que o vínculo foi indeferido.

No acórdão do STJ de setembro de 2019, o relator ministro Moura Ribeiro declarou que a matéria cabe a esfera cível (BRASILa, 2019). Dentre os argumentos levantados pelo magistrado, destaca-se i) não cumprimento dos requisitos da relação empregatícia, conformando-se, então, como trabalho autônomo ou eventual; ii) a empresa se apresenta como intermediadora dos clientes e motoristas “parceiros”, inexistindo hierarquia entre as partes; iii) esse vínculo é parte da economia compartilhada, apresentada como uma novidade nos modelos de negócios. Portanto, a relação estabelecida é de natureza cível e não de trabalho.

Na Justiça do Trabalho, a 5ª Turma do TST indeferiu sob unanimidade o reconhecimento da condição de emprego entre motorista e Uber, em 5 de fevereiro de 2020 (BRASILb, 2020). De acordo com o ministro e relator Breno Medeiros, as provas do processo indicariam autonomia e poder decisório ao motorista em relação ao momento de conexão a plataforma, bem como o aplicativo não configura relação de emprego, e sim de intermediação entre as partes. O ministro Douglas Alencar Rodrigues, por sua vez, argumentou que as normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não são compatíveis com as novas relações trabalhistas presente nas plataformas.

Conforme ministro relator Bruno Medeiros, em acórdão

Defende que houve confissão do autor quanto à possibilidade de ficar off-line, que a mera sugestão de preço pela Uber não gera subordinação e que avaliação dos serviços pelos usuários visa a preservação da coletividade, vez que o bom padrão de serviços é fundamental para o sucesso de uma plataforma eletrônica, gerando confiabilidade, qualidade e consumo.

Convém ressaltar, ademais, que a possibilidade de avaliação dos motoristas pelos usuários, e vice-versa, sequer tangencia com a presença de subordinação, consubstanciando, em verdade, ferramenta de *feedback* para os usuários finais quanto à qualidade da prestação de serviços do condutor, de interesse de todos os envolvidos.

Conhecido o recurso, por ofensa ao art. 3º da CLT, consequência lógica é o seu provimento para restabelecer a sentença que não reconheceu o vínculo de emprego e julgou improcedentes os pedidos formulados na inicial (BRASILb, 2020, p.1).

Em 11 de setembro de 2020, a 4ª Turma do TST indeferiu com decisão unânime o vínculo empregatício entre motorista e Uber em recurso de revista advindo da decisão do TRT-3 (MG), sob processo 10575-88.2019.5.03.0003 (BRASILc, 2020). Conforme expôs o relator, os elementos fáticos presentes no processo não são abarcados pelos critérios da CLT, pois não preenche nenhum dos requisitos da relação empregatícia, não há poder hierárquico e diretivo por parte da empresa, bem como o motorista “usuário” tem a liberdade para executar as atividades sem fiscalização e punição. Portanto, exige-se uma lei própria que se enquadre na nova relação de trabalho, que seria o caso da Lei 11.442/2007 do transportador autônomo. A decisão seguiu as recomendações da declaração supramencionada do STF.

Em acórdão, conforme ministro relator Alexandre Luiz Ramos,

O trabalho pela plataforma tecnológica – e não para ela –, não atende aos critérios definidos nos artigos 2º e 3º da CLT, pois o usuário-motorista pode dispor livremente quando e se disponibilizará seu serviço de transporte para os usuários-clientes, sem qualquer exigência de trabalho mínimo, de número mínimo de viagens por período, de faturamento mínimo, sem qualquer fiscalização ou punição por esta decisão do motorista, (BRASILc, 2020, p. 12)

Em 2 de fevereiro de 2021, 4ª Turma do TST tornou a negar vínculo de emprego entre motorista e Uber, no processo nº 10555-54.2019.5.03.0179 (BRASILd, 2021). Segundo o entendimento do colegiado, a autonomia se faz presente na escolha do dia, do horário e na forma de trabalhar, além da inexistência de metas impostas pela empresa. O relator Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho também indicou a facilidade de obter renda por parte dos usuários durante a pandemia da covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve como objetivo analisar a dinâmica da regulação do trabalho e o discurso ideológico mobilizado pelo capital, à luz do trabalho nas ditas plataformas digitais. A jurisprudência brasileira pondera a inexistência da subordinação e, portanto, da relação empregatícia, tendo quatro decisões contra e apenas uma recente a favor. Observa-se que, dentre os entendimentos contrários, os argumentos levantados giram em torno de 1) plataformas são empresas de tecnologia; 2) trabalhador possui autonomia para gerir o

trabalho, a exemplo da definição de jornada e forma de exercer as atividades; 3) não há hierarquia entre as partes, tendo em vista que se trata de uma intermediação entre os usuários; e 4) os elementos presentes na CLT não dão conta dos aspectos que configuram as “novas” relações trabalhistas presentes nas plataformas digitais. Nesse sentido, o discurso arraigado pelos magistrados é o mesmo mobilizado pelas grandes empresas no intuito de negar a condição de assalariamento no trabalho plataformizado. Esta é uma parte de pesquisa de mestrado em curso, a qual pretende aprofundar tais questões abordadas.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: A era do trabalhador just-in-time?**. Revista de Estudos Avançados, v. 34, n. 98, 2020b, pp. 111-26.
- ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: do empreendedorismo para o auto-gerenciamento subordinado**. Revista Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad, 2019, v. 18, n. 3, pp. 1-11.
- ABÍLIO, Ludmila C. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. Org. Rafael Grohmann. São Paulo, Boitempo, 2021.
- ALBERGARIA, Pedro; VILAS BOAS, Victória. **Trabalhadores versus “aplicativos”: disputas no Brasil e no mundo**. Brasil: Bnews, 2021. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/artigo/1417,trabalhadores-versus-aplicativos-disputas-no-brasil-e-no-mundo.html>. Acesso em: mar. 2021.
- ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho. *In: Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas.* Org. Rafael Grohmann. São Paulo, Boitempo, 2021.

BLOISI, Fabricio. **Novas regras para novas relações de trabalho.** Brasil: Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/07/novas-regras-para-novas-relacoes-de-trabalho.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2021

BRASILa. **Superior Tribunal de Justiça.** Acórdão nº CC 164544. Suscitante: Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Poços de Caldas (MG). Suscitado: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Poços de Caldas (MG). Relator: Ministro Moura Ribeiro: Acórdão nº CC 164544. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stj/859430549/inteiro-teor-859430559>. Acesso em: out 2020.

BRASILb. **Tribunal Superior do Trabalho (5ª Turma).** Acórdão nº RR – 1000123-89.2017.5.02.0038. Recorrente: Uber do Brasil Tecnologia LDTA. Recorrido: Marcio Vieira Jacob. Relator: Ministro Breno Medeiros: Acórdão nº RR – 1000123-89.2017.5.02.0038. Brasília, fev 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tst/807016681/inteiro-teor-807016787>. Acesso em: out 2020.

BRASILc. **Tribunal Superior do Trabalho (4ª Turma).** Acórdão nº 10575-88.2019.5.03.0003. Agravante: Ricardo Ramos de SA. Agravada: Uber do Brasil Tecnologia LDTA. Relator: Ministro Alexandre Luiz Ramos: Acórdão nº 10575-88.2019.5.03.0003. Brasília, set 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/processo10575-8820195030003.pdf>. Acesso em: out 2020.

BRASIL d. **Tribunal Superior do Trabalho (4ª Turma)**. Acórdão nº 10555-54.2019.5.03.0179. Recorrente: Neder Henrique Gomes Correa. Recorrida: Uber do Brasil Tecnologia LTDA. Relator: Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho: Acórdão nº 10555-54.2019.5.03.0179. Brasília, mar 2021. Disponível em: <http://celioneto.adv.br/wp-content/uploads/2021/03/Voto-UBER-RR-10555-54.2019.5.03.0179-6223090.pdf>. Acesso em: out 2021.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira; ARTUR, Karen; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. O Trabalho Nas Plataformas Digitais: Narrativas Contrapostas De Autonomia, Subordinação, Liberdade E Dependência. **Revista Valore**, Volta Redonda, 5 (edição especial): 206-230, 2020.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda; OLIVEIRA, Murilo de Carvalho. **As plataformas digitais e o direito do trabalho: como entender e proteger as relações de trabalho no século XXI**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

CONJUR. **TST reitera pela 4ª vez que não existe vínculo entre motoristas e a Uber**. Brasil: 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-11/tst-reitera-vez-nao-existe-vinculo-entre-motoristas-uber>. Acesso em: maio 2021.

CONJUR. **Em decisão inédita, TST reconhece vínculo de emprego entre Uber e motorista**. Brasil: 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-08/turma-tst-reconhece-vinculo-emprego-entre-uber-motorista#:~:text=Em%20decis%C3%A3o%20in%C3%A9dita%2C%20TST%20reconhece%20v%C3%ADnculo%20de%20emprego%20entre%20Uber%20e%20motorista&text=A%203%C2%AA%20Turma%20do%20Tribunal,motorista%20e%20o%20aplicativo%20Uber>. Acesso em: abr. 2022.

- DE STEFANO, Valerio Michele. Automação, inteligência artificial e proteção laboral: padrões algorítmicos e que fazer com eles. *In*: CARELLI, Rodrigo; CAVALCANTI, Tiago; FONSECA, Vanessa. **O futuro do trabalho**: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília: ESPMU, 2020, p. 21.
- DUTRA, Renata. Trabalho, regulação e cidadania: a dialética da regulação social do trabalho em call centers na Região Metropolitana de Salvador. 2017. 388 f., il. **Tese (Doutorado em Direito)** - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- DRUCK, Graça. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **CADERNO CRH**, Salvador, n.24/25, p.21-40, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- FARRELL; Greig. **Paychecks, Paydays, and the Online Platform Economy Big Data on Income Volatility**. [s. l.]: JP Morgan Chase & Co Institute, 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2911293
- FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FILGUEIRAS, Vitor. As promessas da reforma trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. *In*: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 13-52.
- FILGUEIRAS, Vitor *et al.* **Projeto Caminhos do Trabalho**: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. O trabalho no século XXI e o novo adeus à classe trabalhadora. **Princípios**, v. 1, n. 159, p. 11-41, 2020.

FILGUEIRAS, Vitor; DUTRA, Renata. DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES ENTRE TERCEIRIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO: os conceitos como palco de disputas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-14, e021033, 2021.

Gl. Entregadores de aplicativos começam a ter direitos trabalhistas em Nova York. Brasil: 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/01/24/entregadores-de-aplicativos-comecam-a-ter-direitos-trabalhistas-em-nova-york.ghtml>. Acesso em: maio 2022.

GLOVO. TÉRMINOS Y CONDICIONES DEL USO DE LA PLATAFORMA DE GLOVO PARA LOS REPARTIDORES AUTÓNOMOS. Disponível em: <https://glovoapp.com/en/legal/terms-couriers/>. Acesso em: ago. 2021.

GONZALES, L. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KALIL, Renan B. ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 2, p. 79-93, ago./nov. 2020.

KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000. **CUADERNOS DEL CENDES**, AÑO 32. Nº 89 TERCERA ÉPOCA, 2015.

MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; OLIVEIRA, Marco Antonio Gonsales de; ACCORSI, André. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 647- 681, 2019.

MPT. **Empresas de transporte, plataformas digitais e relações de emprego:** um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos. Gráfico Movimento, Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.

OFFE, Claus. (1989), **Trabalho & Sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OIT. **Non-Standard Employment Around The World:** Understanding challenges, shaping prospects. International Labour Office – Geneva: ILO. 2019.

OLIVEIRA, Murilo de; PEREIRA, Victor; VILAS BOAS, Victória. **Três projetos para regular as empresas-aplicativos.** Brasil, 2021: Outras Palavras. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/tres-projetos-para-regular-as-empresas-aplicativo/>. Acesso em: jul. 2021.

PODER JUDICIAL. **El Tribunal Supremo declara la existencia de la relación laboral entre Glovo y un repartidor.** Espanha: 2020. Disponível em: <https://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder-Judicial/Tribunal-Supremo/Noticias-Judiciales/El-Tribunal-Supremo-declarar>. Acesso em: set. 2020.

RIBEIRO, Ailana Santos; DA CUNHA, Raissa Lott Caldeira. Um estudo sobre os direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores enquadrados na Assembly Bill 5: desmistificando o discurso neoliberal da desregulamentação trabalhista nos EUA. *In: Trabalhadores Plataformizados e o Acesso à Justiça Pela Via dos Direitos: Regulações e Lutas Em Países das Américas, Europa e Ásia Voltadas Ao Reconhecimento, Redistribuição e Representação.* Org: Adriana Goulart de Sena Orsini *et al.* Belo Horizonte, 2021: Editora Expert.

- SERRANO, Amparo Pascual; JANSEN, Maria. **Deconstruction of Employment as a Political Question**. Palgrave Macmillan, edición: 1st ed. 2019.
- SIQUEIRA, Leonardo Moura.; PEDREIRA, Sara; VILAS BOAS, Victória. Tempos de pandemias no capitalismo contemporâneo. **Princípios**, v. 1, n. 159, p. 76-106, 2020.
- UBER. **Termos Gerais de Uso**. Brasil: 2021. Disponível em: <https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?country=brazil&lang=pt-br&name=general-terms-of-use>. Acesso em: abr. 2021.
- VALENDUC, Gérard. New form of work and employment in the digital economy. *In: The Deconstruction of Employment as a Political Question*, eds A. Serrano-Pascual and M. Jepsen. Brussels: Palgrave Macmillan, 2019. p. 63-80.

SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL DE 2012 A 2021

Renata Falavina Cardoso de Oliveira¹

A Lei Geral de Acumulação Capitalista (LGAC) concebida por Karl Marx e especialmente versada no capítulo 23 do Livro I de “O Capital” apresenta ampla potencialidade explicativa acerca da realidade social contemporânea, sendo considerada enquanto pedra angular do quadro teórico a ser mobilizado na presente pesquisa.

Para pensar o significado desta lei, primeiramente faz-se necessário compreender o que se entende por acumulação capitalista. Esta questão remete à diferenciação entre reprodução simples e reprodução ampliada do capital, bem como à consideração da tendência a esta última, em que gradativamente a escala de produção é ampliada, e não somente a classe trabalhadora se reproduz enquanto tal ao passo que reproduz a classe capitalista enquanto detentora dos meios de produção. Acumulação, portanto, pode ser pensada como significando reprodução ampliada do capital, ou seja, o processo continuado e sempre em maior escala de valorização do valor.

Assim, a lei em comento chama a atenção para a contradição central do capitalismo, irreconciliável e insuperável dentro deste modo de produção, a saber: ao passo que a produção é cada vez mais coletiva e social (tendo em vista o aumento das forças produtivas e

¹ Mestranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, com a orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes e com o fomento da CAPES. E-mail: r201564@dac.unicamp.br

da divisão social do trabalho), a apropriação, contrariamente, é cada vez mais privada. Isso significa dizer que quanto maior for a riqueza social, maior será a miséria no lado oposto. Por um lado, o crescimento do capital em tamanho e força; por outro, o crescimento do proletariado e de seu segmento de reserva. Acumular capital, portanto, é acumular miséria.

Com isso em vista, o problema que guia a construção de Marx acerca desta lei é também uma nossa indagação. Afinal, qual é o impacto sobre a classe trabalhadora que a acumulação capitalista gera? Como a acumulação afeta as condições de vida e de trabalho daqueles/as que sobrevivem da venda de sua força de trabalho?

Ao analisar as transformações na composição orgânica do capital (COC), Marx observa que à medida que aumenta a escala de acumulação, se a COC não mudar, a taxa de lucro tende a ser reduzida e haverá que se falar em crise. Para evitar que isso ocorra, a classe capitalista tende a alterar a relação entre capital constante e capital variável, do que decorre uma outra tendência, a de aumento da COC. Esta, por sua vez, gera uma terceira tendência, a de criação do Exército Industrial de Reserva (EIR).

O aspecto da LGAC que nos interessa sobremaneira é precisamente o papel que a superpopulação relativa do capitalismo (também denominada como EIR) exerce sobre a sorte da classe trabalhadora em geral. Vale dizer, a classe trabalhadora é negativamente impactada pela acumulação capitalista posto que esta gera, necessariamente, um segmento de trabalhadores/as que exacerba a demanda capitalista. Estes/as trabalhadores/as, por sua vez, pressionam o segmento ativo a subalternizar-se às imposições capitalistas, pois não querem do passar a fazer parte das fileiras dos supra numéricos, a parcela

ativa submete-se a tais ditames. Mas ao fazê-lo, ela aumenta ainda mais a parcela de reserva, que então a pressiona mais e mais. E assim avança e se engrandece o movimento incessante de acumulação e exploração.

A concretude da LGAC, contudo, não é estanque, mas se transforma na história. É com o intuito de entremear esta lei com o hodierno, que se aborda a Teoria Marxista da Dependência. Ruy Mauro Marini em “Dialética da Dependência”, ao localizar as tendências e contratendências das leis capitalistas no tempo e no espaço, aponta para as diferenças entre o capitalismo central e o periférico.

Nesse sentido, Marini define o capitalismo nas economias dependentes como *sui generis*. Dependência, por sua vez, é entendida como a relação de subordinação entre países independentes apenas formalmente, por meio da qual as relações de produção destes países subordinados contribuem para a reprodução ampliada da dependência.

Já a superexploração da força de trabalho é tida como a característica estrutural da condição de dependência. Isso porque a integração das diversas economias nacionais a um mercado globalizado não se dá sem que as relações de produção sejam marcadas pela desigualdade. A troca desigual empreendida entre as formações sociais, no mais, não prescinde da transferência de valor, de sorte que o excedente gerado na periferia é apropriado no centro. Como resposta dos/as capitalistas periféricos/as a essa perda do controle sobre seus recursos, mais excedente é expropriado dos/as trabalhadores/as periféricos/as através da superexploração da força de trabalho.

Temos, com isso, que o segmento de reserva da classe trabalhadora exacerba todos os mecanismos de extração de mais-valia,

possibilitando e fortalecendo a ocorrência da superexploração da força de trabalho. E é frente ao exposto que o problema de pesquisa se delineia, no sentido de questionar acerca da maneira como a superpopulação relativa se comporta na periferia do capitalismo.

Já no que se refere à hipótese de pesquisa, esta consiste em assumir que a análise da dimensão e da composição do EIR no Brasil possibilitará não somente melhor compreender as condições que atravessaram a classe trabalhadora durante o período de 2012 a 2021, como também a dinâmica recente de acumulação capitalista. Os/as trabalhadores/as de reserva são colocados/as em local de centralidade para a acumulação, portanto.

As oscilações no EIR, com isso, podem revelar mudanças no que diz respeito às condições de acumulação capitalista vigentes, quiçá sinalizando para um momento de agravamento da crise capitalista; e, por outro lado, possivelmente apontar para uma agudização da exploração da força de trabalho. É suposto, ademais, que as tendências verificadas no Brasil podem versar sobre movimentos mais abrangentes, que eventualmente também se verifiquem, mesmo que com distintas nuances, no cenário de outros países da América Latina.

Assim, na dimensão metodológica da pesquisa é proposta uma forma de operacionalização empírica da categoria de superpopulação relativa. Pretendemos mensurar o EIR no Brasil, tanto em sua dimensão total, quanto em suas distintas formas de expressão (flutuante, latente e estagnada). Para realizar tal exercício de aproximação, partiremos das contribuições já elaboradas pelo *Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina (PIMSA)*. Em suma, pretende-se realizar a adaptação aos dados

brasileiros de um instrumento teórico-metodológico de mensuração da superpopulação relativa que foi elaborado pelo *Programa*.

Importante notar que ao intentar mensurar o EIR no Brasil, não se pode limitar este exercício aos/às trabalhadores/as desempregados/as ou subempregados/as. E, deve-se levar em conta que a geração deste segmento de reserva é inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Premente levar em consideração, também, a valiosa crítica que o *PIMSA* faz acerca da utilização mecânica das estatísticas oficiais, posto que tal crítica oportuniza inserir a perspectiva de classe na dimensão metodológica da pesquisa.

Partindo, com isso, do instrumento teórico-metodológico desenvolvido pelo *PIMSA* e utilizando as estatísticas públicas divulgadas na PNADC-IBGE, esperamos resultados tais quais: o conhecimento da porcentagem de participação do EIR no Brasil em relação à sua população total e em relação ao total do proletariado; a delimitação de qual forma de expressão da superpopulação concentra a maior parte deste segmento de reserva; e o entendimento acerca da relação entre seu volume e composição e o ciclo de acumulação capitalista recente. Nossa tentativa, frise-se, é a de avançar numa estimação da superpopulação relativa para o conjunto do país.

Pretendemos, então, fazer uso da LGAC criada por Marx especialmente no que concerne ao papel do EIR para a perpetuação e ampliação da acumulação e, conseqüentemente, para a manutenção e agudização da exploração da força de trabalho. Não obstante, assumir que os/as trabalhadores/as excedentes não se resumem àqueles/as abertamente desocupados/as ou subocupados/as significa ir para além das categorias sobre o mercado de trabalho propostas nas estatísticas oficiais, para suplantar tais categorias ao valer-se de outras propriamente marxistas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Rev. Katálusis*, Florianópolis, v. 12, p. 216-225, dez. 2009.
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org). Padrão de reprodução do capital; contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.
- DONARIE, Ricardo; ROSATI, Germán. Evolución de la distribución de la población segun grupos sociales fundamentales. Argentina 1960 – 2001. *In*: PIMSA, Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedade Argentina. Documentos y Comunicaciones, 2008 – 2009. Disponível em: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/publicaciones/DT%2068.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- DONAIRE, Ricardo; ROSATI, Germán; CAVALLERI, Stella; MATTERA, Pablo. Superpoblación relativa en Argentina. Construcción de un instrumento para su relevamiento sistemático y estandarizado. *In*: PIMSA, Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedade Argentina. Documentos y Comunicaciones, 2016. Disponível em: http://www.pimsa.secyt.gov.ar/publicaciones/DT_2016_94.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. 1973. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS DEMISSÕES EM MASSA NA USIMINAS DE CUBATÃO (SP)

Vitorio Felipe Santos Valenzuela Toro¹

Marx desenvolve sua exposição sobre a Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro na Seção III do Livro terceiro de *O Capital*. O autor argumenta que o preço da mercadoria cai conforme a produtividade aumenta. Isso ocorre porque somente o trabalho vivo (trabalho do operário) é capaz de criar valor na mercadoria. O lucro do capitalista é decorrente da massa de mais-valia global realizada; se há menos trabalho contido na mercadoria, por conta do aumento do capital constante (K_c) em relação ao capital variável (K_v), ocorrerá assim uma taxa menor de mais-valia por mercadoria individual para ser realizada. Ou seja, se o preço da mercadoria individual cai, logo, caem as taxas de lucro dos capitalistas. Em outras palavras, por conta do desenvolvimento das forças produtivas, há uma quantidade de trabalho vivo menor em cada mercadoria e conseqüentemente seu valor é menor, assim como seu preço. Já o desgaste do capital fixo, matérias-primas e auxiliares (K_c) é cada vez maior.

O desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas altera a composição orgânica do capital, isto é, há uma constante elevação do capital constante em relação ao capital variável e isso leva às

¹ Mestrando em Sociologia no Programa de Pós graduação em Sociologia (PPGS) do IFCH – Unicamp. Orientador: Jesus Ranieri. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

quedas nas taxas de lucro. A taxa decrescente de lucro ocorre porque junto com o volume material cresce também o “volume de valor do capital constante” (MARX, 1984, p.163), ou seja, crescem seus custos de produção. O “crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado” (MARX, 1984, p.171) é referente ao crescimento do volume de dinheiro que a empresa arrecada, que é cada vez maior (conforme o aumento da produtividade e a queda do preço de suas mercadorias). No entanto, suas despesas com capital constante também aumentam e assim, caem as taxas de lucro.

O autor apresenta algumas medidas anticíclicas que freiam, por um espaço maior ou menor de tempo, essa tendência de queda das taxas de lucro. Dentre as seis medidas apontadas pelo autor, vou me ater às duas primeiras:

ELEVAÇÃO DO GRAU DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Ao aumentar a jornada e a intensificação do trabalho, o capitalista apropria uma taxa de mais-trabalho e mais-valia maior. Ou seja, sem alterar a relação entre “(...) a força de trabalho empregada e o capital constante que ela põe em movimento” (MARX, 1984, p.177) a extensão da jornada de trabalho é capaz de aumentar a massa de mais-trabalho mesmo, de certo modo, diminuindo a quantidade de trabalho vivo na produção.

Marx classifica ironicamente a mais-valia relativa de “segredo propriamente dito da queda tendencial da taxa de lucro” (MARX, 1984, p. 178) e explica resumidamente que ela se dá por conta do emprego cada vez menor de trabalho vivo (capital variável) e cada vez maior de capital constante (produção mecanizada). Uma outra

causa que inibe temporariamente a queda das taxas de lucro são as recorrentes inovações e invenções oriundas de capital constante. Isso ocorre porque a mais-valia extraída fica temporariamente acima do nível geral.

A elevação das taxas de mais-valia relativa só é possível com a diminuição da força de trabalho empregada e o aumento da mecanização da produção; com isso as taxas de lucro caem ao certo. Todavia, ao aumentar a jornada de trabalho, aumenta-se também a taxa de mais-valia absoluta e com mais trabalho vivo na produção, único capaz de gerar valor e mais-valia, as taxas de lucro tendem a frear sua queda. A mais-valia gerada pela totalidade do capital variável é igual ao lucro gerado pelo mesmo. Se cresce o grau de exploração da força de trabalho, cresce conjuntamente a massa absoluta e consequentemente a taxa de mais-valia.

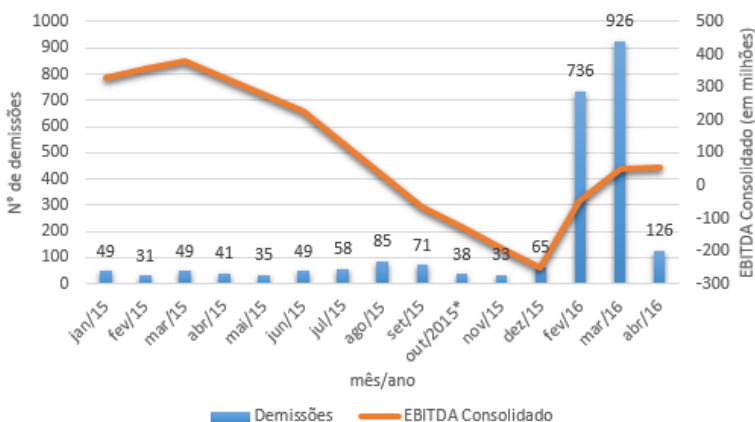
Mesmo que na mercadoria individual esteja contido menos trabalho vivo (trabalho objetivado) a relação entre trabalho pago e não-pago pode continuar alterando-se; ou seja, o trabalho não-pago pode aumentar em relação ao trabalho pago mesmo quando há menos trabalho objetivado na mercadoria e assim, o capitalista eleva suas taxas de extração da mais-valia absoluta e relativa.

No ano de 2013, a USIMINAS demitiu mais de 6 mil trabalhadores, aumentou a jornada de trabalho e intensificou a produção. Os trabalhadores que ficaram, trabalham por quatro².

² Uma das principais forças que age no sentido de atenuar o efeito da lei da queda da taxa de lucro é, como foi visto, o aumento do grau de exploração da força de trabalho. Isso pode ocorrer tanto através do prolongamento e intensificação do trabalho (aumento da mais-valia absoluta) como através da elevação da produtividade do trabalho que acarreta a diminuição do valor do trabalho (aumento da mais-valia relativa). (MANTEGA, 1976, p.31)

Além disso, entre os períodos de maio de 2014 e abril de 2015, houve um aumento de 4,48% na produção de aço bruto, aços planos e ferro-gusa³.

Figura 1: Relação entre lucros consolidados e demissões no ano de 2015 e primeiro trimestre de 2016.



* anúncio das demissões em massa

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos e Siderúrgicos da Baixada Santista.

Em todo o ano de 2015, a empresa despediu 604 trabalhadores no total. Apenas entre os meses de fevereiro e abril de 2016, foram 1778 demissões, quase três vezes mais; num total de 2392 demissões num período de 16 meses, como ilustrado na Figura 1. Em outubro de 2015, a unidade de Cubatão funcionava com 4338 trabalhadores, após o período das demissões em massa, a empresa passou a operar

³ Sindicato dos metalúrgicos e siderúrgicos da baixada santista. Link: <http://metalurgicosbs.org.br/imagens/upload/documento3237.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

com 1713 funcionários⁴. Ou seja, entre 2015 e 2017, foram demitidos 60,6% dos trabalhadores. Todas essas medidas adotadas pela empresa, caracterizam a aplicação da Medida Contratendencial I.

COMPRESSÃO DO SALÁRIO ABAIXO DE SEU VALOR

Um dos cálculos usados pelos capitalistas para definir o preço de suas mercadorias tem por base o quanto a força de trabalho (trabalhador) necessita para reproduzir-se, ou seja, qual o salário que o trabalhador necessita para sobreviver, o conhecido salário mínimo. No Brasil, historicamente a força de trabalho sempre foi remunerada abaixo de seu valor. Nos dias atuais, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) o salário mínimo necessário está no patamar dos R\$ 6.306,97 enquanto o salário mínimo nominal é de R\$ 1.302,00; ou seja, bem abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho brasileira. Nas sociais-democracias europeias desde o pós-guerra a regra era pagar o salário mínimo necessário ou até a mais, como era o caso dos países escandinavos. No entanto, desde o início da atual crise econômica os salários vêm caindo paulatinamente tanto nos países de tradição social-democrata quanto em todo o mundo. Nas palavras de Marx, a compressão do salário abaixo de seu valor “(...) é uma das causas mais significativas de contenção da tendência à queda da taxa de lucro” (MARX, 1984, p.179). A Usina Siderúrgica USIMINAS em Cubatão (SP) não oferece aumento real nos salários de seus trabalhadores desde 2010. Em 2016, não houve nem ao menos a reposição inflacionária. Em Cubatão, a defasagem salarial é

⁴ Sindicato dos Metalúrgicos e Siderúrgicos da Baixada Santista. Comunicação pessoal, em setembro de 2017.

de 31% se considerarmos os reajustes do salário-mínimo desde 2002. Alguns trabalhadores demitidos foram recontratados com salários 60% menores. O salário de um operador de forno, por exemplo, girava em torno dos R\$ 5.800,00 e os poucos operadores recontratados após as demissões recebem cerca de R\$ 1.800,00. No caso dos engenheiros não foi diferente, os que recebiam cerca de R\$ 15 mil foram demitidos e para suas vagas a empresa contrata por apenas R\$ 6 mil⁵ mensais. Isso caracteriza que a empresa adota a Medida Contratendencial II para elevar suas taxas de lucro, reduzindo o salário real dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO TRIMESTRAL USIMINAS – 4T2017. Link: http://ri.usiminas.com/ptb/5617/Apresentao%20Institucional%20RI4T17%20SITE_final_V2.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

APRESENTAÇÃO TRIMESTRAL USIMINAS – 1T2018. Link: <http://ri.usiminas.com/ptb/5699/Apresentao%20Institucional%20RI%201T18%20Site%20%28f%29.pdf>. Acesso em: 18 maio 2018.

BOECHAT, C. A. O debate contemporâneo sobre a existência de uma teoria da crise na obra de Karl Marx. Mimeo, 2016.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

KLIMAN, A. **Reclaiming Marx's Capital: A refutation of the myth of inconsistency**. Plymouth: Lexington, 2007.

⁵ Sindicato dos metalúrgicos e siderúrgicos da baixada santista. Link: http://metalurgicosbs.org.br/publicacao.php?cd_material=280&menu_pai2=66&menu_pai3=. Acesso em: 19 maio 2018.

MANTEGA, G. A lei da taxa de lucro: a tendência da queda ou a queda da tendência? Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/app/webroot/files/upload/biblioteca_virtual/a_lei_da_taxa_de_lucro.pdf. Acesso em: 02 maio 2018

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo (SP): Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Volume IV. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS E SIDERÚRGICOS DA BAI-XADA SANTISTA. Boletim N° 388, out. 2015. Disponível em: http://metalurgicosbs.org.br/publicacao.php?cd_material=280&menu_pai2=66&menu_pai3=72.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS E SIDERÚRGICOS DA BAI-XADA SANTISTA. Boletim N° 361, jun. 2015. Disponível em: <http://metalurgicosbs.org.br/imagens/upload/documento3237.pdf>